

L I B O
Em 16 / 03 / 99
Assessoria de Plenário

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL


Mensagem

Nº 088 /99 – GAG

Brasília, 15 de março de 1999

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à CCJ e à CEOF.
Em 25 / 03 / 99

Senhor Presidente,


Flávio Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Submeto à elevada consideração dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei do Plano Plurianual relativo ao quadriênio 2000 a 2003, em cumprimento ao que estabelece o artigo 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A elaboração deste documento seguiu as determinações do artigo 166 da Lei Orgânica e de seu parágrafo único, detalhando as diretrizes, objetivos e metas quantificadas física e financeiramente para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.

Todo trabalho foi executado em consonância ao que estabelece o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o período 1999 a 2002.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência e aos nobres Deputados os meus votos de elevado apreço e respeito.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL n. 314 / 199 99
Fls. n. 01

Ao Excelentíssimo Senhor
Edimar Pireneus
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
para ser anexado à Mensagem 088/99-GAG.

25.03.1999

Faustino
Maurício Pinheiro Lima
Assessoria de Planário

Em 16.03.1999
Costa
Assessoria de Planário

DISTRITO FEDERAL

25.03

PROJETO DE LEI Nº 317, DE 1999.

Dispõe, nos termos do artigo 166 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000 – 2003 e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000 – 2003, estabelecendo, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Distrito Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único. As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são especificadas nos Anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

- a) Anexo I – Metodologia e Caracterização do Distrito Federal;
- b) Anexo II – Políticas, Objetivos e Diretrizes;
- c) Anexo III – Diagnósticos, Objetivos e Diretrizes Setoriais;
- d) Anexo IV – Metas e Orçamento do Plano (à conta dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social);
- e) Anexo V – Investimento das Entidades Paraestatais.

Art. 2º A lei de diretrizes orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003.

§ 1º. Fica assegurado à Câmara Legislativa do Distrito Federal o acesso às informações do Sistema de Acompanhamento que serão produzidas com vistas à avaliação da programação orçamentária anual e da execução físico-financeira das metas a que se refere este artigo.

Art. 3º. Os valores das despesas e das correspondentes necessidades de recursos, constantes do Anexo IV desta Lei, são orçados segundo preços vigentes em fevereiro de 1999.

Art. 4º O Plano Plurianual poderá sofrer revisões, por meio de lei específica, e ocorrerão quando se observar a necessidade de ajustamento do Plano em razão de:

I – alterações da realidade social, econômica e financeira do Distrito Federal e do processo gradual de reestruturação do gasto público distrital;

– mudanças ocorridas na legislação que trata das finanças públicas e classificações orçamentárias.

Art. 5º. Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003, as leis de diretrizes orçamentárias anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela Administração Pública Distrital, deverão guardar coerência com as diretrizes e objetivos, constantes dos Anexos II e III desta Lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no art. 4º desta Lei.

Art. 6º. O Poder Executivo apresentará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, antes do encerramento do 1º período de cada sessão legislativa, relatório do exercício anterior, contendo a avaliação do cumprimento de metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual.

§ 1º. A Câmara Legislativa poderá solicitar a instalação de audiências públicas para os programas considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal.

§ 2º. O primeiro relatório deverá ser apresentado até o encerramento do 1º período da sessão legislativa de 2001.

Art. 7º. Caberá à Lei de Diretrizes Orçamentárias o detalhamento da programação anual prevista para cada exercício do período de 2001 a 2003.

Art. 8º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

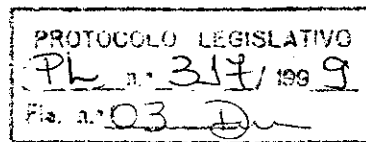
[Handwritten signature]

PROTUCOLO LEGISLATIVO
PL 317/99
Fls. n.º 02
<i>Lúcia</i>

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PLANO PLURIANUAL 2000 - 2003

BRASÍLIA, 1999



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Joaquim Domingos Roriz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Benedito Augusto Domingos

PROCURADORIA GERAL

Miguel Ângelo Farage de Carvalho

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro

SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

José Luiz Vieira Neves

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Manoel Paulo de Andrade Neto

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Aguinaldo Lelis

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

José Roriz Aguiar

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Otilon Aires Cavalcante

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Weligton Luiz Moraes

SECRETARIA DE CULTURA

Maria Luiza Dornas Ramos

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Lázaro Marques Neto

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eurides Brito da Silva

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Wagner Antônio Marques

SECRETARIA DE FAZENDA

Valdivino José de Oliveira

SECRETARIA DE GOVERNO

Benjamim Segismundo de Jesus Roriz

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Antônio Luiz Barbosa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

J Ideu Leonel de Oliveira Paiva

SECRETARIA DE SAÚDE

Jefran Frejat

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Paulo Erico Silva Castelo Branco

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Wigberto Ferreira Tortoise

SECRETARIA DE TRANSPORTES

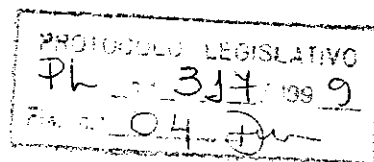
Abdala Carim Nabut

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

Lourival Lagonel dos Santos

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Cícero Miranda Filho



ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Herman Ted Barbosa

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA - RA I

Marcos Arruda da Cunha Rego

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II

Vicente de Paula Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III

Valdemar da Silva Aguiar

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV

Eliovaldo José Ferreira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V

Paulo Cavalcante de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI

Nilton Gonçalves Guimarães

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA VII

Rubim Nestor Bender

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII

Marco Túlio Santana Rios

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX

Eduardo Gomes da Silva

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X

Divino Alves dos Santos

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI

Francisco Pires Teixeira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII

José Adenauer Aragão Lima

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII

Indalécio Martins Dal Secchi

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV

José Carvalho Pereira Júnior

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

Rubens Alves Gomes

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI

Marcelo França do Amaral Soares

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII

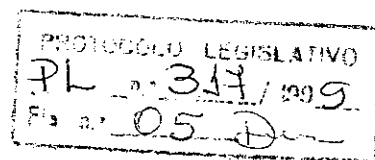
Milton Barbosa Rodrigues

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII

Marco Antônio dos Santos Lima

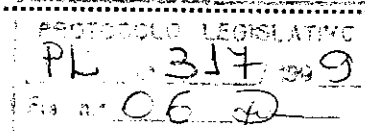
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX

João Dantas dos Santos



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
ANEXO I - Metodologia e Caracterização do Distrito Federal	09
1 - Metodologia	10
1.1 - Estruturação do Plano	10
1.2 - As Diretrizes Norteadoras do Plano.....	11
1.3 - As Tabelas Constantes do Plano	11
1.4 - Financiamento do Plano	12
1.5 - Termos Técnicos Utilizados no Plano	19
2 - Caracterização do Distrito Federal	20
2.1 - Espaço Físico Territorial.....	20
2.2 - Dados Demográficos.....	20
2.3 - Aspectos Econômicos	20
2.4 - Emprego e Renda.....	21
2.5 - Setores da Economia	21
2.5.1 - Agropecuário	21
2.5.2 - Industrial	22
2.5.3 - Comércio e Serviços	22
2.6 - Infra-Estrutura Econômica.....	22
2.6.1 - Energia.....	22
2.6.2 - Transporte	23
2.6.3 - Telecomunicações	24
2.7 - Aspectos Sociais.....	24
2.7.1 - Educação	24
2.7.2 - Saúde	24
2.7.3 - Segurança.....	28
2.7.4 - Habitação e Saneamento	28
2.7.5 - Cultura, Lazer e Turismo.....	30
ANEXO II – Políticas, Objetivos e Diretrizes	32
1 - Segurança e Bem Estar Social	33
2 - Desenvolvimento Econômico.....	34
3 - Modernização Administrativa do Estado.....	35
ANEXO III - Diagnósticos, Objetivos e Diretrizes Setoriais	37
1 - Poder Legislativo	38
- Câmara Legislativa do Distrito Federal	39
- Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	41
2 - Poder Executivo	44
- Gabinete do Vice-Governador.....	45
- Procuradoria Geral do Distrito Federal.....	47



- Secretaria da Criança e Assistência Social.....	49
- Secretaria da Solidariedade.....	52
- Secretaria de Administração.....	55
- Secretaria de Agricultura.....	58
- Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.....	61
- Secretaria de Assuntos Fundiários.....	63
- Secretaria de Comunicação Social.....	66
- Secretaria de Cultura.....	67
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....	70
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.....	72
- Secretaria de Educação.....	74
- Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude.....	78
- Secretaria de Fazenda.....	80
- Secretaria de Governo.....	85
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.....	86
- Secretaria de Obras.....	91
- Secretaria de Planejamento.....	98
- Secretaria de Saúde.....	101
- Secretaria de Segurança Pública.....	104
- Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.....	106
- Secretaria de Transportes.....	109
- Secretaria de Turismo e Lazer.....	111
- Secretaria Extraordinária para Assuntos da Previdência Social do Distrito Federal.....	115
ANEXO IV – Metas e Orçamentação do Plano (à conta dos orçamentos Fiscal e Seg. Social).....	116
1 - Poder Legislativo.....	117
- Câmara Legislativa do Distrito Federal.....	
- Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	
- Poder Executivo.....	
- Gabinete do Vice-Governador.....	
- Procuradoria Geral do Distrito Federal.....	
- Secretaria da Criança e Assistência Social.....	
- Secretaria da Solidariedade.....	
- Secretaria de Administração.....	
- Secretaria de Agricultura.....	
- Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.....	
- Secretaria de Assuntos Fundiários.....	
- Secretaria de Comunicação Social.....	
- Secretaria de Cultura.....	
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....	
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.....	

PL n. 314/2009
 07/09

- Secretaria de Educação.....
- Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude.....
- Secretaria de Fazenda.....
- Secretaria de Governo.....
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.....
- Secretaria de Obras.....
- Secretaria de Planejamento.....
- Secretaria de Saúde.....
- Secretaria de Segurança Pública.....
- Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.....
- Secretaria de Transportes.....
- Secretaria de Turismo e Lazer.....
- Secretaria Extraordinária.....

ANEXO V - Investimento das Entidades Paraestatais.....

- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.....
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.....
- Sociedade de Abastecimento de Brasília.....
- Companhia Energética de Brasília.....
- Companhia de Água e Esgotos de Brasília.....
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.....
- Companhia Imobiliária de Brasília.....
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal.....
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.....

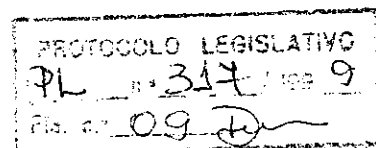
PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317 / 1999
 Fls. n.º 08

APRESENTAÇÃO

Os objetivos, diretrizes e metas governamentais contidos neste Plano foram inspirados na necessidade de que profundas mudanças precisam ocorrer no Distrito Federal, de forma a permitir a retomada do crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida de sua população, recuperando, desta maneira, o seu papel de participante ativo no desenvolvimento regional e nacional.

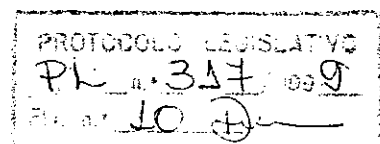
Nesse sentido, o Governo do Distrito Federal materializa seus compromissos de campanha, integrando suas diretrizes com aquelas traçadas pelo Governo Federal, tanto no que diz respeito às premissas mais gerais relativas ao desenvolvimento do país, quanto à eficiência na utilização dos recursos públicos.

Todas essas transformações não se constituem apenas em uma opção política mas, fundamentalmente, na premência de uma modernização administrativa, econômica e social, exigida neste momento histórico que demarca o limite entre o próximo século e o próximo milênio, através de um modelo que busque levar o Distrito Federal à contemporaneidade com as grandes mudanças que estão ocorrendo no país e no mundo.



ANEXO I

Metodologia e Caracterização do Distrito Federal



METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1. METODOLOGIA

1.1 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

Este plano é o instrumento do governo para a apresentação da ação planejada e coordenada no período 2000/2003. Compõe-se de anexos que conformam as informações necessárias para possibilitar a execução do programa de governo, no prazo delimitado pelo quadriênio de sua vigência.

No primeiro anexo encontram-se a parte descritiva e informações gerais sobre o Distrito Federal. Aqui é feita uma sucinta caracterização do Distrito Federal e apresentação de informações georeferenciadas sobre a distribuição espacial de alguns serviços e equipamentos públicos. Com essas informações gerais procura-se contextualizar o cenário sobre o qual dar-se-á a ação governamental prevista no plano. Neste trecho também é apresentada a base metodológica do Plano e sua estruturação.

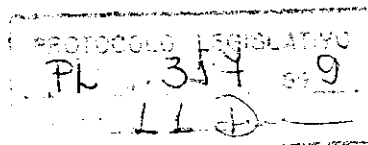
Na segunda parte, é feita a apresentação das políticas, objetivos e diretrizes governamentais onde se declara o que se pretende para o Distrito Federal e sua população. São mostrados os rumos estratégicos a serem tomados pelas ações do complexo governamental de forma a concentrar suas ações para que sejam vencidos os desafios propostos.

O terceiro anexo apresenta a contribuição de cada um dos órgãos de governo para tornar possível o que se declara na seção anterior. Deste modo, apresenta como o setorial organizou seus objetivos e diretrizes. Será esta seção que fará a ligação entre o discurso e a prática. Cabe ressaltar que neste plano fez-se a opção pelo enfoque setorial na apresentação das ações planejadas, buscando dar maior visibilidade para a melhor coordenação das ações de governo.

No anexo IV estão constantes a descrição das metas físicas regionalizadas para o quadriênio e o aporte de recursos que serão necessários para a consecução dos objetivos propostos na seção anterior. No caso da administração direta os recursos são apresentados em subprogramas, agregados em despesas de capital, decorrentes de capital e de duração continuada.

Outro ponto digno de referência, no que se refere aos anexos III e IV, é a classificação de metas relacionadas a atividades institucionais e projetos e novas atividades. Considera-se atividades institucionais aquelas relacionadas a execução de ações habitualmente executadas pelo órgão setorial. Em projetos e novas atividades classifica-se tudo o que visa conferir um novo enfoque à atuação do órgão. Com essa distinção será possível fazer a apreciação do que se planeja introduzir no cenário da atuação governamental ao longo da execução do plano.

No caso das entidades paraestatais é feita a apresentação dos recursos destinados aos seus investimentos, procurando regionalizar a sua atuação nos quatro anos. O trecho que dispõe sobre as empresas encontra-se no anexo V deste Plano.



1.2 AS DIRETRIZES NORTEADORAS DO PLANO

Durante a elaboração do plano dois princípios foram utilizados como norteadores ao longo do processo. O primeiro era o de elaborar um documento que obedecesse ao que determina a legislação e o outro era de organizar as informações de modo a facilitar tanto o trabalho de elaboração do plano quanto o seu posterior entendimento e utilização por todos que o consultassem.

Com relação ao primeiro princípio, procurou-se dar cumprimento ao parágrafo 2º do art. 149 da Lei Orgânica o qual estabelece que do plano constarão objetivos, diretrizes e metas por região administrativa, quantificadas física e financeiramente, para o período de quatro anos. O mesmo parágrafo determina que as metas a fazerem parte do plano são aquelas relativas às despesas de capital e outras delas decorrentes e às relativas a programas de duração continuada.

O segundo princípio a ser obedecido na elaboração do PPA levou à estruturação dos trabalhos de modo que facilitasse a tarefa de alimentação dos dados por parte dos órgãos setoriais, facilitasse a execução de atividades de análise por parte do órgão central de planejamento e permitisse uma rápida consolidação de dados. Além disso, procurava-se como resultado final um produto que apresentasse, de modo simples e direto, a proposta da ação, para os quatro anos, dos diversos órgãos setoriais do complexo administrativo local.

Da busca da conciliação destas duas exigências básicas criou-se uma estruturação onde a despesa surgiu especificada conforme o detalhamento exigido e as metas associadas a estas despesas vêm quantificadas e regionalizadas para os quatro anos. Antecedendo essas informações físico-financeiras encontra-se uma parte textual, que apresenta as atribuições do órgão setorial a cargo do qual estará a execução destas metas, um rápido diagnóstico sobre o campo de atuação de suas atividades finalísticas, e objetivos e diretrizes que servirão como esteio para focalizar o campo de sua atuação durante a vigência do plano.

1.3 AS TABELAS CONSTANTES DO PLANO

A apresentação das metas do Plano Plurianual, para as despesas que se realizarão à conta do orçamento fiscal, é feita em tabelas que as agrupam por subprogramas. A despesa para a consecução da meta é discriminada em despesa de capital, despesa decorrente de capital e despesas de programas de duração continuada. Assim, ao correr a linha que cruza as diversas colunas da tabela de descrição das metas para o quadriênio obtém-se informações na seguinte seqüência: descrição da meta e identificação do subprograma ao qual está associada; unidade da meta e quantificação da previsão de realização para o ano 2000 e para o período 2001-2003; regionalização da meta para o período de quatro anos; detalhamento da despesa, por subprograma, para o ano 2000; apresentação da despesa (também por subprograma) do período 2001-2003.

No que se refere às entidades paraestatais, constará do plano apenas a parcela de suas despesas relativas a investimentos. Para a sua apresentação no plano, foram utilizadas três tabelas que buscam descrever os projetos da empresa, os objetivos que se buscam com a execução do projeto, as metas físicas previstas para o ano 2000 e para o período 2001-2003, a regionalização destas metas para o

PL 317/9
12

quadriênio, o total da despesa por projeto (no ano 2000 e no período 2001-2003) e totalização dos recursos provenientes do tesouro e de outras fontes (também para o ano 2000 e para o período 2001-2003). Cabe ressaltar que a apresentação destas despesas se fará em seção distinta daquela na qual será apresentada a despesa a conta do orçamento fiscal, no Anexo IV do Plano o qual trata de sua orçamentação.

Não constam neste Plano, as despesas relativas a precatórios judiciais, tendo em vista, a dificuldade de projeção do valor de indenizações derivadas de ações ajuizadas.

A incerteza quanto ao montante a ser pago, aliada à falta de precisão de outras ações que possam demandar comprometimento de recursos a partir do primeiro ano de vigência do Plano, impede que se estime os recursos necessários, ao pagamento de precatórios, a constarem dos orçamentos futuros.

Os recursos destinados aos pagamentos de inativos e pensionistas da administração direta encontram-se alocados na Secretaria de Administração – SEA, com exceção das secretarias de Fazenda, Educação, Saúde, Segurança Pública e da Procuradoria Geral do Distrito Federal os quais constam de seus próprios orçamentos.

1.4 FINANCIAMENTO DO PLANO

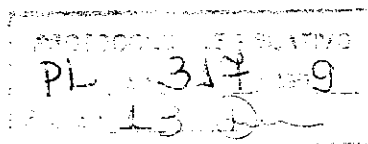
A evolução da situação macroeconômica do País vem configurando um ambiente bastante complexo para as finanças públicas, induzindo nas variáveis, determinantes para as receitas e despesas, comportamentos de difícil previsão.

Nesse contexto, o ajustamento dos valores para projeção da arrecadação requereu avaliação austera para definição das fontes de financiamento do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Visando identificar as fontes de financiamento para os investimentos e ações previstas no Plano Plurianual foram realizadas análises que consideraram o comportamento histórico da receita tributária, das transferências constitucionais e voluntárias e demais fontes de receita. A partir desse estudo histórico, e considerando as novas perspectivas econômicas, foram definidas projeções do volume de recursos financeiros a serem arrecadados no período de vigência do Plano.

Cumpramos esclarecer a diferença que se observa entre a receita estimada para o exercício de 1999 e aquela projetada para o período 2000-2003. A Lei n.º 2.288, de 8 de janeiro do ano em curso, aprovou uma receita global, considerados os recursos provenientes de todas as fontes, no valor de R\$ 6.665.178.857,00. Entretanto, deve-se admitir que parcela expressiva desse montante é de execução condicional, isto é, depende da concretização de iniciativas relacionadas, sobretudo, ao aumento das transferências voluntárias da União e à arrecadação decorrente de alienação patrimonial, cujo êxito é duvidoso. Senão vejamos:

No projeto aprovado pelo Congresso Nacional para o corrente exercício financeiro, o Orçamento Geral da União destinou às áreas de Saúde, Segurança, Educação e ao Metrô R\$ 2.033 milhões, contra R\$ 3.070 milhões previstos pela Lei n.º 2.288, o que corresponde a um déficit de R\$ 1.037 milhões. Mesmo



reconhecendo a necessidade de incrementar tais transferências, o atual Governo optou por concluir as negociações com a esfera federal para, só então, alocar os recursos, seja nos planos governamentais, seja nos orçamentos anuais.

No que se refere a alienação de ações, a Lei Orçamentária Anual previu uma receita de R\$ 487.991.695,00. Vale ressaltar, contudo, que não houve uma clara definição dos rumos dessa suposta reforma patrimonial, não havendo identificação de que empresas públicas e/ou sociedades de economia mista deveriam ter suas ações negociadas no mercado de capitais nem, tampouco, segurança quanto às condições de negociação. Dada a complexidade desta matéria, o Governo considerou prudente reexaminá-la e, portanto, essa fonte de arrecadação não está orçada no PPA.

Por fim, cabe salientar que o atual quadro macroeconômico nacional não permite a elaboração de projeções otimistas, tanto pela gravidade da crise ora vivenciada quanto pelas incertezas dela decorrentes. Dessa forma, pode-se considerar que a receita estimada é conservadora e, em havendo alterações de expressão no cenário projetado que permitam ampliar o leque dos programas de Governo, o presente Plano deverá ser revisto.

Agregando-se os resultados esperados com as ações a serem implementadas na modernização e fortalecimento da área fiscal e na atuação efetiva para o incremento das receitas, ressalta-se o cálculo projetado para a receita tributária.

TRIBUTOS DIRETOS

Inicialmente, atenta-se para os tributos IPTU¹, IPVA², ITCD³, ITBI⁴ e TAXAS utilizando-se, na previsão, informações específicas relativas ao montante do lançamento previsto, séries históricas de arrecadação e índices de inadimplência.

IPTU

O valor lançado do IPTU para o ano de 1999 é de R\$ 164,16 milhões. Deduzindo desse total o valor lançado para os imóveis de propriedade da TERRACAP e considerando o índice estimado de inadimplência da ordem de 15%, a arrecadação efetiva do IPTU em 1999 poderá atingir R\$ 119,9 milhões, conforme demonstrado no Quadro I.

QUADRO I

RECEITA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 1999	
	Valores nominais em R\$
Valor lançado do IPTU para 1999 (*)	164.163.772,01
(-) Valor lançado para os imóveis de propriedade da Terracap (*)	23.096.195,03
= IPTU potencial a arrecadar	141.067.576,98
(-) Inadimplência estimada (15%)	21.160.136,55
(=) Valor previsto da arrecadação do IPTU em 1999	119.907.440,43

(*) Fonte: SITAF

¹ Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

² Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

³ Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos.

⁴ Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direito Reais sobre Imóveis.

PL 317/99
L4

Para o quadriênio 2000-2003, avaliação preliminar da Secretaria de Fazenda, indica potencial de crescimento da arrecadação do IPTU em cinco por cento a cada ano.

Assim, a projeção de receita do IPTU no quadriênio é a seguinte:

RECEITA DO IPTU 2000-2003			
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência			
2000	2001	2002	2003
125.900	132.200	138.800	145.750

IPVA

O montante lançado do IPVA para o exercício de 1999 é de R\$ 86,8 milhões. Entretanto, considerando-se o índice histórico de inadimplência de 10% (dez por cento) e a receita adicional advinda da renovação da frota, espera-se que a efetiva arrecadação do IPVA em 1999 atinja R\$ 83,1 milhões, como pode ser observado no Quadro II.

QUADRO II

RECEITA DO IPVA PARA O EXERCÍCIO DE 1999	
Valores nominais em R\$	
Valor lançado do IPVA para 1999 (*)	86.813.367,50
(-) Inadimplência estimada (10%)	8.681.336,75
(+) Estimativa de arrecadação adicional relativa aos carros 0 Km	5.000.000,00
(=) Valor previsto da efetiva arrecadação do IPVA em 1999	83.132.030,75

(*) Fonte: SITAF

Para o quadriênio 2000-2003, assumiu-se a hipótese de estabilização da arrecadação do imposto no patamar de R\$ 83,2 milhões.

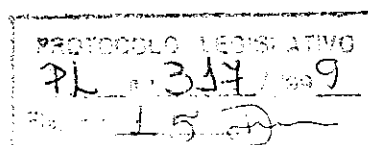
ITCD

Considerando a receita média anual do tributo no período 1995-98, excetuando-se o valor atípico verificado em junho/98, espera-se uma arrecadação do ITCD da ordem de R\$ 3.953 mil para 1999, conforme demonstrado no Quadro III.

QUADRO III

RECEITA DO ITCD 1995-98				
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)				
1995	1996	1997	1998	Média anual
2.775	4.346	3.985	4.707	3.953

Fonte Primária: SIAFEM



Para o quadriênio 2000-2003 adotando-se a mesma metodologia de média móvel, projeta-se a seguinte receita do ITCD:

RECEITA DO ITCD 2000-2003			
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência			
2000	2001	2002	2003
4.215	4.292	4.153	4.220

ITBI

Adotando-se a mesma metodologia de cálculo para o ITBI isto é, considerando-se a receita média anual do imposto no período 1995-98, a arrecadação do ITBI deverá atingir R\$ 31.276 mil em 1999, conforme pode-se observar no Quadro IV.

QUADRO IV

RECEITA DO ITBI 1995-98				
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)				
1995	1996	1997	1998	Média anual
27.518	28.673	34.203	34.712	31.276

Fonte Primária: SIAFEM

Para o quadriênio 2000-2003 adotando-se a mesma metodologia de média móvel, projeta-se a seguinte receita do ITBI:

RECEITA DO ITBI 2000-2003			
Valores em R\$ 1.000 a preços do ano de referência			
2000	2001	2002	2003
33.397	33.128	32.600	33.040

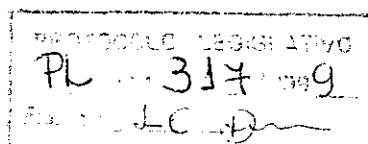
TRIBUTOS INDIRETOS

ICMS

Sendo tributos que incidem sobre a produção e o consumo, o ICMS⁵ e o ISS⁶ dependem, dentre outros fatores, do comportamento de variáveis econômicas reais e monetárias. Assim, tratou-se os impostos indiretos (ICMS e ISS) com a concepção de um modelo de previsão que se propõe a captar o impacto do crescimento do PIB e da inflação sobre o comportamento da arrecadação desses tributos.

⁵ Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercado e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

⁶ Imposto Sobre Serviços.



Em 1998, a taxa de inflação medida pelo IGP-DI foi de 1,7 %, enquanto a taxa de variação do PIB, segundo o IBGE, foi de 0,15 %. Para 1999, a desvalorização cambial, o aumento dos juros e a crise fiscal leva a inferir-se um aumento da taxa de inflação e queda do PIB, de forma que assumimos os valores de 1,115 para o efeito-preço e de 0,97 para o efeito-quantidade a serem aplicados sobre o valor nominal do imposto arrecadado em 1998.

Os resultados obtidos com base no modelo de previsão para o ICMS encontram-se no Quadro V, a seguir:

QUADRO V

PREVISÃO DO ICMS PARA 1999			
Valores em R\$ 1.000			
ICMS-98 (*)	Efeito-preço	Efeito-quantidade ¹	ICMS-99 ²
[A]	[B]	[C]	[D]=[A]*[B]*[C]
970.418	1,115	0,97	1.049.556

(*) Fonte: SIAFEM.

¹ dado pela evolução da inflação.

² dado pela evolução do PIB.

ISS

À luz do mesmo modelo utilizado para o ICMS, o resultado alcançado é uma previsão de receita para o ISS em 1999 de R\$ 206 milhões, conforme Quadro VI.

QUADRO VI

PREVISÃO DO ISS PARA 1999			
Valores em R\$ 1.000			
ISS-98 (*)	Efeito-preço	Efeito-quantidade	ISS-99
[A]	[B]	[C]	[D]=[A]*[B]*[C]
190.670	1,115	0,97	206.219

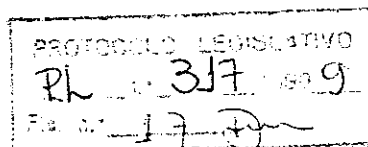
(*) Fonte: SIAFEM.

Por outro lado, a retração do nível de atividade econômica e a crise fiscal leva a acreditar-se que a contratação de serviços na economia local se retraia a ponto de não ser possível atingir a previsão de receita acima apontada. Desse modo, permite-se reavaliar a previsão para R\$ 194.219 mil, sendo a diferença de R\$ 12 milhões o volume de receita que não seria realizado por conta do cenário econômico atual.

TAXAS⁷

Considerando-se a arrecadação realizada em 1998 e assumindo uma estabilização na arrecadação de TAXAS, espera-se para o quadriênio 2000-2003 a receita demonstrada no Quadro VII.

⁷ Inclui a Taxa de Limpeza Pública - TLP.



QUADRO VII

RECEITA DAS TAXAS			
1995-98			
Valores em R\$ 1.000 a preços de dezembro/98 (IGP-DI)			
2000	2001	2002	2003
37.550	37.550	37.550	37.550

Fonte Primária: SIAFEM.

Ante todo o exposto, e considerando-se um crescimento nominal estimado da ordem de 5% (cinco por cento) ao ano na arrecadação do ICMS e do ISS, o montante previsto da Receita Tributária do Distrito Federal para o período 2000-2003 é de R\$ 6,77 bilhões, conforme demonstrado no Quadro VIII.

QUADRO VIII

PROJEÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA				
PERÍODO 2000-2003				
Valores em R\$ 1.000				
RECEITA TRIBUTÁRIA	A N O			
	2000	2001	2002	2003
IPTU	125.900	132.200	138.800	145.750
IPVA	83.200	83.200	83.200	83.200
ITCD	4.215	4.292	4.153	4.220
ITBI	33.397	33.128	32.600	33.040
ICMS	1.102.035	1.157.135	1.214.990	1.275.740
ISS	201.020	208.050	215.330	222.870
TAXAS ¹	37.550	37.550	37.550	37.550
TOTAL	1.587.317	1.655.555	1.726.623	1.802.370

Ressalta-se que os valores apontados acima devem necessariamente ser revistos assim que surgirem novos elementos que modifiquem o atual contexto econômico-tributário.

A Tabela I, a seguir, apresenta a projeção anual para o total da receita estimada no período de 2000 a 2003.

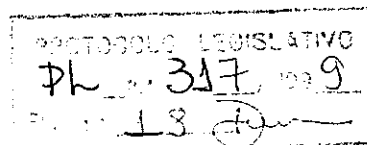


TABELA I

PROJEÇÃO DA RECEITA PARA O QUADRIÊNIO DE 2000-2003

R\$

DISCRIMINAÇÃO	PROJEÇÃO			
	2000	2001	2002	2003
RECEITAS	4.636.111.865	4.693.993.865	4.775.205.133	4.861.399.699
- RECEITAS CORRENTES	4.604.241.308	4.672.479.308	4.753.690.576	4.839.885.142
- Receitas Tributárias	1.587.317.000	1.655.555.000	1.726.623.000	1.802.370.000
. Impostos	1.549.767.000	1.618.005.000	1.689.073.000	1.764.820.000
- ICMS	1.102.035.000	1.157.135.000	1.214.990.000	1.275.740.000
- IPVA	83.200.000	83.200.000	83.200.000	83.200.000
- ITCD	4.215.000	4.292.000	4.153.000	4.220.000
- ITBI	33.397.000	33.128.000	32.600.000	33.040.000
- IPTU	125.900.000	132.200.000	138.800.000	145.750.000
- ISS	201.020.000	208.050.000	215.330.000	222.870.000
. TAXAS	37.550.000	37.550.000	37.550.000	37.550.000
- Receita de Contribuições	152.089.657	152.089.657	152.089.657	152.089.657
- Receita Patrimonial	48.913.208	48.913.208	48.913.208	48.913.208
- Receita Agropecuária	17.769	17.769	17.769	17.769
- Receita Industrial	1.218.851	1.218.851	1.218.851	1.218.851
- Receita Serviço	81.287.286	81.287.286	81.287.286	81.287.286
- Transferências Correntes	2.562.800.855	2.562.800.855	2.572.944.123	2.583.391.689
. Participação na Receita da União	338.108.947	338.108.947	348.252.215	358.699.781
- FPE/FPM	111.206.907	111.206.907	114.543.114	117.979.407
- Cotas do IPI	40.404	40.404	41.616	42.864
- Transf. do IR	195.503.989	195.503.989	201.369.109	207.410.182
- Cotas do ITR	87.598	87.598	90.225	92.932
- Salário Educação	31.270.049	31.270.049	32.208.151	33.174.396
. Outras Transferências da União	2.224.691.908	2.224.691.908	2.224.691.908	2.224.691.908
- Outras Receitas Correntes	170.596.682	170.596.682	170.596.682	170.596.682
- RECEITAS DE CAPITAL	31.870.557	21.514.557	21.514.557	21.514.557
- Operações de Crédito	10.356.000	0	0	0
- Alienação de Bens	0	0	0	0
- Amortizações	0	0	0	0
- Transferências de Capital	21.514.557	21.514.557	21.514.557	21.514.557

Fonte: Secretaria de Fazenda

PROJETO LEGISLATIVO
 PL nº 317/2009
 de 19/10

1.5 TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS NO PLANO

Na elaboração do Plano foram utilizados termos técnicos comuns do vocabulário de planejamento e de orçamento, os quais são transcritos abaixo. Essa conceituação, uniformizada, visa o perfeito entendimento dos textos e tabelas que constituem este documento.

Recursos do Tesouro: compreende as receitas provenientes de impostos, taxas, contribuições parafiscais, recursos de operações de crédito, receita de alienação patrimonial e outros.

Recursos de Outras Fontes: envolve as receitas próprias das entidades que possuem autonomia financeira, como, por exemplo, as empresas públicas.

Despesas de Capital: as realizadas com propósito de formar e/ou adquirir ativos reais.

Despesas Decorrentes das Despesas de Capital: as de manutenção, conservação e funcionamento que, durante a vigência do plano, passarão a ser necessárias como consequência dos investimentos.

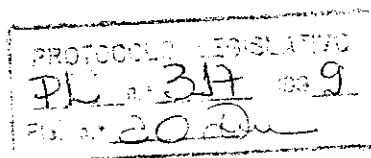
Despesas Correntes de Programas de Duração Continuada (descritas na tabela como Despesas Correntes): as realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos.

Diretriz: linha geral de ação estipulada de acordo com a política definida, tendo em vista o alcance de objetivos.

Objetivos: situação a ser alcançada a partir da ação de governo.

Meta: produto quantificado a ser obtido durante a execução da ação governamental.

Diagnóstico: compreensão e caracterização global de uma determinada situação-problema e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades.



2. CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

2.1. ESPAÇO FÍSICO - TERRITORIAL

Com uma área de 5.789,16 Km², o Distrito Federal está localizado a Sudeste do Estado de Goiás, na Região Centro-Oeste do país. Os municípios limítrofes são na sua maioria pertencentes ao Estado de Goiás, apenas a sudeste, o Distrito Federal limita-se com o município mineiro de Cabeceira Grande. Divide-se em 19 Regiões Administrativas:

I - Brasília	472 km ²
II - Gama	276 km ²
III - Taguatinga	121 km ²
IV - Brazlândia	475 km ²
V - Sobradinho	572 km ²
VI - Planaltina	1.535 km ²
VII - Paranoá	853 km ²
VIII - Núcleo Bandeirante	80 km ²
IX - Ceilândia	230 km ²
X - Guará	45 km ²
XI - Cruzeiro	9 km ²
XII - Samambaia	106 km ²
XIII - Santa Maria	216 km ²
XIV - São Sebastião	384 km ²
XV - Recanto das Emas	101 km ²
XVI - Lago Sul	183 km ²
XVII - Riacho Fundo	56 km ²
XVIII - Lago Norte	66 km ²
IXX - Candangolândia	6 km ²

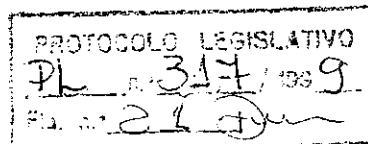
2.2 DADOS DEMOGRÁFICOS

Segundo a Contagem Populacional realizada em 1996, o Distrito Federal possuía 1.821.946 habitantes. Comparando com o Censo Demográfico de 1991, quando a população era de 1.601.094 habitantes, houve um incremento proporcionalmente menor (de 13,74%) nos últimos 5 anos, em relação ao período 1980/1991 que havia sido de 36,2%. A taxa de crescimento médio anual que era de 2,84 passou, no período de 1991/1996, para 2,62 por cento. A estimativa da população para o ano 2003 é de 2.167.022 habitantes.

A Região Administrativa de Ceilândia possui a maior concentração da população do Distrito Federal, com 342.885 habitantes, correspondendo a 18,82% do total, seguida por Taguatinga com 221.254 habitantes (12,14%) e Plano Piloto com 202.426 habitantes (11,11%).

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

O Distrito Federal tem localização estratégica por situar-se no ponto central do território brasileiro, o que o torna uma região de influência imediata. Tem



a mais elevada renda *per capita* do país, o que lhe assegura dinâmico mercado consumidor. Sua economia é caracteristicamente terciária, típica de modelo de desenvolvimento auto-sustentável, tanto pelas oportunidades de investimentos que oferece como pelas potencialidades regionais.

O setor terciário em 1996 respondia por 88,8% do PIB do Distrito Federal, o setor secundário por 10,4% (predominando a construção civil) e o setor agropecuário representava apenas 0,8%.

No período de 1990/1996, o Produto Interno Bruto do Distrito Federal apresentou um crescimento real de 21,7% ou 2,82% ao ano. Considerando-se que a população crescia 17% constata-se que o PIB teve aumento real de 4,7%.

2.4 EMPREGO E RENDA

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF mostraram que em dezembro de 1998, a taxa de desemprego registrada foi 19,9%. A População Economicamente Ativa – PEA no Distrito Federal foi estimada em 865,7 mil pessoas e o contingente em desemprego foi calculado em 172,4 mil.

A análise dos desempregados segundo atributos pessoais revela maior incidência entre as mulheres (53,9%), seguindo-se os da faixa etária de 18 a 24 anos (37,8%), os não chefes de família (76,4%), os indivíduos com experiência anterior de trabalho (80,9%) e entre as pessoas com 1º grau incompleto (45,8%).

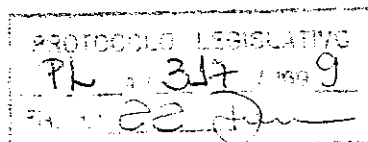
Dentre as 693,3 mil pessoas ocupadas no Distrito Federal, em 1998, 389,7 mil estavam trabalhando no setor serviços (56,2%), 139,9 mil na administração pública (20,2%) e no comércio havia 101,1 mil (14,6%).

O rendimento máximo auferido pelos 10% da população ocupada com menor renda em novembro foi de R\$ 150,00. Para os 10% dos ocupados mais ricos, o menor rendimento foi de R\$ 2.000,00. Para a categoria de assalariados, o valor máximo dos 10% de menor salário chegou a R\$ 210,00. Já o valor mínimo auferido pelos 10% de maiores salários era de R\$ 2.200,00.

2.5 SETORES DA ECONOMIA

2.5.1 Agropecuário

A agropecuária no Distrito Federal não se apresenta com nível de atividade relevante na economia, em termos de atendimento do mercado local, em que pese a melhoria de produtividade das principais culturas observadas nos últimos anos. É considerável o potencial das áreas cultiváveis, representado pelos 440 mil hectares de terras apropriadas à exploração rural. Embora dispondo de amplo mercado demandante de produtos agrícolas, a produção local é pouco significativa, excetuando a relativa aos hortifrutigranjeiros que atendem toda a demanda local.



Em relação à pecuária, o rebanho bovino vem apresentando considerável aumento e melhoria qualitativa. Em consequência, a produção de carne teve, nos últimos sete anos, incremento de cerca de 40% e a produção de leite praticamente dobrou. A avicultura também merece destaque, o rebanho de aves cresceu em torno de 50% e a oferta de carnes e ovos elevou-se em 47% e 144% respectivamente.

Mesmo com a melhoria observada nas atividades agropecuárias, a sua participação na formação do PIB continua baixa, apenas 0,8% de seu total. Relativamente à geração de empregos, a participação é mais elevada, próxima de 1,5%, por se tratar de atividades intensivas de mão-de-obra.

2.5.2 Industrial

As atividades industriais têm-se mantido, nos últimos anos, em torno de 10%, tanto na formação do PIB quanto na geração de empregos, levando-se em conta as atividades extrativas minerais, de transformação e da construção civil.

O setor industrial é composto de cerca de 2.450 estabelecimentos. A indústria de transformação absorve 48% de mão-de-obra, e a construção civil 47%.

Os segmentos que se apresentam com potencialidades e capacidades de dinamização são: informática, agroindústria, editoração e gráfica, produtos alimentícios, moveleiro, vestuário, jóias e gemas.

2.5.3 Comércio e Serviços

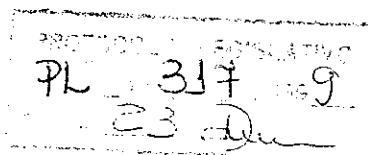
A estrutura produtiva da economia do Distrito Federal é caracteristicamente terciária, posto que os segmentos que compõem o setor serviços respondem por quase 90% da formação do PIB e da geração de empregos.

É grande a dependência do mercado de trabalho do setor público, considerando-se que mais da metade da mão-de-obra empregada é absorvida pelas atividades da esfera pública, aí computando-se educação, saúde, serviços de utilidade pública, serviços creditícios e financeiros e comunicações. Por sua vez, a contribuição da iniciativa privada é, em relação ao setor público, de 29% em educação, 42% em saúde, 25% em comunicações e 35% em serviços creditícios e financeiros.

2.6 INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

2.6.1 Energia

A carga própria de energia apresentou uma variação positiva de 8,2% em relação a 1997, com a demanda máxima registrando carga de 676 Mwh/h, ocorrido no mês de setembro de 1998, 5% a mais que a de 1997. As perdas, técnicas e comerciais, situaram-se em 9,6%.



O consumo de energia elétrica no Distrito Federal em 1998, cresceu 7,42% em relação a 1997 com aumento de 4,9% do número de consumidores no mesmo período.

É de se destacar que a Companhia Energética de Brasília - CEB ultrapassou, em 1998, a marca de 500 mil consumidores atendidos, sendo 85% classificados como residenciais. Relativamente ao conjunto das categorias, observa-se que as contribuições para o desempenho foram provenientes das classes comercial, industrial, residencial e poder público, que representam 88% do mercado da CEB, com aumentos de 12,3%, 7,3%, 5,9% e 5,0%, respectivamente. A classe rural teve uma elevação no consumo da ordem de 10,3%.

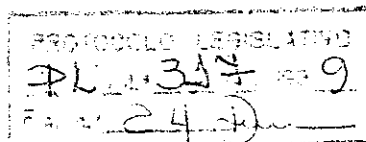
Na classe industrial, em 1998, o setor de cimento foi o que mais contribuiu para o crescimento de 12,7% sobre o consumo verificado em 1997, graças ao aumento da capacidade de produção das fábricas instaladas no Distrito Federal. A classe comercial, por sua vez, apresentou uma variação positiva de 12,3% em 1998, com uma expressiva participação do comércio varejista, que representa 25% do consumo total desta classe.

2.6.2 Transporte

O Distrito Federal constitui-se em ponto básico de interligação dos grandes eixos viários do país, tornando-se naturalmente ponto de interface dos principais corredores estratégicos de transporte. Internamente, a malha rodoviária do DF é composta de rodovias federais e distritais, com 803 km de vias pavimentadas.

O Sistema de Transporte Público Coletivo conta com uma frota de 2.198 veículos que fazem parte do serviço convencional, 108 veículos no transporte especial e 624 permissões para operar no transporte alternativo. Os serviços convencional e especial operam com cerca de 600 linhas diretas, das quais 73% são linhas de ligação entre as cidades e 27% linhas internas em cada localidade. Pelo fato das oportunidades de emprego estarem concentradas no Plano Piloto (70%), a metade das linhas diretas estão ligadas a Brasília. No entre pico em função da baixa demanda de passageiros, parte significativa das linhas e da frota deixam de operar. O índice de passageiros por quilômetro (IPK) no Distrito Federal é dos mais baixos do país, devido às longas distâncias e pouca renovação de passageiros, o que acarreta uma das tarifas mais caras, embora o custo operacional não seja dos mais altos. Os tempos de espera são grandes, a tarifa é elevada, a qualidade dos serviços não é das melhores, por conseqüência, o transporte urbano do DF não vem apresentando respostas satisfatórias às necessidades da população.

O Metrô/DF foi concebido para atender às demandas de transporte entre o Plano Piloto de Brasília e as cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, e atenderá de forma adicional ao Guará e Águas Claras. Esta área constitui hoje o corredor de transporte mais carregado do DF que com a implantação do Metrô, reduzirá o volume de tráfego dos três eixos e os congestionamentos hoje existentes no horário de pico. Considerando-se a limitação da oferta de lugares resultantes da frota de 20 trens, estimou-se uma demanda de 133 mil passageiros a serem transportados diariamente. Durante o período de pico, o Metrô irá transportar 18 mil passageiros por hora. O Metrô está funcionando em fase experimental e



muito em breve estará em ritmo normal, conseqüentemente parte dos problemas mencionados serão solucionados.

2.6.3 Telecomunicações

A base instalada de terminais de telefonia convencional do Distrito Federal alcançou, em 1998, 545 mil linhas telefônicas correspondendo a 28,42 linhas para cada 100 habitantes, quase três vezes mais que a média nacional. O sistema celular teve um impulso muito grande, em 1998, quando da implantação da banda B, explorada por empresa privada, não só na melhoria do serviço como ao atendimento da demanda, dobrando o número de usuários.

O serviço de atendimento a telefonia através de telefones públicos no DF também vem crescendo, só em 1998 houve um acréscimo de 19%.

A rede de atendimento de correios e telégrafos continua apresentando uma boa estrutura no setor de telecomunicações. O DF conta com 71 agências de correios e 985 caixas de coleta.

2.7 ASPECTOS SOCIAIS

2.7.1 Educação

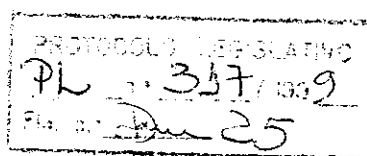
O Distrito Federal vem apresentando em relação às demais unidades federativas as maiores taxas de cobertura de matrícula do Ensino Fundamental (99%), relativamente à população de 7 a 14 anos, a melhor qualidade do ensino e o melhor salário pago aos professores.

O Censo Educacional realizado em março/98 registrou a existência de 990 estabelecimentos de ensino no Distrito Federal, sendo 564 da rede pública e 426 da rede particular. A rede pública teve na sua matrícula inicial 549.028 alunos e a rede particular 122.445. A oferta de vagas da iniciativa privada corresponde, portanto, a 22,3%, contra 77,7% da rede pública. São 22.801 professores que atendem a rede pública.

Pesquisa realizada pelo MEC aponta que a educação no Distrito Federal vem reduzindo os índices de abandono escolar e elevando os índices de aprovação, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, contribuindo portanto para equacionar os grandes desníveis educacionais que persistem na sociedade brasileira atual.

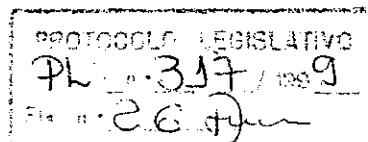
2.7.2 Saúde

A rede hospitalar do Distrito Federal é composta de 13 hospitais distritais, com 2.680 leitos, 2 hospitais federais, com 620 leitos, e 27 hospitais particulares, com 1.720 leitos. O sistema público conta ainda com 62 centros de saúde urbano e 21 postos de saúde rural.

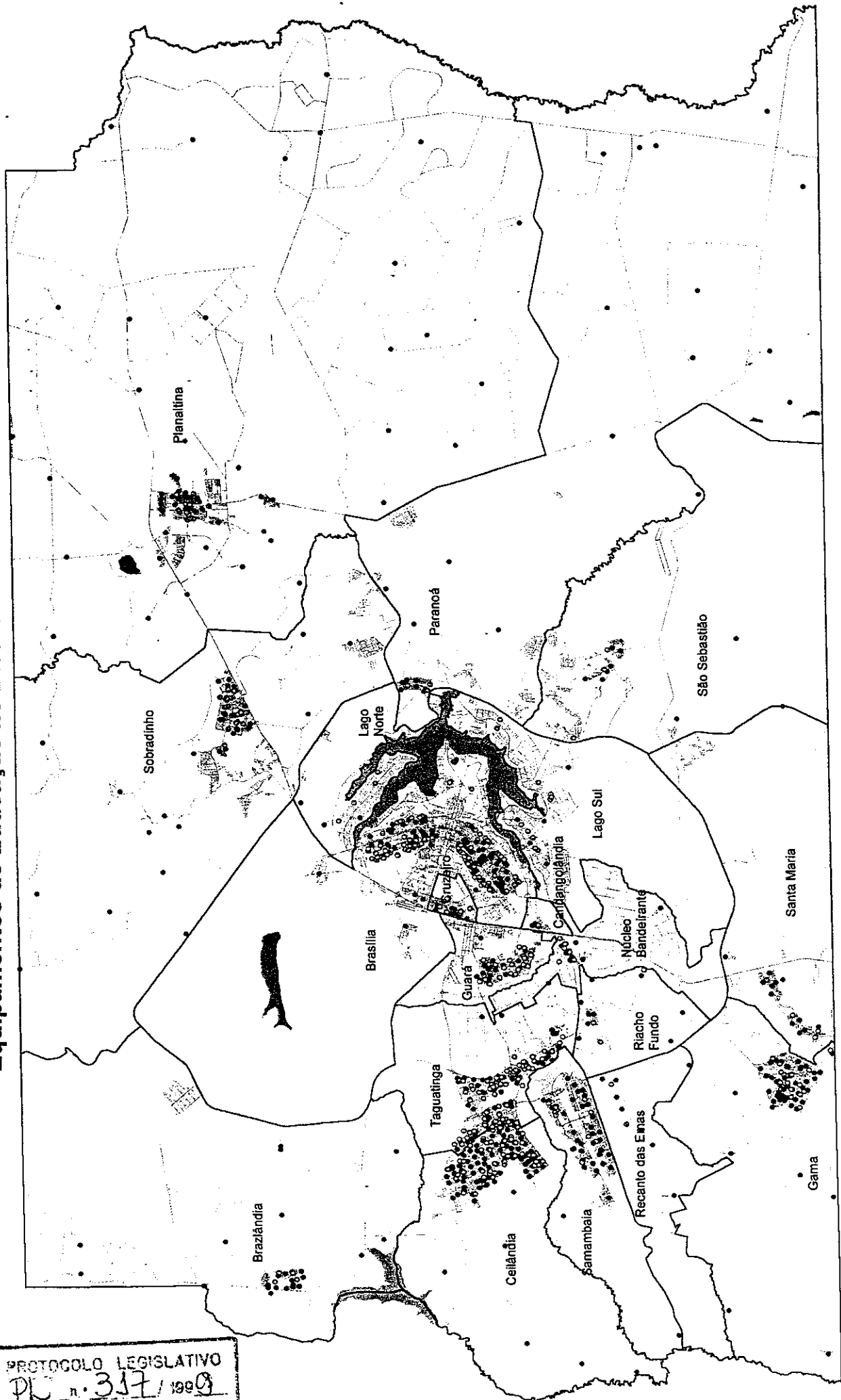


A equipe de profissionais da rede pública é formada por 3.159 médicos, 283 odontólogos, 1.142 enfermeiros e 5.647 auxiliares de enfermagem. Em 1998, atendeu-se a uma média mensal de 367.438 pessoas.

O nível de atendimento da cobertura vacinal de rotina nas crianças menores de 5 anos tem se mantido acima de 90%. Nas campanhas, esse índice se situa entre 90 e 98%, fazendo com que a incidência de doenças imunopreveníveis se mantenha baixa. Poliomielite e sarampo permanecem com incidência zero, evidenciando a interrupção da circulação desse vírus no DF.



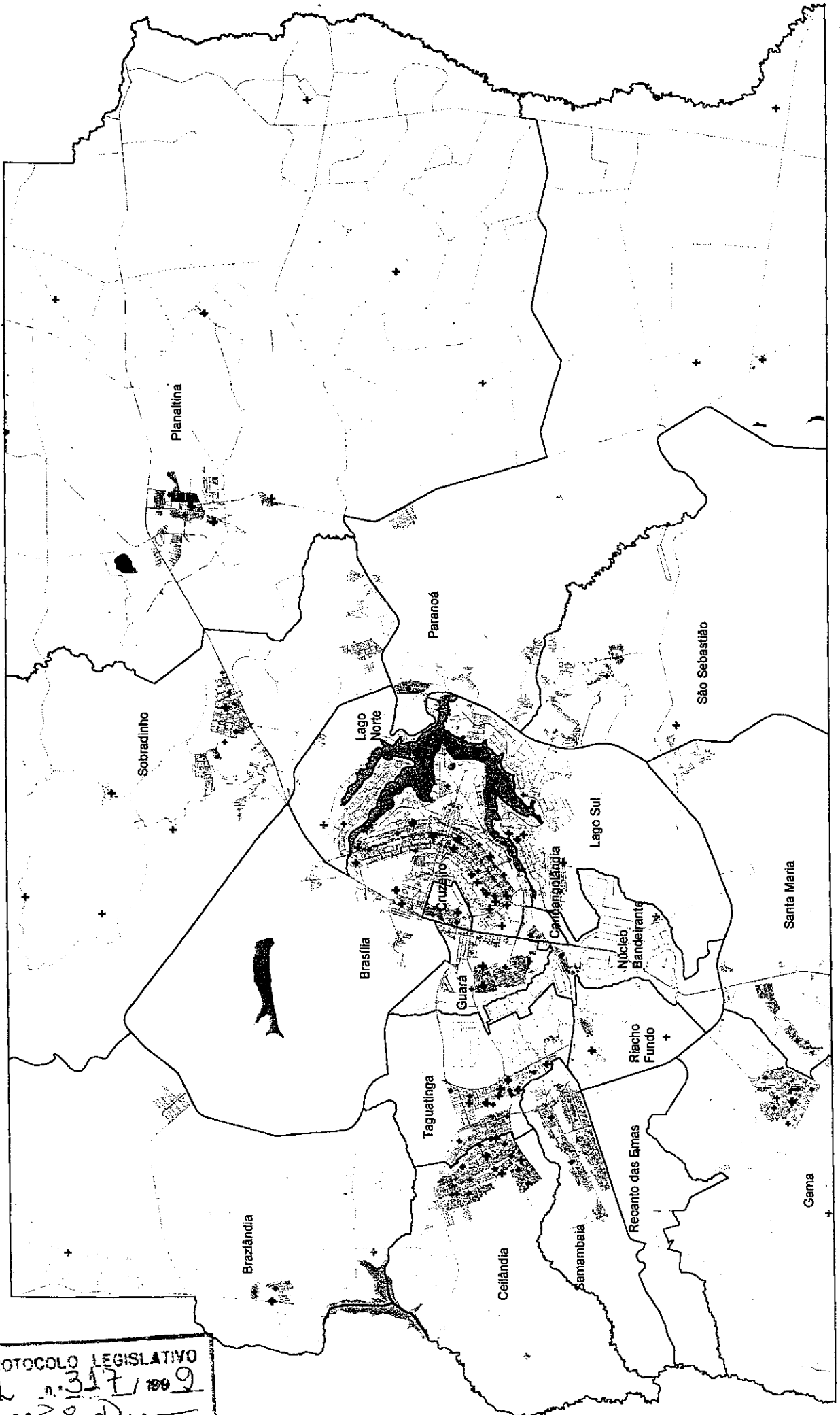
Equipamentos de Educação no Distrito Federal - 1998



- Rede Pública - 564 escolas, 549.028 alunos
- Rede Particular - 426 escolas, 122.445 alunos

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 317/1999
Fis. n.º 27 Du

Equipamentos de Saúde no Distrito Federal - 1998



- Hospitais Públicos - 15
- Hospitais Particulares - 27
- Centros de Saúde - 62
- Postos de Saúde - 21



PROTOCOLO LEGISLATIVO
Pl. n.º 317/1999
Fla. n.º 28 Du

2.7.3 Segurança

Embora não atenda aos anseios da população do Distrito Federal, o padrão de segurança pública que lhe é oferecido se destaca dentre as demais capitais brasileiras. O DF foi pioneiro na implantação de ações que objetivaram a redução drástica da velocidade e, conseqüentemente, com acentuada queda no número de acidentes – menos 41% nos fatais ocorridos em 1998 em relação ao ano de 1997.

Para isso foi determinante a adesão da comunidade, tanto dos condutores de veículos como de pedestres, quando se fez cumprir antiga lei de trânsito que assegura ao pedestre a travessia de vias públicas com segurança.

Quanto aos serviços penitenciários, permanece a preocupação do governo com a reinserção do preso no convívio social e no mercado de trabalho, com o objetivo de gerar renda para o sustento de suas famílias. O DF vem investindo na educação profissional desse segmento da população, qualificando-o para o trabalho interno e externo.

A Polícia Militar do Distrito Federal conta com a estrutura de 8 batalhões, 11 companhias, 97 postos policiais, um efetivo de 11.980 policiais e 611 viaturas.

A Polícia Civil é estruturada com 23 delegacias, 10 postos policiais, 13 postos de identificação, um efetivo de 2.217 agentes e 403 viaturas.

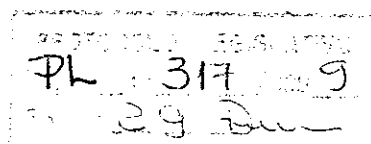
O Corpo de Bombeiros é constituído de 5 batalhões, 26 companhias, 58 viaturas e um efetivo de 3.682 bombeiros.

2.7.4 Habitação e Saneamento

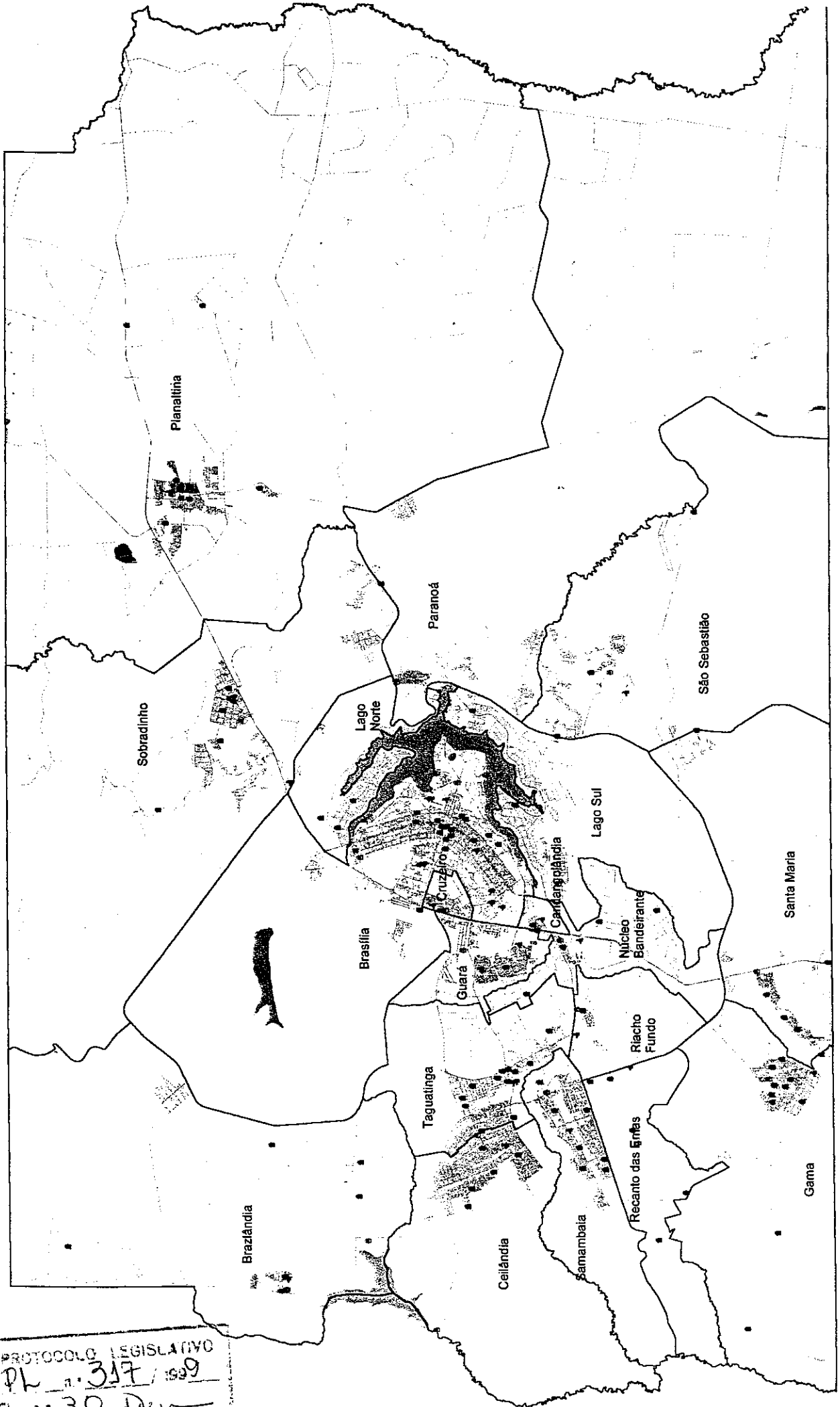
Segundo levantamento realizado pelo IBGE, quando da Contagem Populacional, em 1996, o Distrito Federal possuía 520.630 domicílios, registrando um crescimento de 36,5% em relação ao Censo Demográfico de 1991, que era de 381.384 domicílios, conseqüentemente, a média de moradores por domicílio, que em 1991 era de 4,19, reduziu para 3,89 em 1996.

Não só com recursos do governo local como também do Governo Federal, mediante um programa nacional para habitação e saneamento, o Distrito Federal vem suprindo seu déficit habitacional, como também vem universalizando o acesso aos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário nas áreas regularizadas. Hoje, 98,77% desta população é atendida com água tratada canalizada, de boa qualidade, e 89,64% da população é beneficiada com coleta de esgotos. Estes índices conferem ao DF uma situação mais favorável que o quadro nacional.

Quanto à coleta de lixo, 100% dos domicílios situados em áreas urbanas têm coleta regular. São 5 as estações de tratamento que processam o lixo perfazendo uma média de 5.541 ton/mês e as demais 45.303 ton/mês coletadas são aterradas. O programa de coleta seletiva de lixo que só acontece em Brasília e Brazlândia, recolhe uma média de 6.524 ton/mês.



Equipamentos de Segurança Pública no Distrito Federal - 1998



PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 317 / 1999
Fls. n.º 30 *Deu*

- Corpo de Bombeiros - 31
- Delegacias - 23
- Polícia Militar - 19
- Postos Policiais da PM - 97

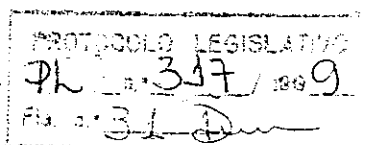
2.7.5 Cultura, Lazer e Turismo

O Distrito Federal possui uma boa estrutura para realização de atividades culturais, embora tenha maior concentração em Brasília, contando, no total, com 21 teatros, 48 salas de cinema, 25 bibliotecas públicas, 39 museus, 44 espaços culturais e 60 auditórios.

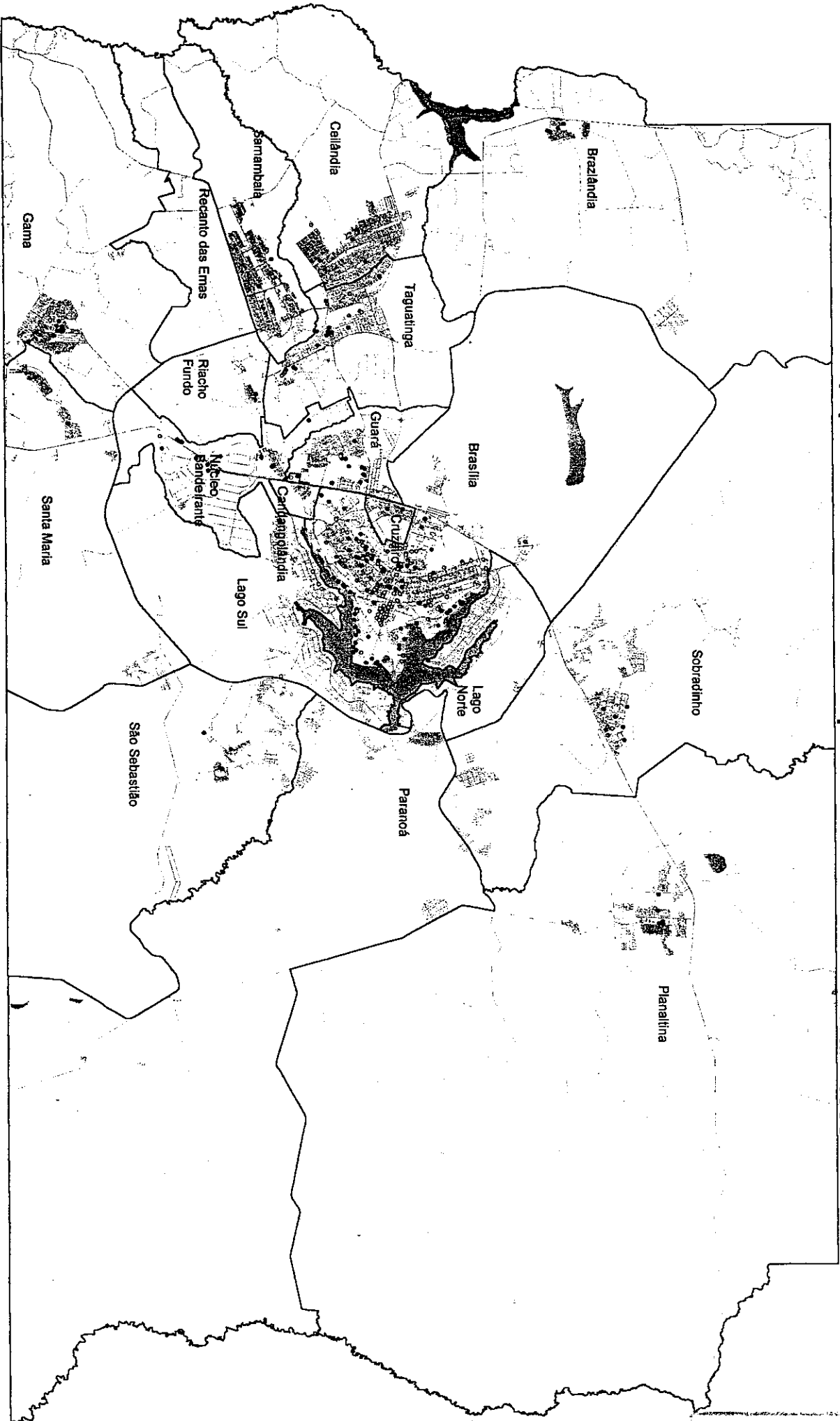
O DF dispendo de extensas áreas verdes, 164 praças urbanizadas, 386 quadras de esportes, 11 estádios, 81 ginásios, reservas ecológicas com bosques, matas, grutas, saltos e cachoeiras, oferece condições para a prática de esportes, lazer e turismo ecológico. Além destas opções conta também com a infra-estrutura de 86 clubes sociais, do Parque da Cidade, do Parque do Guará e do Parque Nacional com extensa piscina natural.

Encontra-se em execução, o Projeto Orla que contará com 11 pólos de atividades turísticas, lazer, culturais e esportivas, num total de 238 hectares, na forma de parques, marinas, centros comerciais, museus, cinemas, restaurantes, bares e hotéis.

O turismo representa uma das atividades produtivas do DF que se apresenta com grande potencial de dinamização e participação na geração de emprego e renda. O Distrito Federal oferece pontos de interesse para o visitante como o turismo cívico, representado pelos valores históricos e culturais, monumentos, sua arquitetura ímpar, agroturismo, ecoturismo, além de dispor de instalações e equipamentos para realização de eventos, excelente rede hoteleira, aeroporto internacional, facilidade de locomoção e a proximidade com o poder político, representações diplomáticas e organismos internacionais.



Equipamentos Culturais e Esportivos no Distrito Federal - 1998



Culturais

- Cinemas - 48
- Teatros - 21
- Museus - 39
- Bibliotecas - 1

Esportivos

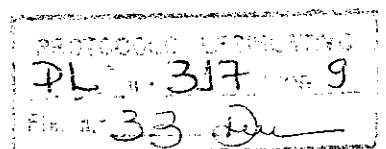
- Espaços Culturais - 44
- Auditórios - 60
- Clubes - 88
- Estádios - 11
- Ginásios - 81
- Parques - 1



PROJETO LEGISLATIVO
 PL nº 317/1999
 Pág. nº 32 D

ANEXO II

Políticas, Objetivos e Diretrizes



POLÍTICAS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

A ação coordenada do governo está sustentada em um tripé conformado pelas três políticas da gestão que se inicia:

- 1) Segurança e Bem-Estar Social;
- 2) Desenvolvimento Econômico;
- 3) Modernização do Estado.

Cada uma das políticas possui diretrizes e objetivos que balizaram a elaboração dos objetivos, diretrizes e metas dos órgãos setoriais, norteando, deste modo, a ação de todo o complexo administrativo local.

A seguir serão descritos, sucintamente, o conteúdo das políticas e seus objetivos e diretrizes que orientaram o trabalho de elaboração dos órgãos da administração do Distrito Federal. Essa descrição obedece o que se encontra enunciado no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o período 1999-2002.

1. SEGURANÇA E BEM-ESTAR SOCIAL

Nesta política encontra-se a afirmação categórica do cuidado do governo com a situação biológica, psíquica e social de seu povo e com as condições do meio em que vive (seu lar, cidade e meio ambiente).

Encontram-se englobadas aqui as ações nas áreas de: segurança pública, assistência à saúde, habitação e condições sanitárias, educação e treinamento profissional, cultura, garantia social, transporte, esporte e lazer e proteção à natureza.

OBJETIVOS

- reverter o atual quadro de crescentes níveis de violência de forma imediata e permanente;
- prover a sociedade com mais e melhores serviços de saúde, educação e segurança;
- imprimir o caráter preventivo na assistência à saúde;
- minimizar o déficit habitacional do Distrito Federal;
- resgatar a finalidade do ensino público, tornando-o referência para o Brasil, melhorando ainda mais os índices da educação local;

- tornar a capital da República um grande centro cultural da nação;
- promover a proteção e o desenvolvimento social;
- melhorar o setor de transportes mediante a absorção de novas tecnologias, integração dos sistemas existentes e adaptação da malha viária ao tráfego de veículos de transporte público;
- utilizar o esporte e atividades de lazer como fatores do desenvolvimento humano sadio e socialmente equilibrado;
- preservar o meio ambiente natural e construído, essencial para a qualidade de vida da população;
- dar prosseguimento à construção da capital do País, completando os espaços urbanos ao longo do Eixo Monumental de Brasília e preservando o projeto original da área;
- realizar obras e serviços de infra-estrutura em todas as cidades e localidades do Distrito Federal.

DIRETRIZES

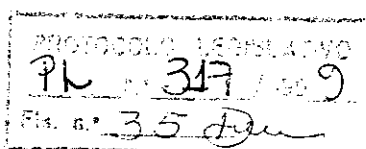
- união entre governo e sociedade para identificação das necessidades, definição de prioridades e procura de soluções;
- obediência aos princípios da solidariedade, responsabilidade de todos e conscientização da população;
- resgate do projeto original de construção da capital;
- promoção de política habitacional para a população de média e baixa renda.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na implementação desta política busca-se criar as bases necessárias ao crescimento do Distrito Federal e do seu Entorno como pólo de desenvolvimento sustentado. Serão efetivadas ações que buscarão dinamizar o desenvolvimento tecnológico, a consolidação dos agronegócios, a produção de bens de consumo e outros.

OBJETIVOS

- estimular iniciativas do setor privado voltadas para a ampliação e dinamização do turismo no Distrito Federal e Entorno;



- estimular e consolidar os agronegócios;
- estimular atividades que absorvam tecnologia de ponta;
- aumentar a renda da população, ampliando a participação nas riquezas geradas pelo desenvolvimento proposto;
- estimular o crescimento econômico e geração de riquezas, sem a degradação descontrolada dos recursos naturais, criando-se as bases para o crescimento sustentado do Distrito Federal.

DIRETRIZES

- incentivar o desenvolvimento de pequenos negócios nas cidades e no campo;
- promover a regularização fundiária;
- produzir bens de consumo para atender à demanda interna ofertando excedentes para outros Estados;
- empreender atividades de capacitação profissional e de qualificação ou requalificação de trabalhadores.

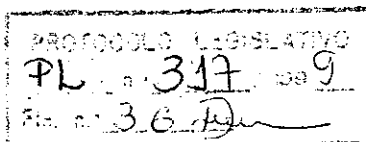
3. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Esta política procura mobilizar a reforma do Estado por meio da recuperação da capacidade pública de administração e de financiar a sua atuação.

Com isso pretende-se construir um Estado moderno e eficiente, capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e social segundo as regras do modelo democrático vigente.

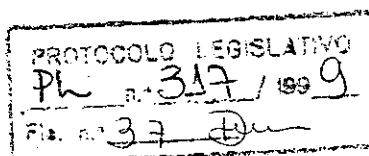
OBJETIVOS

- dotar o governo de uma estrutura ágil, pronta a resolver os problemas sociais, modernizando a máquina do governo para atender mais e melhor a população;
- possuir, no quadro permanente do governo, servidores com capacidade técnica e comprometimento necessários para dar encaminhamento ao atendimento das novas demandas da sociedade;
- dotar a administração local com o suporte cognitivo necessário para a alteração de procedimentos e condutas inadequadas à nova realidade da administração pública e aos novos desafios a que ela deve responder.



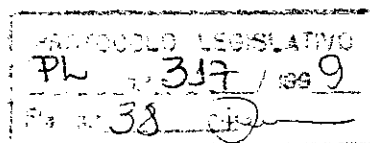
DIRETRIZES

- **estimular a participação da sociedade na gestão dos serviços;**
- **orientar as ações de governo para atendimento das demandas dos cidadãos;**
- **agir em observância aos princípios do planejamento e da coordenação das ações de governo;**
- **agilizar e simplificar os processos de trabalho;**
- **descentralizar o atendimento;**
- **atuar conjuntamente com a iniciativa privada na busca de soluções e melhoria da prestação dos serviços públicos;**
- **ênfatisar o controle dos resultados da ação governamental;**
- **buscar novas fontes de financiamento da ação governamental.**



ANEXO III

Diagnósticos, Objetivos e Diretrizes Setoriais



1. Poder Legislativo

PROYECTO LEGISLATIVO
PK 317/09
FOLIO 39

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

Exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Poder Legislativo visa o efetivo cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do DF, tendo por princípios fundamentais a autonomia e a independência.

Em 1999, a Câmara Legislativa inicia a sua terceira legislatura, tendo, nas suas duas primeiras (1991-1994 e 1995-1998) apreciado um total de 5.628 projetos de lei, dos quais 2.327 foram transformados em leis, atualmente em vigor.

As ações desenvolvidas desde a sua implantação contribuíram positivamente para o desenvolvimento de suas atribuições legais e ainda fizeram com que essa instituição aumentasse o seu reconhecimento por parte da sociedade brasiliense, o que passou a gerar expectativas igualmente positivas em relação aos anos vindouros e à maior participação da mesma na defesa do interesse coletivo.

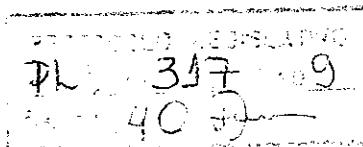
Dentro desse contexto a CLDF pretende manter a sua filosofia de atuação integrada às políticas de Governo adotadas pelo Poder Executivo, adentrando o próximo milênio, priorizando as políticas que atendam às demandas da sociedade nas áreas da educação, saúde, geração de emprego, segurança pública, meio ambiente, moradia, transportes, assistência social, entre outras.

OBJETIVOS

- aprimorar os mecanismos de participação da sociedade nos debates realizados pela Câmara Legislativa;
- organizar e estruturar o sistema de fiscalização e controle do Poder Executivo;
- incrementar a eficácia dos canais de verificação e consulta das demandas sociais;
- promover esforços que solidifiquem o princípio de utilidade do Poder Legislativo, na democracia representativa;
- revigorar a participação popular na definição e controle das políticas públicas através da divulgação das contas do Poder Executivo.

DIRETRIZES

- tornar mais acessíveis as informações de natureza política, econômica e social, produzidas no âmbito da Câmara Legislativa;



17/11/2009
 PL 313/09
 LEGISLATIVO

• Incrementar o papel do poder legislativo como instituição de representação da sociedade e instância mediadora e fiscalizadora do poder executivo.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

O Tribunal de Contas, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar nº 09 de maio de 1995, é o órgão que exerce as funções de controle externo no âmbito do Distrito Federal.

Assim, compete ao Tribunal de Contas exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas.

DIAGNÓSTICO

As novas atribuições estabelecidas para o Tribunal de Contas, com o advento da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Distrito Federal, vêm impondo a adoção de providências que permitam a superação de carências no tocante ao atendimento das competências, principalmente em relação à tempestividade, à eficiência e à eficácia de seus processos de trabalho, qualificação e motivação dos servidores.

OBJETIVOS

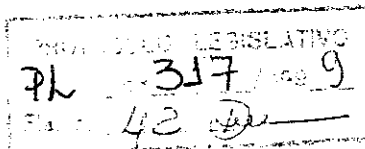
O Plano Estratégico do Tribunal – PLANEST, para o período 1999-2003, estabeleceu a seguinte Visão de Futuro:

“Atuação tempestiva e transparente na fiscalização da gestão dos recursos públicos do Distrito Federal, com ênfase na análise das contas anuais, e mediante processos de trabalho racionalizados e integrados, servidores qualificados, motivados e participantes, com mecanismos de articulação externa que resultem em destacado desempenho e reconhecimento da sociedade.”

Essa visão traz em si dois aspectos fundamentais a serem alcançados pelo Tribunal dentro dos próximos cinco anos:

- estar atuando tempestivamente em suas responsabilidades institucionais;
- ter alcançado níveis superiores de desempenho, relativo à produtividade e à qualidade dos serviços resultantes de seus processos de trabalho.

O primeiro aspecto encerra preciosa ação gerencial de marcar prazo para resolver os problemas das unidades dos Serviços Auxiliares; o segundo, conjuga também a ação operacional rumo à excelência no cumprimento da missão estabelecida para essa Corte de Contas.



DIRETRIZES

- **Diretriz Estratégica nº 1: Atuar tempestivamente.**

Meta: Atuar de forma tempestiva em todos os processos de trabalho.

Medidas:

- . **Eliminação do estoque de processos;**
- . **Aumento progressivo das ações de controle concomitante.**

- **Diretriz Estratégica nº 2: Integrar e racionalizar processos de trabalho.**

- Meta: Integrar e racionalizar todos os processos de trabalho do Tribunal.

- Medidas:

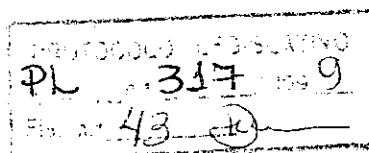
- . **Elaboração de diretrizes e implementação de sistemática de análise e melhoria dos processos de trabalho;**
- . **Integração das ações do Tribunal com vistas à análise das contas anuais dos ordenadores e dessas contas com as Contas do Governo;**
- . **Análise, projeto de melhoria, padronização e implementação dos processos de trabalho racionalizados, considerando a relação custo/benefício;**
- . **Planejamento e implementação da informatização dos processos de trabalho;**
- . **Adequação da estrutura organizacional do Tribunal, inclusive mediante criação de unidade de controle interno e revisão das áreas de planejamento e de informática, entre outras;**
- . **Implementação de sistemática de avaliação dos custos e benefícios da atuação do Tribunal;**
- . **Articulação com os Poderes competentes no sentido de atuação adequada do controle interno.**

- **Diretriz Estratégica nº 3: Qualificar e motivar servidores.**

Meta: Qualificar e motivar os servidores visando sua atuação participativa e comprometida com os resultados.

Medidas:

- . **Revisão dos planos de carreira, cargos e salários dos servidores;**

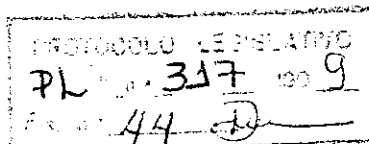


- . Revisão do sistema de avaliação e reconhecimento do desempenho;
 - . Implementação de gratificação de produtividade;
 - . Revisão do sistema de treinamento de servidores;
- Diretriz Estratégica nº 4: Atuação transparente e reconhecimento.

Meta: Atuar de forma transparente e obter o reconhecimento da sociedade.

Medidas:

- . Institucionalização da função comunicação social;
- . Fornecimento tempestivo de informações garantidas em Lei e outras que forem julgadas oportunas;
- . Disponibilização de informações relevantes de interesse da sociedade;
- . Divulgação do papel e dos resultados alcançados pelo TCDF;
- . Participação e promoção de ações e eventos externos;
- . Participação em processos de premiação da qualidade dos serviços públicos.



PROTOCOLLO LEGISLATIVO
PL n. 317/1999
Fia. n. 45 Du

GABINETE DO VICE - GOVERNADOR - GVG

O Gabinete do Vice-Governador, órgão de assistência direta e mediata ao Vice-Governador do Distrito Federal, tem por finalidade básica a administração das atividades técnico-administrativas e político-sociais, bem como a assistência nos assuntos de segurança.

DIAGNÓSTICO

Com a previsão da incorporação da SUCAR ao Gabinete da Vice-Governadoria, urge a necessidade de recursos para atender as Administrações Regionais.

A função político-social de competência do Gabinete da Vice-Governadoria só poderá se implementada se houver disponibilidade de recursos.

A previsão orçamentária do Gabinete da Vice-Governadoria é insuficiente para atender à demanda que, conseqüentemente, será exigida logo seja efetivada a referida incorporação. Diante dessa constatação, faz-se necessária a previsão de recursos para esse atendimento.

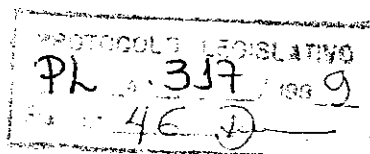
Levando-se em conta que existem 19 (dezenove) Administrações Regionais, no atual organograma da Vice-Governadoria, é fácil constatar que se faz necessária uma adequação à realidade do momento.

Para atender essa adequação também será de fundamental importância a destinação de receita para atender à demanda de ampliação do Fundo de Pessoal e dos valores para outras despesas.

Visando essa alteração, estima-se a verba da ordem de 100.000,00 (cem mil reais) mensais, estimados, desta forma, a previsão anual de mais R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) no orçamento do Gabinete do Vice-Governador.

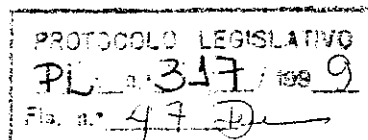
OBJETIVOS

- desempenhar papel de mediador entre sociedade e Governo;
- assistir ao Governo no acompanhamento político-social das ações dos diversos órgãos;
- participar do processo de identificação das dificuldades da sociedade, com vistas à busca de suas soluções.



DIRETRIZES

- formular políticas de fomento ao desenvolvimento do Distrito Federal, através da interação das ações das Administrações Regionais com a população, bem como através da ampliação dessas ações;
- manter canal de comunicação permanente da Vice-Governadoria com a sociedade, nos seus vários segmentos e camadas sociais.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PRG

A Procuradoria Geral do Distrito Federal - PRG é órgão central do sistema jurídico, de natureza permanente, na forma da Constituição Federal. Composta por cinco subprocuradorias, pelo Centro de Estudos, Centro de Cálculos e Perícias e pelo Centro de Assistência Judiciária, além do Gabinete do Procurador Geral, compete a representação judicial e a consultoria jurídica aos órgãos de sua administração e supervisionadas, defesa dos carentes, delegacias e presídios, detentos, processo de colocação de menores em famílias substitutas.

DIAGNÓSTICO

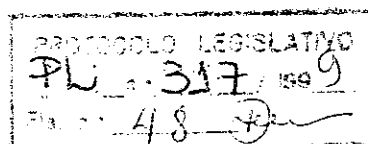
Objetivando a cobrança da dívida ativa, foram distribuídas aos procuradores do Distrito Federal 3.218 novas ações judiciais, sendo que 3.780 ações correspondem às execuções fiscais e 534 parcelamentos para incremento da arrecadação. Ao Supremo Tribunal Federal foram enviadas 20 ações diretas de inconstitucionalidade.

Quanto à área consultiva, foram emitidos 1.780 pareceres e examinados 2.635 processos administrativos relativos a contratos e convênios firmados com a administração, outros processos oriundos da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, Vara de Falência e Concordatas, Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, questão ambiental, parcelamento do solo e defesa do consumidor.

O Centro de Assistência Judiciária atende 123.870 pessoas carentes, tendo ajuizado 19.799 ações em defesa de seus interesses.

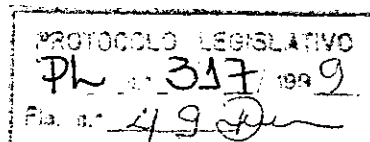
OBJETIVOS

- informatizar para permitir o funcionamento da rede local com equipamentos para processamento de dados e modernização das subprocuradorias;
- fornecer representação judicial e consultoria jurídica à população carente, às crianças e aos adolescentes, aos reclusos e demais disposições legais aos direitos dos apenados;
- publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal.



DIRETRIZES

- cumprir suas competências, legais e regimentais;
- defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal
- modernizar e agilizar as atividades para aumentar o rendimento da qualidade de serviços, ampliando nas cidades núcleos de atendimento de assistência judiciária;
- uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros estados e jurisprudências administrativas existentes;
- dar assistência jurídica às pessoas carentes no Centro de Assistência Judiciária;
- acompanhar ações judiciais de crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal, colocando-as em famílias substitutas.



SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRAS

O Sistema SECRAS/FSSDF tem como competência formular, executar e coordenar a política de assistência social do Distrito Federal mediante atendimento à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência, entre outros grupos de usuários, prestar serviços funerários e administrar as necrópoles. Procura-se intervir junto aos grupos sociais privados e ameaçados na sua sobrevivência e aos segmentos excluídos do processo produtivo, permitindo-lhes obter as condições básicas de acesso às políticas públicas.

DIAGNÓSTICO

No quadriênio 2000 a 2003 o Sistema SECRAS/FSSDF pretende desenvolver ações pactuadas com os parceiros governamentais e a sociedade civil integrados nas realizações governamentais, conforme preceitua a própria Lei Orgânica da Assistência Social.

A base deste Plano decorre de experiências anteriores vivenciadas pelo Sistema SECRAS/FSSDF e agrega as atuais propostas técnicas e gerenciais do Governo recém empossado.

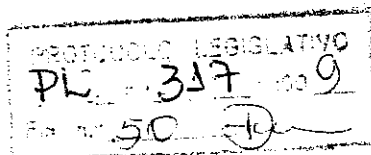
Busca-se coerência e adequação entre políticas, objetivos e diretrizes para atender maximamente a demanda da população pelos serviços assistenciais, demanda essa em pleno crescimento.

Neste momento, apontam-se as prioridades de trabalho dessa Secretaria, bem como os meios para assegurar a expansão das atividades e projetos apresentados.

Conforme dados da CODEPLAN, entre os anos de 1995 a 1998, a população do Distrito Federal apresentou um forte índice de crescimento. A taxa de desemprego em dezembro de 1995 foi de 16,2% e em dezembro de 1998 de 19,9%.

A análise desses dados demonstra que há crescimento populacional ascendente e taxas de desemprego em crescimento acelerado, e conseqüente saturação dos equipamentos comunitários do Distrito Federal, merecendo especial destaque a situação das necrópoles em face à precariedade do seu funcionamento e o iminente esgotamento dos cemitérios locais.

Verifica-se, ainda, o agravante representado pela pressão oriunda das populações do Entorno (781.701 em 1994 e 909.876 em 1996), o que provoca maior procura pelos serviços básicos oferecidos no Distrito Federal. Essa população tem poucas oportunidades de satisfazer suas necessidades básicas devido à incipiente oferta de infra-estrutura e de serviços existentes em seus locais de residência.

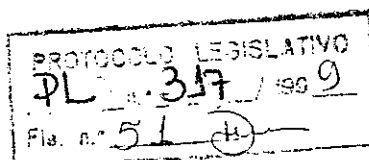


Ainda que não se conte com dados mais recentes dos órgãos oficiais quanto a atual população do Entorno, sabe-se que a sua taxa de crescimento é superior àquela apresentada no Distrito Federal.

Tal quadro social aumenta, significativamente, a demanda pelos serviços de assistência social, exigindo não somente o reaparelhamento do Sistema para melhor responder aos segmentos populacionais do Distrito Federal, mas também a formulação de novos programas com ênfase no trabalho junto a adolescentes de 12 a 18 anos em face da vulnerabilidade desse grupo, expressa no seu envolvimento cada vez maior em atos infracionais.

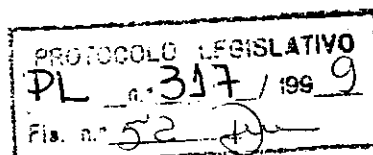
OBJETIVOS

- viabilizar a captação de recursos financeiros junto a entidades privadas, organismos nacionais e internacionais, visando a ampliação de metas e implementação de novos programas assistenciais;
- desburocratizar procedimentos administrativos para agilizar a celebração e renovação de convênios e demais ajustes com entidades assistenciais;
- contribuir no sentido de evitar a superposição de ações nas políticas sociais desenvolvidas pelo Governo do Distrito Federal, buscando a viabilização de programas e parcerias entre a SECRAS e as demais Secretarias;
- propor programas integrados com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, no sentido de reduzir a crescente pressão do Entorno sobre o Distrito Federal;
- priorizar as ações sócio-educativas da SECRAS para adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, segmento que menos recebe atenção do Estado;
- informatizar e integrar as unidades operacionais do Sistema SECRAS/FSSDF, de forma a se obter um diagnóstico mais preciso e viabilizar uma ação mais rápida e efetiva na área social ;
- mobilizar, permanentemente, a sociedade civil através de veiculação na mídia das ações na área social desenvolvidas pelo Sistema SECRAS/FSSDF;
- descentralizar os serviços do SOS Criança, criando três núcleos regionalizados, a serem localizados nos Centros de Desenvolvimento Social.



DIRETRIZES

- ampliar as metas de atendimento às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, através dos Lares de Cuidados Diurnos, creches e concessão de benefício de renda mínima às famílias com crianças nessa faixa etária;
- reformular e ampliar o atendimento sócio-educativo às crianças e adolescentes de 7 a 18 anos;
- expandir, para o reordenamento, o Centro de Atendimento Juvenil Especializado, mediante a construção e dotação de equipamento de três novas unidades;
- ampliar as metas de atendimento aos jovens em situação de Semi Liberdade;
- dinamizar as ações voltadas ao atendimento dos jovens em situação de Liberdade Assistida;
- dinamizar as ações voltadas ao atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência;
- fortalecer a família como eixo de intervenção na ação social, priorizando àquelas com crianças e adolescentes que estejam cumprindo medidas sócio-educativas de proteção e em situação de risco.
- fortalecer e expandir as parcerias com as entidades não governamentais, viabilizando a formação de rede de atendimento, a redução de exigências para celebração de convênios e favorecendo suporte técnico aos parceiros;
- incentivar a participação das famílias e grupos associativos no trabalho voltado para idosos, dependentes químicos e portadores de deficiência;
- regulamentar a permissão dos serviços funerários e concessão da administração das necrópoles;
- reestruturar administrativamente o Sistema SECRA S / FSSDF;
- modernizar e reequipar o Sistema SECRA S / FSSDF;
- reformar, ampliar e recuperar próprios e construir novas unidades;
- realizar estudos e pesquisas para elaboração do mapa da exclusão social e catálogo dos recursos públicos e privados da assistência social do DF.



SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE - SESO

A Secretaria da Solidariedade instituída pela Lei nº 2.302, de 21 de janeiro de 1999, tem por competência executar Programa de Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda, através do desenvolvimento de ações/atividades que busquem, pela solidariedade, o fortalecimento do núcleo familiar e o alcance/exercício da plena cidadania.

DIAGNÓSTICO

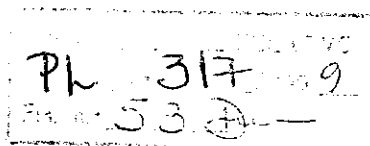
Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural, da prostituição infanto-juvenil, da desnutrição e da morbimortalidade materno infantil por doenças passíveis de prevenção, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial, segundo aponta documento do UNICEF sobre a família brasileira, produzido em 1994 nas discussões do Ano Internacional da Família. E é justamente esta a mudança que o Governo do Distrito Federal quer imprimir na política social - tornar a família a unidade privilegiada de atenção das políticas públicas.

A família, nos múltiplos formatos que adquiriu na sociedade contemporânea, e mesmo com a sua desagregação e enfraquecimento, permanece, segundo o núcleo de políticas sociais da UNICEF, como o *"espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégia de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sobre parâmetro de igualdade, do respeito e dos direitos humanos"*. As políticas sociais têm priorizado o indivíduo como portador de direitos e não mais os coletivos como a família e a comunidade e, quando o fazem, o substituem por serviços sociais institucionalizados como creches e escolas.

O Governo do Distrito Federal pretende tornar a família, sob seus diversos formatos, no principal interlocutor das ações sociais e estimular a recriação desta unidade natural de solidariedade, onde são absorvidos os valores éticos e humanitários que constroem a verdadeira cidadania. A consolidação destes núcleos de solidariedade reduzirá gradualmente a dependência individual dos membros de ações governamentais, estimulará o núcleo social que é o único capaz de tornar os avanços sociais, econômicos e políticos, duradouros e mudar o futuro do país.

OBJETIVOS

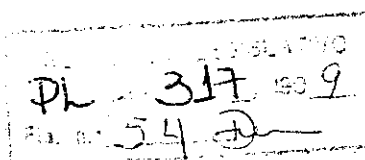
- executar uma política de ação voltada para o fortalecimento das famílias de baixa renda no Distrito Federal e Entorno;
- implementar programas e projetos de combate à miséria e à fome das famílias de baixa renda, tais como:



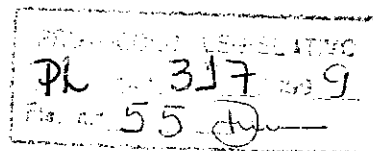
- a) promover a distribuição mensal de cestas de alimentos às famílias enquadradas nos critérios de atendimento estabelecidos;
 - b) promover a distribuição diária de 01 (um) litro de leite e de 01 (um) pão por criança com idade entre 6 meses e 6 anos, mulheres gestantes e nutrizes;
 - c) promover a isenção de tarifa de energia elétrica aos consumidores que atendam as condições previstas;
 - d) promover a isenção da tarifa de água e esgoto aos consumidores classificados na categoria residencial que estejam na faixa de consumo estabelecido;
 - e) doar os bens fungíveis recebidos em doação pelo Governo do Distrito Federal para as famílias de baixa renda inscritas no programa;
 - f) promover ações que facilitem o acesso das famílias de baixa renda à cultura, ao lazer, ao emprego, ao esporte e à cidadania.
- desenvolver outras ações emergenciais que visem a melhoria das condições de cidadania para as famílias de baixa renda do Distrito Federal e Entorno.

DIRETRIZES

- organizar e articular com as demais Secretarias e órgãos do Distrito Federal a mobilização de esforços e recursos materiais no sentido de promover a produção de alimentos destinados aos programas de abastecimento desenvolvidos junto às famílias de baixa renda, bem como a distribuição dos alimentos para este fim adquiridos;
- organizar e articular com órgãos da administração federal e organismos internacionais que visem alcançar recursos humanos, materiais e financeiros para implementação de programas destinados ao abastecimento alimentar das famílias de baixa renda e outros segmentos da sociedade, que vivem no Distrito Federal e Entorno em estado de extrema pobreza;
- implementar os programas dirigidos a recuperação dos níveis ideais de moradia e emprego, visando a ascensão social das famílias de baixa renda;
- cadastrar, identificar e selecionar famílias que serão beneficiadas com cestas de alimentos, leite, pão, bens fungíveis e, em faixas elementares de consumo, a isenção de tarifas de energia elétrica, de água e esgoto;
- promover estudos e realizar convênios com as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, de água e esgoto, com vistas ao ressarcimento do valor das contas beneficiadas com isenção;



- estabelecer serviços operacionais para melhorar o desempenho dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;
- desenvolver outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a melhoria do bem-estar geral da família de baixa renda, oferecendo-lhe acesso a uma vida mais saudável, produtiva e digna.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEA

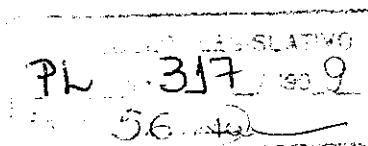
Órgão de administração superior do Governo do Distrito Federal, responsável pela implantação das políticas de Administração Pública, compete, nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei Nº 408, de 13 de janeiro de 1993: a modernização e a organização administrativa; a seleção, administração e capacitação dos recursos humanos no serviço público; a administração de material de serviços gerais; a administração de transporte oficial; a manutenção do patrimônio público do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

Observa-se que na SEA nasce uma grande quantidade de projetos e ações que, na maioria das vezes, quando são concluídos, não atingem o êxito esperado, culpando-se o gerenciamento a erros cometidos, ou por serem criados em desacordo com normas estabelecidas.

Dos principais problemas detectados, destacam-se os seguintes:

- Projeto SAC – Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão, inicialmente implantado na plataforma da Rodoviária, não recebeu repasse dos recursos negociados com o Governo Federal. O projeto está sendo revisto para adequá-lo às normas do Governo Federal para obtenção dos recursos necessários;
- compras e suprimentos – falta de materiais de consumo para atender às necessidades de operação da máquina administrativa;
- a folha de pagamento do GDF é feita de forma fracionada, em sistemas que não se comunicam, dificultando o controle;
- frota – alta taxa de veículos avariados nas Administrações Regionais e no pátio da oficina do GDF, em torno de 25% da frota. Além disso, a frota possui idade média de 10 anos, o que implica em elevados gastos em manutenção;
- na área de recursos humanos, permanecem sérias carências em relação ao treinamento e à atualização dos servidores. A tecnologia utilizada é defasada, inexistindo programas específicos de controle e acompanhamento das atividades realizadas;
- os serviços de vigilância, limpeza e manutenção dos prédios pertencentes ao GDF são terceirizados, encontrando-se em processo de licitação para adequação às normas da IN 18/MARE;
- o Sistema de Material é o responsável pelas atividades de aquisição, estocagem e distribuição dos materiais e equipamentos. Possui problemas como: sistema de processamento de dados ainda não

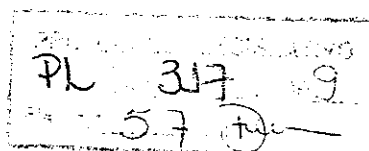


implantado na sua totalidade, alta rotatividade de pessoal nos órgãos integrantes do sistema e baixa qualidade no seu gerenciamento;

- na Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, a missão tem sido em muito dificultada, em razão do reduzido número de servidores, desqualificação técnica, escassez de equipamentos e total inadequação do “lay-out” dos ambientes de trabalho;
- o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR encontra-se com sérias dificuldades para realizar sua função precípua, que é a seleção e capacitação de pessoal para os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, além de sua estrutura física estar deteriorada, devido à ausência de investimentos no setor.

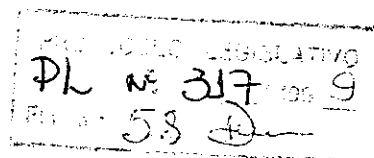
OBJETIVOS

- implementar o Projeto de Pronto Atendimento ao Cidadão – PACI;
- unificar as folhas de pagamento do GDF através de um Sistema Único de Processamento de Dados;
- criar projeto para a capacitação dos recursos humanos do GDF, incorporando as inovações tecnológicas disponíveis, com o duplo objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e melhorar a empregabilidade dos servidores públicos;
- implantar políticas de pessoal e de salários adequados a uma administração moderna e condizente com a realidade financeira do setor público;
- desenvolver a intranet e a internet da SEA;
- restabelecer a credibilidade do IDR junto à comunidade, retomando os concursos públicos, capacitando o público interno e atendendo à demanda de capacitação externa com qualidade e agilidade desejável;
- modernizar o sistema de telefonia do Anexo;
- implantar processos de qualidade total, voltada para órgãos e servidores.



DIRETRIZES

- recuperar a qualidade dos serviços prestados à população, com implantação de amplo programa de desburocratização e desregulamentação;
- melhorar o atendimento ao público em todas as instituições públicas;
- capacitar e valorizar profissionalmente os servidores públicos;
- adotar controle absoluto sobre a folha de pagamento do GDF;
- obter maior aproveitamento dos serviços de vigilância, limpeza e manutenção dos prédios do GDF;
- transformar o IDR em “Escola de Gestão Pública”;
- melhorar os recursos físicos;
- criar mecanismos para a valorização de servidores;
- promover e coordenar o processo de modernização e organização administrativa no âmbito da Administração Pública.



SECRETARIA DE AGRICULTURA - SA

Compete à Secretaria de Agricultura - SA exercer política a agropecuária, a fiscalização e a vigilância sanitária animal e vegetal; a fiscalização e a inspeção sanitária industrial e a promoção de assistência técnica e extensão rural, objetivando o desenvolvimento de agronegócios, abrangendo a produção de alimentos, a comercialização, o abastecimento, a armazenagem e o fomento agrícola.

Com o objetivo de colaborar, com determinação, para o alcance das políticas de desenvolvimento rural do Governo, a Secretaria de Agricultura realizou estudos técnicos procurando levantar situações que demandam atuação eficiente e eficaz para a obtenção de resultados econômicos e sociais que permitam a melhoria da qualidade de vida no meio rural. Desse modo, a atuação em programas, projetos e atividades desenvolvidos atualmente e a criação de novas linhas de ação serão dirigidas no sentido de tornar o meio rural moderno, dinâmico e altamente tecnificado, objetivando proporcionar impactos positivos relevantes não apenas no Distrito Federal, mas também em seu Entorno.

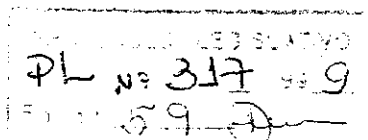
DIAGNÓSTICO

Estudos realizados a respeito da situação fundiária apontam que o modelo fundiário originalmente adotado previa a desapropriação das terras rurais e sua concessão a produtores. Esse modelo, hoje, é questionado quanto a sua eficiência produtiva. Considerando as diferentes modalidades de posse e uso do solo existente no Distrito Federal, é necessária uma nova estratégia para implementação de um processo de titularização das terras públicas ocupadas por produtores rurais.

Com relação a atual política fiscal e tributária, nota-se um descompasso com as adotadas por Estados vizinhos o que, conseqüentemente, tem prejudicado as relações mercantis do Distrito Federal.

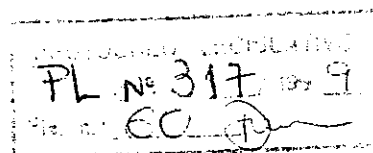
A instabilidade nas condições de financiamentos bancários para o setor agrícola tem levado inúmeros produtores ao endividamento, o que vem trazendo reflexos negativos para o setor produtivo. Este fato deve conduzir o Governo a um estudo e à proposição de modificações nas condições de financiamento, com definição de critérios mais justos.

A potencialidade produtiva do setor agropecuário do Distrito Federal reclama por ações que determinem soluções para os principais entraves diagnosticados, a fim de que os agronegócios possam ser indutores de um processo de desenvolvimento que promova a criação de emprego e renda, fatores indispensáveis para a retomada do crescimento da área rural do Distrito Federal e de seu Entorno.



OBJETIVOS

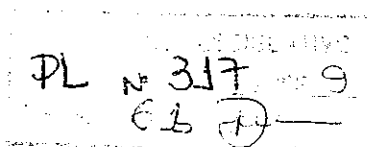
- promover a regularização fundiária das terras públicas rurais;
- buscar o equacionamento do endividamento do setor agrícola;
- melhorar o escoamento da produção agrícola;
- resgatar e atualizar o programa de microbacias do Distrito Federal;
- consolidar o Distrito Federal e Entorno como pólos geradores de agronegócios;
- garantir melhores condições de vida para a família rural;
- criar pólos agrícolas especializados;
- apoiar a instalação de armazéns, abatedouros, unidades frigoríficas, mercado de produtores e outras;
- apoiar a implantação de agroindústrias e promover o controle de qualidade dos produtos “in natura” ou processados;
- fortalecer a agricultura irrigada;
- apoiar o turismo rural como alternativa de agronegócio;
- atuar, conjuntamente com particulares, para a instalação de unidades didáticas de difusão de tecnologia e aprendizagem;
- ampliar a produção de bens da cesta básica;
- ampliar e consolidar a bacia leiteira do Distrito Federal e do Entorno;
- consolidar a produção de proteína de origem de pequenos animais (ovinos, caprinos, suínos, aves e outros);
- implantar o Programa de Qualidade Total para a Produção Agropecuária;
- consolidar a Agricultura Orgânica como alternativa de renda e emprego;
- implantar o Programa de Juventude Rural;
- estimular a formação de cooperativas de compras, comercialização, produção, industrialização e de serviços;
- criar novas alternativas de trabalho nas comunidades rurais;
- promover a revisão da Política Fiscal e Tributária do DF, compatibilizando-a com a dos Estados vizinhos;



- criar um Pólo Frutícola com vistas a abastecer o mercado local e regional.

DIRETRIZES

- apoiar a implantação e a expansão de agroindústrias com vistas ao aumento da renda rural, de geração de novos empregos e conseqüente aumento da participação dos agronegócios na economia do Distrito Federal;
- utilizar, de forma racional, os recursos naturais solo-água-plantas visando a produção de alimentos de forma que se permita a preservação do meio ambiente;
- orientar a produção verticalizada de alimentos visando agregação de valor ao produto, a integração inter-setorial da cadeia produtiva na busca da qualidade e da lucratividade;
- apoiar a mobilização de produtores das comunidades rurais, da iniciativa privada e dos órgãos do Governo, visando a criação de parcerias que racionalizem o uso de recursos humanos e financeiros, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento socioeconômico do meio rural;
- contemplar, indistintamente, todas as categorias de produtores rurais, sem discriminação de qualquer ordem;
- desenvolver o setor conjuntamente com os municípios do Entorno.



SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL- SEADE

Compete à Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, órgão de direção superior, vinculado ao Governador do Distrito Federal, elaborar, implementar e manter políticas, programas e ações públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

O Entorno do Distrito Federal é uma região que hoje abrange 42 (quarenta e dois) municípios, sendo 13 (treze) no Estado de Minas Gerais e 29 (vinte e nove) no Estado de Goiás. Esta região, por ser formada em sua grande maioria por municípios de pequeno porte e carentes de recursos, acaba muitas vezes fazendo com que seus habitantes venham a se utilizar dos serviços públicos do Distrito Federal, principalmente quanto às suas necessidades nas áreas de saúde e educação.

Atraídas pelas oportunidades que a Capital da República oferece, as pessoas vêm para Brasília. Sem condições de permanecerem na cidade, devido ao alto custo da moradia, elas se fixam nos municípios do entorno.

Dada a proximidade da Capital e a falta de infra-estrutura nas cidades onde residem, essas pessoas procuram no DF a satisfação de suas necessidades de emprego, renda e serviços públicos, principalmente de educação e saúde.

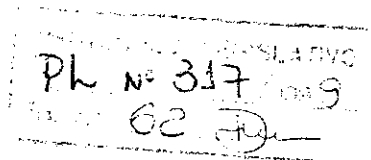
As ações a serem executadas pela SEADE visam reduzir a dependência que hoje as cidades do Entorno têm para com o Distrito Federal

Estas ações abrangem todas as áreas críticas em que há demanda por serviços públicos.

Através de convênios e utilizando recursos humanos e físicos do GDF, através de suas unidades orgânicas, a SEADE desenvolverá trabalhos nas seguintes áreas: Educação, Infra-estrutura, Assistência Social, Saúde, Econômica, dentre outras.

OBJETIVOS

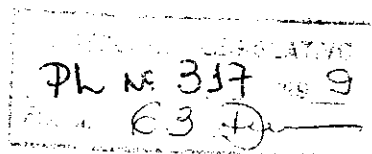
- distribuir cestas básicas e leite nas cidades no Entorno;
- apoiar Programa de Agentes Comunitários de Saúde, atendendo a zona rural;



- incentivar a criação de cooperativas para produção de leite no DF e Entorno, visando reduzir o número de intermediários, barateando o preço final do produto e aumentando o valor pago ao produtor. O leite produzido servirá também para atender o programa de distribuição de leite às populações carentes;
- perfurar poços artesianos na região do Entorno, trazendo melhorias na produção agrícola e melhorias na qualidade de vida da população;
- efetuar treinamento de pessoal, revisão e atualização da legislação e reestruturação da Administração Tributária das prefeituras, objetivando o incremento da arrecadação de tributos nos municípios.

DIRETRIZES

- utilizar recursos do Orçamento da SEADE e do Projeto SABER, para ministrar cursos e treinamento de pessoal visando melhoria na qualidade da mão-de-obra;
- realizar convênios com o DER/DF e Secretaria de Obras para melhorias na malha viária e estradas vicinais visando otimizar o escoamento da produção agropecuária do Entorno.



SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – SAF

A Secretaria de Assuntos Fundiários – SAF foi criada por meio da Lei 2.300, de 21 de janeiro de 1999, e tem como finalidade precípua exercer a política rural e urbana estabelecida no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal, competindo-lhe: planejar, normatizar, fiscalizar o uso da propriedade fundiária e partição do solo; acompanhar a elaboração, implementação e avaliação dos Planos Diretores de ordenamento territorial e locais; realizar estudos relacionados com o ordenamento territorial e uso do solo, sugerindo ao Governador a adoção de medidas que excedam os limites de sua alçada; executar todas as atividades e medidas necessárias para resolução das questões fundiárias e promover a regularização das terras do Distrito Federal, bem como das ocupações, mediante utilização dos instrumentos jurídicos adequados.

Para executar a política deste setor, a SAF conta com suas unidades vinculadas, Terracap e Departamento de Terras da Fundação Zoobotânica, supervisionando suas ações e articulando a integração entre estas, assim como com os demais órgãos do Governo.

Desta forma, esta Secretaria contribui com a prioridade governamental de regularização fundiária de áreas destinadas ao desenvolvimento econômico, loteamentos e áreas rurais, entre outras.

DIAGNÓSTICO

A questão fundiária constitui-se em um dos problemas mais graves do Distrito Federal, apresentando um quadro extremamente complexo, que se configurou desde a sua criação, em função das muitas dificuldades enfrentadas nas instâncias administrativa e judicial, para concluir e até mesmo iniciar os processos desapropriatórios.

Atualmente, apenas 51,36% das terras do Distrito Federal estão totalmente desapropriadas. Outros 6,83% encontram-se em processo de desapropriação, enquanto 33,28%, são de propriedade particular. A área restante, 8,53% está na situação de “terras desapropriadas em comum”, isto é, o poder público é proprietário dessas terras em conjunto com particulares, faltando a divisão das partes.

Os vários governos que se sucederam não supriram de forma abrangente, para todos os setores da sociedade, a demanda por terrenos, resultando nas ocupações “irregulares” e invasões de áreas públicas.

Para resolver a situação, criou-se a Secretaria de Assuntos Fundiários para, em conjunto com outros órgãos governamentais, implementar a política fundiária necessária, objetivando resolver questões que se arrastam ao longo do tempo.

PL Nº 317
04

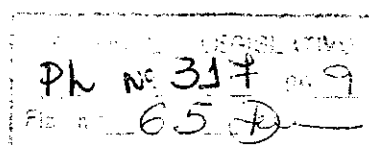
OBJETIVOS

Visando cumprir a sua missão principal de "executar a política fundiária do Distrito Federal", foram estabelecidos, inicialmente, os seguintes objetivos:

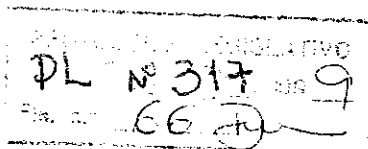
- levantar a situação fundiária do Distrito Federal;
- elaborar e implantar a política fundiária;
- promover a regularização fundiária das áreas de expansão econômica, dos loteamentos e de outras áreas existentes;
- planejar, coordenar e executar a política fundiária;
- acompanhar e subsidiar a elaboração dos Planos Diretores de Locais - PDL'S;
- subsidiar a política habitacional;
- maximizar a ocupação da estrutura urbana instalada, promovendo o adensamento de áreas e reparcelando outras;
- desburocratizar a entrega de lotes legalizados e com infra-estrutura, em distritos industriais, agro-industriais e de serviços;
- regularizar a instalação e o funcionamento de empresas em áreas residenciais;
- viabilizar, em conjunto com outras entidades governamentais, a implantação do Projeto Brasília Revisitada, proposto por Lúcio Costa;
- concluir o Programa de assentamento para a população de baixa renda, mediante a regularização fundiária dos lotes;
- implantar a política de uso e ocupação do solo, articulada com as ações dos diferentes órgãos governamentais;
- supervisionar e auxiliar, por meio de suas entidades vinculadas, a fiscalização das terras públicas, evitando novas invasões e ocupações irregulares, coibindo a ação de especuladores imobiliários;
- promover desapropriações e acordos amigáveis necessários à disponibilização de áreas de interesse do Governo, para desenvolvimento de projetos sociais e de desenvolvimento econômico.

DIRETRIZES

Para alcançar os objetivos determinados, foram traçadas diretrizes que orientarão a SAF na definição das ações a serem empreendidas.



- articular a política fundiária com as políticas econômico-social, de desenvolvimento urbano e habitacional do Distrito Federal;
- agilizar os procedimentos de regularização fundiária, prioritariamente em áreas destinadas a pólos econômicos e bairros residenciais;
- propor arcabouço legal e normativo, versando sobre procedimentos de regularização fundiária;
- proceder à regularização fundiária de áreas, para subsidiar a política agrícola;
- captar e promover, em articulação com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Turismo, e fazer investimentos geradores de renda e emprego;
- implantar política que valorize e eleve a auto estima do servidor público, bem como um programa permanente de aperfeiçoamento e qualificação profissional;
- rever a política de comercialização de terrenos; e
- articular, em conjunto com outros órgãos do Governo do Distrito Federal, a adoção de mecanismos de fiscalização das terras públicas.



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SCS

À Secretaria de Comunicação Social, de acordo com o seu Regimento Interno, compete desenvolver atividades relacionadas com a imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, coordenar a edição do Diário Oficial do Distrito Federal e também outras ações na área, que resultem na divulgação e na conquista de espaços na mídia.

DIAGNÓSTICO

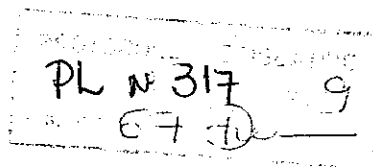
Para atender a nova configuração e a demanda da nova ordem da comunicação social, torna-se necessária a adequação da estrutura da SCS de maneira a atender a essa realidade. Para tanto serão criadas 3 unidades: Departamento de Pesquisas, Departamento de Planejamento, e Departamento de Promoção e Eventos.

OBJETIVOS

- realizar pesquisas de opinião pública com o intuito de aferir o resultado das políticas de governo implementadas;
- definir as ações publicitárias e de *marketing* institucional;
- manter a sociedade informada acerca das políticas de governo por meio de campanhas informativas e institucionais;
- manter relações institucionais com todos os veículos de comunicação.

DIRETRIZES

- Informar continuamente a sociedade sobre os planos, programas, projetos e ações, com vistas ao constante conhecimento e entendimento das políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal.



SECRETARIA DE CULTURA – SC

A Secretaria de Cultura, órgão de administração superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, tem como competência planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades culturais, assim como formular a política cultural.

À Secretaria compete, ainda, preservar, estimular e apoiar estudos e pesquisas sobre o processo cultural e sua produção, em todos os seus aspectos, além de proteger o patrimônio histórico artístico e cultural do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

A situação encontrada privilegiava o “Discurso Marketeiro” em detrimento da realização de projetos efetivamente transformadores, que investissem de fato na informação, formação e profissionalização do indivíduo.

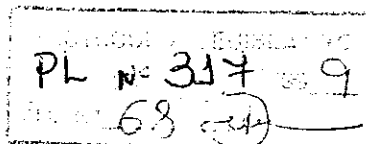
A estrutura administrativa atual não atende à demanda das áreas artística e cultural da nossa capital, gerando duplicidade de ações e burocratizando serviços.

Os recursos destinados a área cultural estão escassos, tornando imprescindível a elaboração de novos mecanismos de arrecadação e patrocínio.

Os espaços culturais necessitam de reformas que permitam a ampliação do acesso da população aos bens culturais.

OBJETIVOS

- reformar, restaurar e revitalizar os próprios culturais;
- dar continuidade ao Programa de Informatização e Modernização da Secretaria;
- restabelecer, na instituição, o papel de fomento cultural;
- proporcionar à população centros de cultura popular nas cidades do Distrito Federal, a serem administrados em parceria com a comunidade;
- implantar o Projeto Cultura no Metrô, com a distribuição de espaços nas estações já concluídas para apresentações artísticas e culturais;
- implantar programas, tais como, o projeto “Oficina do Saber Fazer”, voltados à informação, formação e profissionalização de artistas e técnicos da área cultural;



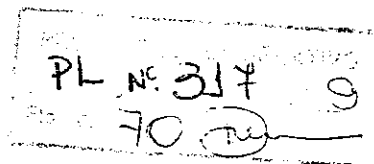
- dar continuidade e estender programas como “Mala do Livro”, “Sarau”, “Bolsa Brasília de Produção Literária” e “Renato Russo”;
- revitalizar a OSTNCS com a contratação de músicos e aquisição de novos equipamentos;
- implantar o projeto “Arte por Toda Parte”, tendo por objetivo desenvolver atividades que expressem todas as manifestações artístico-culturais através de shows, exposições, festivais e outros, bem como aproveitar os trabalhos da “Oficina do Saber Fazer”;
- criar mercado de trabalho para artistas, técnicos e produtores da área cultural, mediante implantação de projetos através de editais de patrocínio, auxílio montagem para produção de filmes, exposições, artes cênicas, shows e outros;
- construir o complexo cultural da República, em parceria com o Governo Federal, visando complementar a arquitetura da Esplanada dos Ministérios;
- elaborar e implantar o projeto museográfico;
- instalar equipamentos de apoio à atividade turística no Museu Vivo da Memória Candanga;
- restaurar e conservar as igrejas pioneiras: Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia - Vila Planalto; Igreja São José Operário – Candangolândia; Igreja Nossa Senhora Aparecida – Metropolitana e Igreja São Geraldo – Paranoá;
- preservar os arquivos e a documentação permanente.

DIRETRIZES

- reformular a legislação de incentivo à cultura, como forma de ampliar o patrocínio por parte das empresas;
- promover a integração do Brasil com o mundo, através da criação do Parque das Nações, parque temático sobre a cultura de cada um dos povos cujos países têm representação em Brasília, como parte das comemorações dos 500 anos de descobrimento;
- revitalizar as festas populares e outros eventos culturais, resgatando seus objetivos de integração social;
- buscar junto a organismos nacionais e internacionais recursos para apoiar e incentivar a cultura no Distrito Federal;
- estabelecer parcerias com instituições governamentais, visando a implantação de programas artísticos;

PK Nº 317 9
69

- concretizar atividades culturais em todo o Distrito Federal nas escolas, hospitais, presídios e outros;
- otimizar, dinamizar e reequipar a Rádio Cultura FM, adequando sua programação para divulgar e difundir a cultura e os serviços institucionais;
- fortalecer o papel do Pólo de Cinema e Vídeo;
- otimizar e desburocratizar o sistema do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura;
- promover discussão com os conselhos regionais oficialmente estabelecidos, visando implementar a proposta do governo na área cultural;
- conscientizar a população da importância da arte na formação do indivíduo;
- estabelecer parceria com instituições privadas para revitalização do Museu Vivo da Memória Candanga;
- divulgar e pesquisar a história do DF;
- promover a formação de profissionais de nível médio, nas diversas formas de manifestações culturais;
- reformar a estrutura administrativa da Secretaria.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE

Com intuito de tornar mais ágil a integração entre o empresariado local e o Governo do Distrito Federal, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que vem substituir a Secretaria de Indústria e Comércio.

À Secretaria de Desenvolvimento Econômico compete a promoção do desenvolvimento regional dos setores de indústria e comércio e de serviços, compreendendo:

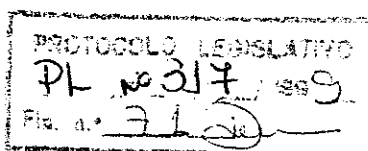
- planejamento e execução da política industrial, comercial e de serviços do Distrito Federal;
- apoio ao setor industrial;
- promoção e estímulo do desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de serviços;
- integração das entidades associativas e sindicais representativas da área empresarial à política governamental;
- assistência técnica e tecnológica à produção industrial, às atividades comerciais e de serviços.

DIAGNÓSTICO

Os principais problemas identificados no Distrito Federal foram os elevados níveis de desemprego e subemprego, baixa competitividade e a má distribuição de renda. Para enfrentá-los, são necessárias ações que visem a captação de novos investimentos, contando com o apoio da iniciativa privada.

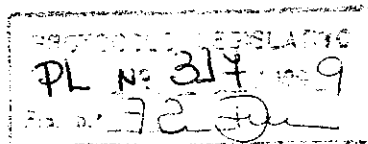
OBJETIVOS

- criar condições para trazer para o Distrito Federal sedes administrativas de grandes empresas nacionais e internacionais;
- promover cursos de qualificação e capacitação tecnológica, através de convênios com o Governo Federal, organizações não-governamentais e paraestatais;
- deduzir taxas de aluguel de terrenos destinados a incentivos na proporção de 1% para 0,5%;
- implantar o Pólo Brasil Central – Porto Seco.



DIRETRIZES

- firmar o Distrito Federal como pólo industrial da região e dar incentivos aos agronegócios que abrangem agricultura, pecuária, agroindústria, equipamentos industriais, insumos e serviços como transporte, armazenagem e assistência técnica;
- desburocratizar o processo para obtenção de incentivos;
- criar uma política de desenvolvimento direcionada para atividades produtivas;
- colocar o Distrito Federal em condições de competitividade com outros estados, através da instalação de novas empresas;
- buscar permanentemente empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviço para instalação no Distrito Federal.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SDUH

A SDUH, como órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento territorial, urbano e habitacional buscará funcionar mais como um órgão norteador e facilitador das ações de desenvolvimento, do que propriamente, como um agente realizador, atribuindo essa, específica dos órgãos a si subordinados: o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB e o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF, responsáveis pelo suporte técnico-operacional que viabilizará essas políticas.

DIAGNÓSTICO

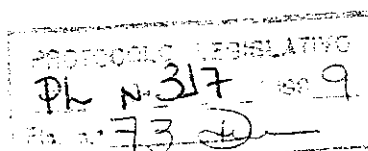
Partindo-se da premissa do Governo do Distrito Federal de imprimir à sua administração uma marca inconfundível, voltada para a retomada do destino histórico de Brasília, as ações de planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SDUH tornam-se de extrema importância e responsabilidade.

Côncios de que as possibilidades de atuação de um governo devem estar fundamentadas na formulação de um projeto de desenvolvimento baseado na realidade local, as ações prioritárias de trabalho para a SDUH foram alicerçadas nesse conhecimento.

A política de desenvolvimento ora proposta pela SDUH tem como meta, resgatar a qualidade do planejamento urbano e dos programas habitacionais, tornando-os referência para outras localidades brasileiras, com ênfase para a melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos.

OBJETIVOS

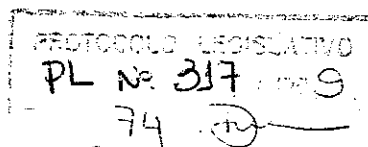
- implantar a política de desenvolvimento urbano e territorial do Distrito Federal fundamentada numa gestão do território que se consolide pelo adequado uso e ocupação do solo;
- desenvolver a política habitacional do Distrito Federal, promovendo o acesso à moradia para os cidadãos dos diversos níveis de renda, com ênfase para a população mais carente;
- promover a ocupação ordenada do solo a partir de operações imobiliárias e da aplicação de instrumentos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano;
- flexibilizar regras e procedimentos que reduzam a burocracia e tornem mais ágeis as ações governamentais na busca de uma eficiência administrativa mais palpável e que promovam as políticas efetivamente voltadas para o desenvolvimento urbano do Distrito Federal;



- promover a regularização imobiliária de inúmeros imóveis repassados a beneficiários dos programas habitacionais, bem como de alguns loteamentos clandestinos (condomínios) de interesse social;
- reduzir os custos da produção habitacional, baseando-se no aumento da eficiência das ações governamentais;
- adotar sistemas de informações descentralizados que possibilitem não só um melhor controle e manutenção das informações, mais também agilizar os processos decisórios e permitir o acesso dos cidadãos às informações de seu interesse; e
- consolidar o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do DF-SISPLAN e o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF-SITURB.

DIRETRIZ

- firmar um compromisso com o desenvolvimento local como forma de buscar resultados positivos na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

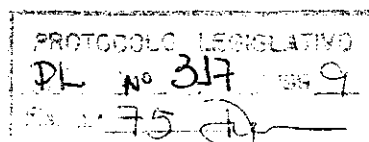


SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SE

A Secretaria de Educação, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, responde pela educação nos níveis fundamental e médio, incluindo a educação infantil, jovens e adultos, profissional e educação especial.

Para exercer seu papel de oferecer oportunidade de ensino/educação de qualidade a toda a população do Distrito Federal, exerce as seguintes competências:

- planeja, organiza, administra e avalia o Sistema Educacional do Distrito Federal;
- elabora, acompanha e avalia o Plano de Educação, em conformidade com a política global de desenvolvimento do Distrito Federal e suas áreas de influência;
- coordena projetos, programas e planos, compatibilizando-os com o esforço despendido pela União e a iniciativa privada;
- planeja e dimensiona as necessidades de recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento da Política Educacional do Distrito Federal, no âmbito da administração direta e indireta;
- planeja, coordena, controla e avalia programas de capacitação dos recursos humanos por intermédio de treinamento, cursos de aperfeiçoamento de pessoal técnico, docente e administrativo sob a perspectiva de valorização permanente dos servidores do setor educacional;
- regulamenta a aplicação da legislação, normas e diretrizes gerais para a educação, emanadas dos órgãos federais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Conselho de Educação do Distrito Federal;
- estabelece mecanismos de comunicação e coordenação com as outras Secretarias e demais órgãos vinculados, para a elaboração de normas sobre a organização, estrutura e funcionamento das unidades organizacionais do Governo do Distrito Federal;
- exerce a tutela administrativa sobre os órgãos descentralizados – com ou sem personalidade jurídica – cuja supervisão é feita pela Secretaria;
- planeja a aplicação de investimentos públicos, com recursos próprios ou oriundos dos repasses da União, levando em consideração as decisões do orçamento a ela destinado.



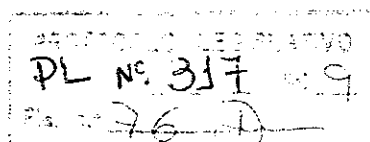
DIAGNÓSTICO

O quadro atual da educação no Distrito Federal apresenta índices de atendimento que se aproximam dos 98 %. Esta constatação, entretanto, não exime os responsáveis pelo gerenciamento do processo administrativo e pedagógico de se debruçarem sobre aspectos de ordem interna e externa que repercutem negativamente na sua eficácia.

Sem desconsiderar a realidade do contexto socioeconômico do país, algumas prioridades se impõem e exigem providências para corrigir equívocos e disfunções ao longo do próximo quadriênio: o redirecionamento da gestão atual do sistema educacional e escolar; a adequação dos currículos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – em todos os níveis e modalidades – sem perder de vista a manutenção e conseqüente adaptação da rede física, que se encontra hoje em precárias condições; adoção de alternativas pedagógicas que possibilitem a correção de distorções entre o nível de conhecimento esperado e o apresentado pelos alunos, especialmente do Ensino Fundamental; o fortalecimento do intercâmbio de experiências entre os sistemas de ensino; a necessidade de modernização tecnológica do sistema, para atender os usuários da educação; o suprimento de carências de professores no Ensino Médio, com ênfase nos componentes curriculares da área de ciências exatas e biológicas; o redirecionamento dos serviços educacionais prestados à comunidade pelas Secretarias Escolares, cuja desorganização tem contribuído para o descrédito em relação ao sistema educacional.

OBJETIVOS

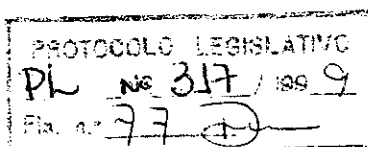
- atender a todos os alunos do Ensino Fundamental;
- ampliar progressivamente a oferta de vagas no Ensino Médio, promovendo adequação curricular à Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- implantar cursos de Educação Profissional em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- ajustar a oferta de vagas à demanda composta por alunos que não tiveram oportunidade de estudos em idade própria;
- assegurar atendimento educacional aos alunos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, respeitando-se suas características específicas;
- expandir gradativamente a oferta de vagas para os alunos da Educação Infantil;
- implantar programa de capacitação dos recursos humanos que atuam no sistema educacional, visando atrair e manter no sistema quadro de profissionais atualizados;



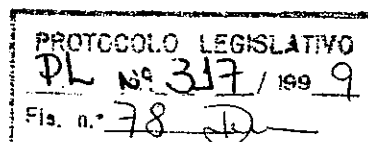
- assegurar o processo sistemático de manutenção e ampliação da rede física;
- manter sistema de diagnóstico permanente, visando aquisição e fornecimento de material pedagógico adequado às necessidades curriculares;
- implantar e implementar programas específicos de atendimento às necessidades do educando;
- avaliar o sistema administrativo da Secretaria de Educação, no que se refere à gestão democrática da escola pública do Distrito Federal, objetivando sua modernização no atendimento às expectativas da comunidade;
- definir novos modelos de gestão democrática da escola pública, a partir do necessário equilíbrio entre os princípios da democracia representativa e da democracia participativa;
- informatizar todas as escolas públicas, como meio de facilitar o aprendizado e o acesso a informações divulgadas pela Internet;
- instituir o Kit Escolar, para assegurar material didático aos alunos de famílias de baixa renda;
- instituir o Kit Professor, para garantir a compra subsidiada de computadores, livros e materiais;
- viabilizar os programas "Visitador Escolar" e "Escola Bate à Sua Porta", através da atuação de agentes comunitários, em visitas domiciliares aos alunos do Ensino Fundamental, de forma a assegurar-lhes o acesso e permanência na escola;
- criar, em núcleos rurais, unidades-piloto de produção, especialmente por região, nas quais serão ministrados cursos e divulgadas novas tecnologias de produção agrícola e agro-industrial, com o apoio de instituições de ensino e pesquisa;
- criar o programa Profissional do Amanhã, que oferecerá a estudantes da educação profissional, estágios em organismos do governo vinculados às suas áreas de formação.

DIRETRIZES

- resgatar a qualidade do ensino público, restituindo-lhe a condição de referência para os demais sistemas educacionais do país;
- utilizar alternativas que viabilizem o aprimoramento do desempenho docente;



- redirecionar a estrutura pedagógica em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando adequação à LDB e aos parâmetros curriculares nacionais.



SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE - SEVJ

Criada pela Lei nº 2301, em 21 de janeiro de 1999, órgão de direção superior, vinculada ao Governador do Distrito Federal, a SEVJ tem como atribuições a definição, execução e implementação de políticas na área do esporte amador e profissional, bem como as que visem a promoção e a valorização da juventude.

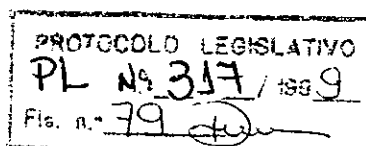
A Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude foi criada para dar novo enfoque às ações desenvolvidas pelo extinto DEFER - Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação. Sua atenção está voltada diretamente para a juventude, buscando dar a este segmento da sociedade, oportunidade de integração através da prática do esporte saudável.

DIAGNÓSTICO

Idealizada e criada para oferecer melhor infra-estrutura ao desporto e ao lazer como um todo, proporcionando especialmente ao jovem, mais esta opção de integração social, a SEVJ, apesar de já contar com uma boa aparelhagem física, carece de um pouco mais de incentivos e cuidados na manutenção dos espaços destinados a atender este objetivo.

OBJETIVOS

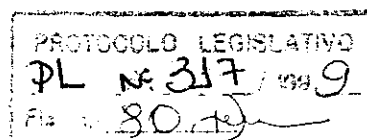
- criar incentivos para o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, profissionalização e apoio aos atletas carentes;
- dotar as cidades do Distrito Federal de espaços para convivência da juventude com centros de esporte e lazer;
- implantar clubes de unidades de vizinhança em todas as cidades;
- realizar o Programa de Esportes nas Quadras, em parceria com a comunidade;
- incentivar a participação e a gestão comunitária dos programas voltados ao conhecimento e prática voluntária de atividades esportivas, ginástica, dança, recreação e lazer;
- criar, manter e melhorar os equipamentos para a prática de esportes nas áreas mais deficientes do Distrito Federal;
- incentivar as empresas privadas na adoção de atletas em formação;
- levar ao jovem a informação necessária para o exercício da cidadania;



- preparar o jovem a se qualificar profissionalmente para aumentar o nível de participação na economia da comunidade;
- desenvolver no jovem a credibilidade nas instituições religiosas e governamentais e sua autoconfiança.

DIRETRIZES

- elaborar conjunto de ações destinadas a desenvolver o esporte, inclusive de competição, com ênfase na participação da comunidade;
- criar o Conselho Distrital de Esportes, a ser formado por agremiações esportivas, públicas e privadas;
- revitalizar os Jogos Infantis do Distrito Federal e instituir os Jogos Olímpicos de Verão;
- transformar o esporte de competição do Distrito Federal em expressão nacional;
- apoiar as iniciativas da sociedade organizada na promoção de eventos esportivos, nos níveis local, nacional e internacional;
- estimular a integração do jovem com a comunidade, através do esporte;
- criar espaço para que os jovens talentos possam ser estimulados e apresentados à sociedade;
- implantar programas, junto aos jovens, de prevenção às drogas, através do esporte;
- fortalecer as entidades estudantis, estimulando nos jovens a consciência de cidadania;
- promover encontros e eventos que estimulem nos jovens a consciência ecológica.



SECRETARIA DE FAZENDA - SEF

Com a extinção da Subsecretaria de Planejamento dentro da estrutura administrativa da Secretaria de Fazenda e Planejamento, a mesma passou a denominar-se Secretaria de Fazenda, enquanto que aquela Subsecretaria passou a compor a estrutura funcional da recém criada Secretaria de Planejamento.

Sua principal atribuição é a gestão econômica dos recursos do GDF, compreendendo a arrecadação e definição da política tributária, o controle das contas do tesouro distrital, a supervisão e normatização financeira, contábil, e patrimonial do Distrito Federal, tendo em vista a racionalização dos gastos públicos, bem como a auditoria de todos os órgãos e entidades do Distrito Federal, abrangendo o acompanhamento e a fiscalização quanto à legalidade, legitimidade e a economicidade dos atos e fatos administrativos e a avaliação de resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.

A SEF assume, ainda, a qualidade de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Distrito Federal – SICON/DF, que segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal compreende as funções de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, auditoria e patrimônio. Assim, cabe a SEF, no contexto da gestão pública distrital, papel de coordenação, orientação e normatização de atividades que vão da execução financeira, contábil, orçamentária e patrimonial até o acompanhamento e a avaliação de resultados.

A atuação da SEF, compreende todo o complexo administrativo do Distrito Federal abrangendo 23 Secretarias, 30 órgãos relativamente autônomos, 8 fundações (em processo de extinção), 7 autarquias, 8 empresas públicas e 6 sociedades de economia mista, que em conjunto movimentam um orçamento total em torno de 5,0 bilhões e contam com um quadro funcional de aproximadamente 130 mil servidores.

A Secretaria conta em sua estrutura com três Subsecretarias: Finanças, Receita e Auditoria, além da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e do Banco de Brasília – BRB. Tendo, também, sob sua responsabilidade a administração do Fundo de Liquidez do Metrô/DF e do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal.

O grande desafio da Secretaria de Fazenda está configurado pela necessidade de se promover uma atuação efetiva no âmbito de suas funções, com incremento das receitas, assim como no efetivo controle qualitativo e quantitativo dos gastos públicos, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Distrito Federal.

DIAGNÓSTICO

A atual situação financeira mundial dos países em desenvolvimento, atravessa uma crise desencadeada pela profunda imersão de suas economias no fenômeno da globalização. Este novo cenário, demonstra que a modernização e a

educação, bem como os ajustes para essa nova realidade são imprescindíveis, e aqueles que não estiverem capacitados para acompanhar esse processo, renovando suas formas de atuação em busca de constante eficiência e equilíbrio, objetivando um desenvolvimento sustentável, estarão constantemente fadados a administrar crises e dificuldades. O setor público, nas suas diversas esferas administrativas, após severamente atingido em suas finanças, foi também compelido a participar desse processo.

Os principais fatores que mergulharam os estados em sua atual situação foram os percentuais insustentáveis de despesas de pessoal com crescente aumento no pagamento de inativos, pesada estrutura administrativa, diminuição da performance na arrecadação pela carência de mecanismos de controle da evasão fiscal, guerra fiscal entre Unidades Federativas e pela redução das atividades econômicas.

Nesse enfoque, o Distrito Federal está sendo convocado a adequar-se para que consiga atingir as metas propostas por seus representantes políticos e atender aos anseios de seus cidadãos. Desta forma a Secretaria de Fazenda deverá atuar numa amplitude que vai da formulação de programas, passando pelo ajuste do Estado à sua capacidade existente, revigorando esta capacidade por meio de regras e limitações.

Para sua melhor adequação a Secretaria de Fazenda necessitará adotar um novo modelo organizacional, revisando e racionalizando os processos, capacitando seu corpo funcional, técnica e gerencialmente, bem como, a institucionalização de uma área de planejamento estratégico e tático no seu âmbito.

A Secretaria, desde 1997, está inserida no Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal com o objetivo de aumentar a arrecadação e combater a evasão fiscal, mediante o aparelhamento da Subsecretaria de Receita, a reestruturação administrativa e a capacitação de seus servidores. Este projeto está sendo financiado com a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID.

Dando continuidade ao projeto, a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda através do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, autorizou esta Secretaria, através de aditamento ao Contrato de subempréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, ampliar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal com a inclusão da Área Financeira, que abrange o Controle Interno, Auditoria, Patrimônio, Contabilidade, SIAFEM, Controle Financeiro, Dívida Pública, Planejamento e Orçamento.

A Dívida do GDF não foi negociada junto à União nos últimos 4 anos, como os demais estados o fizeram. Em consequência disso, cerca de 40% da dívida total vence nos próximos 4 anos, comprometendo a receita própria do GDF por volta de 11% ao mês. Caberá ao atual governo buscar a negociação para transformar essas parcelas em dívida a longo prazo, à semelhança dos outros estados.

A Secretaria de Fazenda vem atuando como gestora do Fundo de Liquidez do Metrô-DF, criado pela Lei Complementar nº 09 de 01 de abril de 1996, regulamentado pelo Decreto nº 18.683, de 03 de Outubro de 1997, que tem como objetivo prover os meios de pagamento e garantir a liquidação das obrigações

contratuais assumidas pelo Distrito Federal junto ao Banco do Brasil, para financiar os equipamentos necessários à execução do projeto do Metrô DF. Quando o Fundo atingir os recursos suficientes, será este automaticamente extinto, com a quitação das obrigações contratuais remanescentes.

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE, também gerido por esta Secretaria, instituído pelo artigo 209 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986 e ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a projetos selecionados. A operacionalização do FUNDEFE dá-se através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social – PADES/DF criado com o objetivo de promover a dinamização do setor produtivo mediante a implantação e a ampliação de empreendimentos econômicos industriais no Distrito Federal através da concessão de benefícios creditícios a estes empreendimentos, na forma do financiamento. Atualmente, este programa contempla 12 empresas.

A Secretaria possui contratos de terceirização na área de informática, e tem como prestadores de serviço a CODEPLAN, empresa vinculada a ela, o SERPRO, ligado ao Governo Federal, e a POLITEC, empresa privada. Os sistemas de administração tributária e financeira foram desenvolvidos por aquelas empresas e são gerenciados pela Secretaria. Mesmo em sua concepção original já continham inadequações, agravadas com os constantes acertos efetuados, sem a devida documentação.

A Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, empresa vinculada a Secretaria e integrante da Administração Indireta, apoia o governo na promoção do Desenvolvimento do Distrito Federal e sua região de influência, através de estudos, pesquisas e projetos voltados ao planejamento. A empresa atua como órgão normatizador da política de informática, proporcionando suporte técnico e operacional ao complexo administrativo do GDF. A Companhia mantém à disposição do público o maior acervo de informações temáticas sobre o Distrito Federal, através de uma base de dados georeferenciada, envolvendo aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais. Destacam-se, em sua linha de produtos, as pesquisas mensais de Emprego e Desemprego – PED, Índice de Custo de Vida – ICV, os sistemas Cartográfico – SICAD, Informação Territorial e Urbana – SITURB, Informações Estatísticas – SIEDF, além de estudos populacionais, que fizeram da CODEPLAN um centro na área de demografia na Região Centro Oeste. Em relação aos serviços de processamento de dados, a CODEPLAN opera e gerencia, em meio a outros, os Sistemas de Gestão Integrada de Recursos Humanos – SIGRE, Disque Matrícula e Atendimento ao Cidadão – SIACI. Integrando os órgãos e entidades governamentais como forma de elevar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos e criar condições técnicas para a efetiva prestação de contas à sociedade, a CODEPLAN vem trabalhando na implantação de sistemas integrados de atendimento e informação, dentre os quais ressalta-se a Rede Única de Comunicação de Dados do GDF – GDFNET.

O Banco de Brasília – BRB foi encontrado em situação difícil, com a gestão anterior anunciando a sua federalização, o que levaria-o a recorrer a empréstimos junto ao PROER do Banco Central, ocasionando, a médio prazo a privatização. O Banco foi administrado sem os critérios exigidos pelo atual momento financeiro por que passa o País. O lucro final do exercício pouco passou

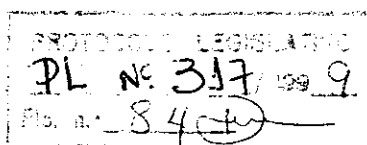
de 1% do patrimônio líquido. Por tratar-se de uma instituição importante para a gestão pública do GDF, foi assumido o compromisso de recuperá-lo, através de austeridade em sua gestão diminuindo gastos administrativos, bem como redimensionando suas aplicações, pulverizando-as em favor de pequenos tomadores, para diminuir os riscos de inadimplência.

Principais dificuldades da Secretaria de Fazenda:

- desajustamento do regimento interno e da estrutura organizacional com as necessidades práticas da administração tributária, financeira, contábil e patrimonial;
- recursos de informática insuficientes e obsoletos, não utilizados de forma a apoiar adequadamente os trabalhos;
- total dependência das empresas terceirizadas na área de informática;
- carência de sistemas informatizados eficientes e confiáveis, para apoio às áreas tributária, de auditoria, finanças, contábil, patrimonial e de administração;
- inadequação, pouca ou nenhuma regulamentação voltada para orientar as atividades dos setores internos da SEF e dos setoriais externos;
- insuficiente capacitação técnica e gerencial dos recursos humanos;
- infra-estrutura inadequada.

OBJETIVOS

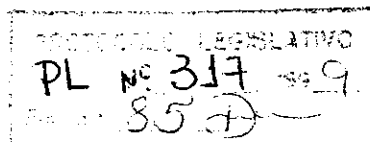
- implementar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal - Área Tributária;
- implementar o Projeto de Modernização e Fortalecimento da Área Fiscal - Área Financeira, abrangendo todo o Sistema de Controle Interno do Distrito Federal;
- propiciar maior eficiência na aplicação e controle das finanças públicas, por meio da incrementação dos recursos materiais e qualificação dos recursos humanos, otimizando a gestão das políticas fiscais;
- institucionalizar o planejamento estratégico, tático e operacional no âmbito da Secretaria;
- promover a interação entre as unidades da Secretaria de Fazenda interna e externamente com os setoriais;
- dotar a administração financeira, contábil e patrimonial de normas claras e precisas que contribuam para padronização e sistematização da execução da despesa pública;



- estabelecer limites legais e criar instrumento de apoio às atividades do controle financeiro que contribuam para o equilíbrio das finanças do Governo do Distrito Federal;
- atuar de forma a permitir um controle eficaz da gestão pública, por meio de ações preventivas e avaliação de desempenho da gestão, garantindo a boa aplicação dos recursos;
- aumentar a arrecadação e combater a evasão fiscal, mediante o reaparelhamento da Subsecretaria de Receita, a reestruturação administrativa e a capacitação de seus servidores;
- aprimorar os mecanismos de fiscalização, bem como buscar alternativas para aumentar a receita;
- recuperar administrativa e financeiramente o Banco de Brasília;
- estimular a formação de parcerias entre os órgãos do GDF e a CODEPLAN visando melhor utilização dos serviços e informações disponibilizados pela empresa;
- expandir atuação comercial da CODEPLAN, ofertando novos produtos e buscando novos clientes nas áreas federal, estadual e no setor privado;
- possibilitar plena utilização da GDF-NET.

DIRETRIZES

- atuar efetivamente para o incremento das receitas, assim como para o efetivo controle qualitativo e quantitativo dos gastos públicos, contribuindo para o equilíbrio fiscal do Distrito Federal de forma a possibilitar o atingimento dos objetivos e consecução das metas propostas pelo Governo e atender aos anseios de seus cidadãos;
- fortalecer institucional e tecnicamente a Administração Financeira, mediante revisão de sua estrutura e modelo de funcionamento organizacional, racionalização de processos e capacitação técnica e gerencial do quadro funcional.



SECRETARIA DE GOVERNO - SEG

Agente promotor da articulação inter-órgãos do governo do Distrito Federal, a Secretaria de Governo coordena, acompanha e avalia a ação governamental, além de prestar assistência ao Governador nas suas relações com os outros poderes do Distrito Federal, União, Estados, representações diplomáticas, organismos internacionais e organizações não governamentais.

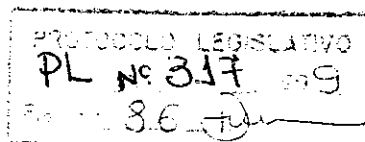
Objetivando um conjunto de políticas setoriais consistentes e vinculadas à realidade, são mantidas as seguintes unidades: Subsecretaria de Defesa do Consumidor, Subsecretaria da Coordenação das Administrações Regionais, Subsecretaria para Assuntos do Idoso, Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Entorpecentes, de Defesa dos Direitos dos Negros, bem como Conselhos Tutelares em diversas localidades.

OBJETIVOS

- promover a articulação entre os órgãos integrantes da Administração do Distrito Federal e a comunidade;
- promover campanhas de orientação ao público consumidor;
- conscientizar o idoso quanto aos seus direitos e reintegrá-lo à sociedade;
- planejar, executar e divulgar as ações relativas aos portadores de necessidades especiais;
- estabelecer as políticas voltadas aos direitos da mulher, do negro, da criança e do adolescente, bem como ao combate ao uso de entorpecentes.

DIRETRIZES

- integrar e harmonizar as ações governamentais de todos os órgãos que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal;
- realizar gestões que viabilizem de recursos para atendimento à mulher, à criança e ao adolescente, ao combate ao uso de entorpecentes e à defesa dos direitos dos negros.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMATEC

As ações a serem empreendidas no quadriênio 2000-2003 serão desenvolvidas pelos órgãos que compõem o complexo SEMATEC, consoante as linhas de competência de suas próprias áreas, que se integram em visão de conjunto.

Nessa perspectiva, a sistematização dessas ações - prefigura o curso de um processo de planejamento concebido como instrumento básico de gestão, nos próprios termos estabelecidos pela Lei nº 040, de 13 de setembro de 1989.

Na execução da Política Ambiental, o Sistema SEMATEC conta com os seguintes órgãos vinculados: Fundação Pólo Ecológico de Brasília - FunPEB; Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP; Instituto de Ciência e Tecnologia - ICT; Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA; Jardim Botânico de Brasília - JBB e Serviço de Limpeza Urbana - SLU;

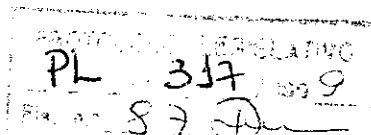
DIAGNÓSTICO

O Distrito Federal localiza-se na Região Centro-Oeste e está inserido no bioma cerrado, um dos mais ricos em biodiversidade do país. De sua área total mais de 42% são legalmente reconhecidos como área de conservação ambiental. O clima da região é típico de cerrado: chuvoso no verão e seco no inverno. O período de seca é longo, de junho a agosto. Neste período, a precipitação pluviométrica se reduz significativamente, chegando a atingir 8,8 mm no mês de junho.

As características iniciais da ocupação do Distrito Federal, a partir da concepção inicial de "cidade planejada", para exercer função estritamente administrativa, não puderam ser sustentadas. O intenso crescimento populacional determinado, principalmente, pelas correntes migratórias atraídas para o seu território e entorno, vem promovendo forte pressão sobre a ocupação do solo e contribuindo para um processo contínuo de degradação ambiental e social, comprometendo, sobremaneira, seus recursos naturais e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população residente.

A baixa disponibilidade hídrica do Distrito Federal impõe conflitos frente à dinâmica de ocupação territorial, acarretando uma crescente preocupação com a quantidade e a qualidade da água para uso consuntivo (abastecimento público e irrigação) e não-consuntivo (recreação e lazer, assimilação, diluição e transporte de esgoto e geração de energia elétrica).

O contínuo crescimento da área urbana e os diferentes sistemas de irrigação utilizados na área rural aumentaram a pressão antrópica sobre os corpos hídricos, gerando problemas, como: formação de voçorocas, assoreamento, poluição e contaminação. Mesmo áreas protegidas correm risco de comprometimento de seus ecossistemas, em função das atividades antrópicas em seu entorno.



Uma questão relevante é a destinação final dos resíduos sólidos, uma vez que a produção desses aumenta na proporção que aumenta a população, exigindo a criação de áreas específicas para a estocagem e instalações de usinas de reciclagem.

As unidades de conservação e áreas protegidas no Distrito Federal têm se destacado como importante instrumento de preservação e conservação dos ecossistemas, constituindo-se em objeto de pesquisa científica e de educação ambiental. Entretanto, essas áreas estão sendo ocupadas de forma indisciplinada e, em alguns casos, irregular, acelerando o processo de degradação dos recursos naturais que precisam ser preservados, com riscos para a biodiversidade da fauna e da flora do cerrado.

A disseminação da idéia de que o Distrito Federal detém a maior renda *per capita* do país atrai, para o Distrito Federal e Entorno, populações carentes e de baixa capacitação técnica, que enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Como forma de minimizar os efeitos negativos dessa migração, e buscando a geração de emprego e renda, o Governo do Distrito Federal, através da SEMATEC, em parceria com instituições públicas e privadas, vai estimular a atividade do ecoturismo a preços competitivos. Neste sentido, convém lembrar que o Distrito Federal, valendo-se da distribuição espacial da atividade agrícola e das riquezas naturais disponíveis, apresenta condições favoráveis para desenvolver, com êxito, a atividade do ecoturismo disso resultando grandes oportunidades de geração de emprego e renda para a população local. Ressalte-se que o aumento da demanda por alimentos e atividades ecologicamente saudáveis assinala uma tendência mundial crescente sobremaneira no Brasil.

No que concerne à C&T, o fato do Distrito Federal não possuir uma agricultura forte, e sua capacidade hídrica não comportar indústrias que demandem grande quantidade de água, o desenvolvimento de suas atividades deve direcionar investimentos, visando provocar o crescimento econômico, sem aumentar a pressão antrópica sobre o meio ambiente.

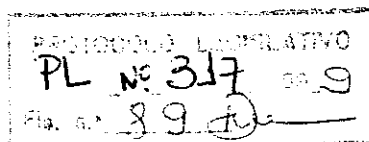
É preocupação do atual Governo romper com barreiras existentes entre a realidade tecnológica da economia brasiliense e as "ilhas de competência técnica" localizadas no Distrito Federal. Nesse sentido, terá em devida conta a presença local de institutos de pesquisa e universidades que podem ser considerados como "centros de excelência" para promover o desenvolvimento científico-tecnológico que vise soluções sócioambientais e sustentáveis.

OBJETIVOS

- tornar a mão de obra mais qualificada, de forma a atender a demanda do mercado de trabalho;
- ampliar e fortalecer a execução da política ambiental no Distrito Federal através da recomposição e capacitação do quadro de pessoal da SEMATEC e órgãos vinculados;

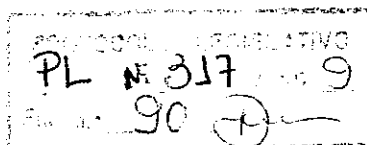
PL N° 317
88080

- disponibilizar indicadores ambientais, com vistas à realização de análises, estudos e projetos voltados para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população como forma de agilizar a gestão ambiental;
- utilizar as tecnologias disponíveis, gerando emprego e renda dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável;
- garantir a proteção e conservação dos recursos naturais;
- promover a conscientização e integração da população na gestão ambiental, de modo a contribuir para a construção de um meio ambiente preservado e equilibrado, garantindo a qualidade de vida da atual e futura geração;
- implantar tecnologias apropriadas para minimizar o impacto ambiental causado pela destinação final de resíduos sólidos;
- ampliar e fortalecer a rede de monitoramento da qualidade do ar no Distrito Federal;
- elaborar e implantar a Agenda 21 local;
- monitorar e recuperar áreas degradadas;
- implantar e gerenciar as Unidades de Conservação do Distrito Federal;
- implantar, recuperar e manter a infra-estrutura dos parques ecológicos do Distrito Federal;
- consolidar a implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado, visando conciliar a sua conservação e a utilização econômica dos seus recursos naturais;
- disponibilizar os recursos hídricos do Distrito Federal em quantidade e qualidade, para atender sustentavelmente a população;
- gerar emprego e renda em atividades não poluentes;
- manter e ampliar a eficiência e eficácia na execução da política ambiental;
- definir uma política de ecoturismo no Distrito Federal e Entorno, regulamentando sua prática, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável.

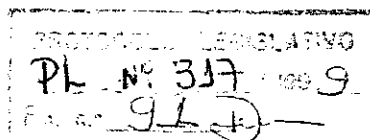


DIRETRIZES

- incentivar a capacitação tecnológica da mão-de-obra e de setores produtivos do Distrito Federal;
- apoiar a pesquisa privada e a inovação tecnológica em micro, pequenas e médias empresas;
- melhorar os níveis de eficiência da SEMATEC e órgãos vinculados, em gestão ambiental por meio do seu fortalecimento institucional;
- operacionalizar um sistema de informações ambientais integrado com órgãos governamentais e centros de pesquisas, a fim de subsidiar o processo de gestão ambiental;
- promover o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo e incentivar parcerias entre empresas do Distrito Federal e instituições de ensino e pesquisa;
- estimular o uso racional e sustentável dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental;
- definir e implementar ações de educação ambiental, com acesso a todos os segmentos da sociedade;
- adotar uma política moderna e racional de limpeza pública;
- manter os atuais padrões de qualidade do ar no Distrito Federal;
- buscar apoio de cooperação técnica nacional e internacional para uso sustentável dos recursos naturais;
- promover a parceria governo/comunidade para a construção da Agenda 21 local, consultando e conscientizando a população em relação às questões do desenvolvimento sustentável;
- promover a preservação da diversidade biológica do cerrado, de modo a garantir seu potencial genético e produtivo;
- implantar o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos;
- desenvolver ações de proteção, recuperação e manutenção das bacias hidrográficas e dos mananciais de abastecimento público;
- fomentar as atividades científicas tecnológicas, levando o Distrito Federal ao encontro de sua vocação natural, que é ser sede de empresas de tecnologia de ponta;



- intensificar e ampliar a parceria governo-sociedade para a co-gestão ambiental;
- desenvolver, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, programa de ecoturismo do Distrito Federal, com vistas à geração de emprego e renda, dentro de uma visão de Desenvolvimento Rural Sustentável.



SECRETARIA DE OBRAS - SO

A SECRETARIA DE OBRAS – SO tem por finalidade a execução de obras públicas e a prestação de serviços públicos, cujas competências são desenvolvidas pela Secretaria, como órgão central coordenador e através das entidades vinculadas: CEB, CAESB, NOVACAP, COORDENADORIA ESPECIAL DO METRÔ e DER.

DIAGNÓSTICO

O aumento populacional apresentado pelo Distrito Federal, próprio de uma cidade com histórico de implantação ainda recente e polo de atração do entorno e de populações de outros estados, acarretou no surgimento de novas zonas urbanas e na expansão das existentes.

Tal fato leva a uma demanda de grande porte de infra-estrutura urbana que requer a aplicação de recursos de vulto, no sentido de dotar estas áreas dos serviços necessários à execução das atividades urbanas, bem como criar condições de habitabilidade e sustentabilidade para as populações das áreas rurais, visando ainda, neste caso, garantir o desenvolvimento da produção agrícola e seu escoamento.

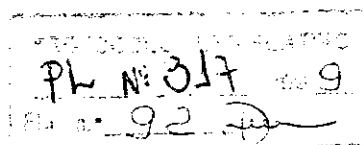
Há ainda, que se pensar na consolidação da cidade com as novas funções que assume devido ao seu porte e resgatar a proposta original, que a levou a ser tombada e ao status de Patrimônio da Humanidade.

Em relação a operacionalidade da Secretaria de Obras, cumpre observar que a sua estrutura está em vigor desde 1976, tendo o Regimento Interno sido aprovado pelo Decreto nº 3.286, de 16/06/76. Ao longo desse tempo, a estrutura citada foi objeto de desmembramentos diversos para atender a criação de novas unidades administrativas na estrutura básica do Distrito Federal, além de não passar pela atualização geral realizada nas demais Secretarias no exercício de 1993. Constata-se, assim, que a Secretaria de Obras convive hoje com uma estrutura organizacional completamente defasada e carcomida pelo tempo, incapaz de atender, com a rapidez necessária, as demandas da sociedade.

A Secretaria de Obras executa o controle e a programação de obras públicas e serviços a estas relacionados, no Distrito Federal. Parte das atividades desse controle são de caráter financeiro e parte de caráter físico.

O desempenho destas tarefas vem sendo feito isoladamente em cada unidade através de microcomputadores, os quais estão defasados, com capacidade insuficiente e com aplicativos desatualizados que não propiciam a agilidade necessária para a gama de serviços a serem realizados.

Portanto, urgente faz-se, além da reestruturação da Secretaria, a implantação de um plano de renovação e ampliação do sistema de informatização da mesma, com a criação de um Banco de Dados ligado a uma rede local eficiente



para que todas as atividades das diversas unidades possam ser executadas com o desempenho desejado pela comunidade e pelos servidores e autoridades do GDF.

Em consequência da já mencionada necessidade de serviços de infraestrutura, aumenta-se a demanda das atividades fins da NOVACAP, a qual tem limitações quanto a disponibilidade de equipamentos e máquinas para efetivo atendimento destas atividades, e das que são geradas pela insuficiência na infraestrutura de outros órgãos do GDF, em especial Administrações Regionais.

Outra consequência do rápido crescimento do DF, é o atual estrangulamento das principais vias das cidades, causado em especial pelo intenso uso de transportes individuais e outros meios alternativos de transporte. Com o aumento da oferta de transportes públicos para a população, a ser proporcionado pelo Metrô – um sistema eficiente, rápido, moderno e seguro - obter-se-á uma significativa contribuição para o descongestionamento do sistema em geral e a melhoria da qualidade de vida.

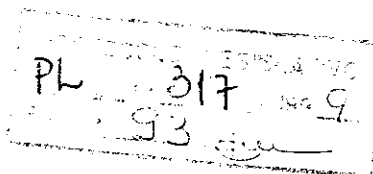
Em relação à CAESB, destaca-se que os níveis de atendimento com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário colocam o Distrito Federal em situação de destaque no panorama nacional.

Nesse contexto, os principais desafios para a CAESB traduzem-se na implantação de um novo grande sistema produtor, no equacionamento do tratamento de esgotos das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Gama, no abastecimento de água dos condomínios e áreas rurais concentradas, além da otimização operacional dos sistemas hoje operados pela Companhia, visando assegurar menores custos operacionais e maior confiabilidade.

A Companhia Energética de Brasília – CEB, uma sociedade de economia mista controlada pelo Governo do Distrito Federal e regida pela Lei das Sociedades Anônimas, obedece às orientações normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por ser concessionária de serviço público federal, e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por ser empresa de capital aberto.

A Companhia não medirá esforços para que o seu corpo gerencial e técnico esteja habilitado a cumprir os compromissos permanentes com o desenvolvimento do Distrito Federal, intensificando e estimulando a produtividade operacional, o aprimoramento da capacidade técnica, o gerenciamento dos recursos financeiros, a segurança das pessoas e do patrimônio, a utilização de tecnologias modernas e de economicidade comprovada, enfim, atuar para colocar a CEB em posição de excelência empresarial, tornando-a preferencial junto aos seus clientes e competitiva, dentro do novo modelo de gestão do setor elétrico brasileiro.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, autarquia integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, compete basicamente executar obras rodoviárias visando a construção, conservação e restauração das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF) e dos estados e municípios limítrofes mediante delegação, convênio e acordo, através dos 5 Distritos Rodoviários, além de manter a segurança viária através da Companhia de Polícia Rodoviária.

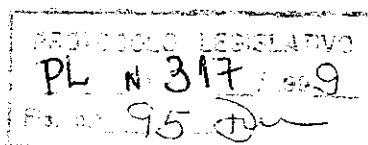


OBJETIVOS

O objetivo geral da Secretaria de Obras é melhorar e garantir a qualidade de vida essencial ao bem estar das populações urbanas e rurais e o desenvolvimento das atividades da cidade, visando em especial a melhoria das condições de circulação de veículos e pedestres, observados os condicionantes do meio ambiente, no sentido da preservação deste e da provisão do conforto ambiental do meio urbano e a melhoria do clima no DF. Assim, os objetivos específicos são:

- implantar infra-estrutura básica nas áreas desprovidas e complementar a infra-estrutura de setores habitacionais, tais como Águas Claras e Sudoeste, e novos setores, tais como Noroeste, Taquari e Catetinho;
- complementar o Plano Urbanístico original de Brasília, executando obras de urbanização neste sentido e obras de revitalização de áreas diversas da cidade;
- recuperar e conservar a malha viária e a infra-estrutura urbanística do DF;
- melhorar a infra-estrutura viária, incluindo a duplicação de vias, a retificação da malha viária e a busca de soluções para a saturação das áreas de estacionamento;
- adotar medidas visando beneficiar a circulação e a acessibilidade de deficientes físicos;
- implantar e recuperar obras de arte de engenharia;
- ampliar e manter o sistema de águas pluviais;
- prevenir, controlar, combater erosões e recuperar áreas erodidas;
- implantar arborização e áreas verdes, entre outras medidas e recuperar áreas degradadas;
- implantar os equipamentos públicos, requeridos pelo atual estágio de desenvolvimento do DF, e complementar o plano arquitetônico original de Brasília;
- implantar e recuperar áreas de lazer e quadras de esportes;
- limpar e conservar áreas não urbanizadas ;
- melhorar e otimizar a prestação de serviços públicos;
- construir a Barragem do Corumbá, visando ampliar a oferta de abastecimento de água e energia elétrica ao DF;

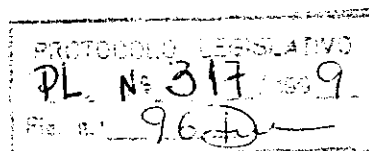
- concluir as estações de passageiros e respectivas passarelas de acesso de pedestres ao longo da Asa Sul no Plano Piloto;
- concluir e tornar operacional o trecho compreendido entre a Estação Praça do Relógio e Estação Terminal Ceilândia;
- edificar os Terminais de Integração Metrô-Ônibus junto às Estações Centro Metropolitano, Ceilândia Centro e Terminal Ceilândia;
- aumentar a produtividade e melhorar os serviços prestados, nas áreas de urbanização e edificações, compreendendo construção, ampliação e reformas de prédios e próprios públicos;
- conservar, proteger e fiscalizar as bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de abastecimento de água;
- executar, operar, manter e explorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.
- garantir o atendimento eficiente e eficaz aos clientes no fornecimento de energia elétrica;
- assumir responsabilidade social junto à comunidade na prestação de serviços públicos;
- atender compromissos de empresa prestadora de serviços públicos;
- garantir competitividade e eficiência econômico-financeira da CEB;
- modernizar a CEB de forma sistêmica;
- expandir e diversificar negócios no setor energético;
- investir na capacitação e valorização de pessoal;
- melhorar as condições de tráfego nas rodovias do DF, com a respectiva pavimentação, duplicação, restauração;
- construir 3^{as} faixas e vias marginais,
- tratar os locais críticos de acidentes de trânsito e de congestionamentos;
- implantar sinalização horizontal e vertical das rodovias pertencentes ao SRDF;
- conservar a malha rodoviária do DF, através dos equipamentos e máquinas utilizados nos serviços executados pelos Distritos Rodoviários e pelo policiamento rodoviário, através da CPRv com maior fiscalização nas rodovias do SRDF, em atendimento ao preconizado pelo Código de Trânsito Brasileiro;



- dar ao transporte coletivo tratamento preferencial;
- buscar recursos externos, conforme Programa de Segurança de Trânsito, Transporte e Melhoria do Sistema Viário do Distrito Federal;
- melhorar as condições internas do Órgão através da aquisição de equipamentos necessários para apoio à atividade fim, controle e segurança de tráfego.

DIRETRIZES

- execução da infra-estrutura, implantação de equipamentos públicos e dotação de serviços públicos;
- estabelecimento de ações conjuntas entre os diversos órgãos de governo otimizando a execução de obras e a oferta dos serviços públicos;
- busca de recursos para execução dos objetivos propostos, inclusive junto a organismos internacionais;
- elaboração dos estudos e projetos necessários a atuação do governo;
- busca de metodologia e tecnologias, inclusive através de troca de experiências com empresas atuantes na área, com a finalidade de aperfeiçoamento e economicidade na implementação dos empreendimentos relativos ao Metrô;
- reestruturação da secretaria e implementação de sua informatização, bem como treinamento de pessoal;
- estabelecimento de ações em acordo com os estados vizinhos, de impacto positivo para o DF, beneficiando a todos;
- buscar alocação de recursos, no orçamento, compatível com as reais necessidades da Novacap para atendimento a demanda por serviços de sua competência;
- buscar permanentemente a melhoria na qualidade da prestação de serviços pela CAESB;
- assegurar a continuidade operacional dos sistemas de abastecimento de água, implantando tratamento completo nos sistemas produtores dotados de tratamento simplificado;
- priorizar as ações de conservação da água e de redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água existentes;

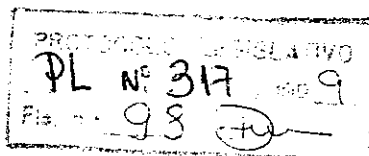


- implantação de tratamento de esgotos em todas os sistemas, mantendo sistemática de monitoramento de qualidade dos corpos receptores;
- buscar a utilização de tecnologias alternativas de eficiência comprovada e baixo custo no setor de saneamento;
- aumento da eficiência no atendimento do fornecimento de energia elétrica ao cliente atual; aos novos clientes urbanos e rurais, buscando os melhores índices de continuidade e qualidade da energia fornecida;
- empreendimentos das ações para melhoria do relacionamento com a sociedade, estimulando ações internas de voluntariado solidário, implantando projetos de integração com os planos de governo para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal;
- manutenção e expansão do sistema de iluminação pública, com qualidade e eficiência, aprimorando os canais de interação e parcerias entre a CEB, GDF, Secretarias de Governo, Administrações Regionais e Organizações da Sociedade Civil e articulação, objetivando um relacionamento eficiente, com os órgãos fiscalizadores: GDF, TCDF, ANEEL e CVM;
- estabelecimento e implantação da sistemática de gerenciamento integrado de recursos materiais, humanos, financeiros e administrativos, objetivando maior participação no mercado de capitais, de modo a contextualizar a CEB numa visão empresarial;
- preparação da CEB para a competitividade, de acordo com a reestruturação do setor elétrico-energético, com novos métodos de trabalho e novas tecnologias na distribuição e comercialização de energia elétrica e de outros produtos e serviços;
- participação da CEB em projetos visando: aumento da geração própria de energia elétrica, utilização de gás natural no Distrito Federal, exploração de negócios de telecomunicações, conquistando assim, novos mercados e serviços, através de parcerias com empresas públicas e privadas;
- propiciar o bem-estar integral dos empregados da CEB, estimulando-os ao desenvolvimento da cultura voltada para o aumento da produtividade e criatividade, valorizando-os e remunerando-os adequadamente de acordo com o mercado e os resultados da empresa;
- consolidação do Sistema Rodoviário do DF, através de sua implantação, manutenção e operação;
- desenvolvimento de medidas de engenharia rodoviária através de projetos e obras, com vistas ao atendimento dos objetivos propostos;
- utilização de processos tecnológicos na área de engenharia de tráfego, que garantam maior fluidez e segurança aos usuários das rodovias;

- articulação com outros Órgãos/Secretarias, para ações integradas com o objetivo de melhoria do transporte no DF, e definição de políticas de tráfego para as rodovias do DF e da Região Geoeconômica.

A CEB deverá investir, de acordo com o seu programa de investimentos, no período de 2000/2003, em sintonia com as prioridades definidas pelo GDF, o montante de R\$ 313.699 mil, viabilizando projetos que são importantes para o desenvolvimento do Distrito Federal, como por exemplo:

- melhoria da Usina Hidrelétrica do Paranoá;
- construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado;
- construção da Usina Hidrelétrica de Queimado;
- construção de Usinas Termelétricas a gás natural;
- construção do Aproveitamento de Corumbá IV;
- fornecimento de energia elétrica para a expansão do Metrô;
- compactação de redes aéreas para aumento de eficiência energética;
- fornecimento de energia elétrica para o Projeto Orla;
- expansão do Sistema de Iluminação Pública;
- fornecimento de energia elétrica para atender aos Programas Habitacionais do Governo;
- infra-estrutura para o Pólo Brasil Central.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEP

A Lei n.º 2298/99 ao criar a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, separando suas atribuições daquelas típicas da administração fazendária, objetivou, sem prejuízo da indispensável articulação com a gestão financeira, atribuir especial atenção às atividades de planejamento, orçamentação, acompanhamento e avaliação da execução de programas governamentais, de modo a garantir maior efetividade ao gasto público.

Fundamentalmente, compete a essa Secretaria subsidiar o planejamento estratégico do Governo, buscando inserir o Distrito Federal nos planos e políticas de desenvolvimento nacional e regional; elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, o Plano Plurianual e o Plano Anual de Governo, compatíveis com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, integrando as políticas setoriais e intersetoriais; elaborar a Proposta Orçamentária Anual, a qual deve espelhar e detalhar as diretrizes e objetivos definidos nos instrumentos anteriormente mencionados, associando-os à estimativa de receita formulada para o período, buscando assegurar o equilíbrio fiscal das contas públicas; orientar, acompanhar e avaliar a execução de planos, programas, projetos, atividades e metas.

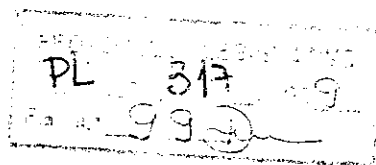
DIAGNÓSTICO

Às atuais perspectivas econômicas, que apontam para um cenário de retração da atividade produtiva, com reflexos que já se fazem sentir sobre a arrecadação, soma-se a necessidade de alcançar uma administração equilibrada dos recursos públicos, uma vez que a capacidade de endividamento do Estado encontra-se próxima de seu limite. O atendimento das demandas sociais, portanto, depende essencialmente da melhoria da governança, ou seja, da obtenção de ganhos de qualidade, eficiência e produtividade na gestão governamental.

Assim sendo, cumpre adequar o processo integrado de planejamento e orçamento às exigências do novo modelo de Estado, conferido-lhe perfil gerencial e focando resultados, mediante a implantação de modernos mecanismos de programação e gestão públicas, sem prejuízo da observância do controle e da legalidade indissociáveis do gasto de governo.

OBJETIVOS

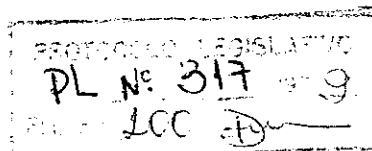
- implantar modelo de programação e orçamentação compatível com a orientação da ação governamental voltada menos para processos e mais para produtos;
- institucionalizar o planejamento estratégico, tático e operacional no âmbito do Governo do Distrito Federal;



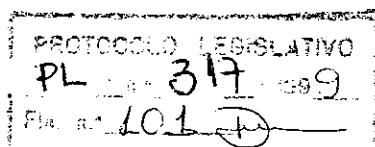
- estabelecer normas, instrumentos e mecanismos gerenciais, em conjunto com a Secretaria de Fazenda, que associem a programação financeira à execução de projetos e atividades, estes últimos compreendidos como o detalhamento das políticas e programas governamentais;
- desenvolver sistema informatizado que integre as funções de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, redefinindo e ampliando os atuais Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG e Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP;
- implantar, sob a estrutura do Sistema de Controle Interno, o Subsistema de Planejamento e Orçamento, com unidades setoriais em todas as Secretarias;
- implantar as atividades previstas no Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Distrito Federal – PROMOTEC /DF;
- dotar a Secretaria de Planejamento de infra-estrutura necessária ao seu funcionamento: rede de computadores, sistemas informatizados de apoio às atividades meio e fim e equipamentos de escritório;
- implantar programa de capacitação técnica e gerencial do quadro de servidores, no âmbito do Sistema de Planejamento e Orçamento.

DIRETRIZES

- observar, no planejamento governamental, as políticas do Governo Federal, os planos regionais que afetem o Distrito Federal e os programas econômicos e sociais de instituições não governamentais;
- considerar, no estabelecimento de objetivos e prioridades da administração distrital, a importância do desenvolvimento harmônico e integrado com as áreas do Entorno do Distrito Federal;
- concentrar esforços, na programação e na alocação dos recursos públicos, voltados para a superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes entre as Regiões Administrativas;
- viabilizar a participação da sociedade civil no processo de planejamento, por meio de mecanismos democráticos;
- assegurar o atendimento aos princípios da participação, da coordenação, da integração e da continuidade das ações governamentais;



- dar publicidade dos planos, programas e orçamentos públicos, assim como da avaliação de sua execução, de forma a conferir transparência à gestão e ao gasto governamental;
- adotar mecanismos e processos de programação compatíveis com um Estado moderno, ágil, eficiente e financeiramente equilibrado.



SECRETARIA DE SAÚDE - SES

À Secretaria de Saúde do Distrito Federal, órgão de Administração Superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete a promoção, fiscalização da saúde pública e a atividade de assistência médica, odontológica e hospitalar, tudo de acordo com as diretrizes do atual Governo do Distrito Federal e garantidos pela Constituição Federal.

DIAGNÓSTICO

O Sistema de Saúde do Distrito Federal ainda se conceitua no Plano de Assistência à Saúde de 1979, quando foi criada uma rede assistencial em complexidade crescente, com atuação desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos de diagnóstico e tratamento.

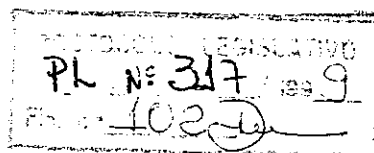
O Sistema regionalizado e hierarquizado tinha como objetivo prestar assistência a toda população, através de serviços de saúde distribuídos geograficamente, de forma que facilitasse o acesso da população aos serviços de saúde. Os agentes de saúde, devidamente treinados, serviriam de elo entre o serviço e a comunidade.

Os ajustes necessários ao Plano se perderam na década de 90 e o mesmo foi desvirtuado completamente nos últimos quatro anos. A implantação das ações não acompanhou o crescimento populacional. O sistema de referência e contra-referência ficou prejudicado pela falta de hospitais, principalmente em Samambaia, Paranoá e Santa Maria. Os Centros de Saúde foram quase desativados e dando-se ênfase ao atendimento primário realizado em imóveis alugados com cerca de 300 equipes de profissionais sem compromisso com o restante do Sistema. Os encaminhamentos feitos aos hospitais ou a outros serviços não foram avaliados para comprovar a resolutividade dos atendimentos.

O Programa Saúde em Casa - PSC tinha o mesmo objetivo do antigo plano de assistência, no entanto, a execução e metodologia empregadas não condiziam com a realidade do Setor Saúde no Distrito Federal.

O programa "Saúde da Família" preconizado pelo Ministério da Saúde e desenvolvido em cerca de 20 Estados da Federação tem pouca semelhança com o antigo PSC/DF. Enquanto, a FHDF tem um déficit de 4.000 servidores, o PSC empregava através do Instituto Candango 3.200 pessoas, algumas das quais sem qualificação profissional.

Neste Plano são propostas construções prioritárias para adequar o sistema nos moldes do SUS, considerando o elenco de reformas imprescindíveis nos estabelecimentos de saúde e ainda as despesas de custeio da rede assistencial e treinamento de pessoal para atender adequadamente uma população de 2 milhões de habitantes.

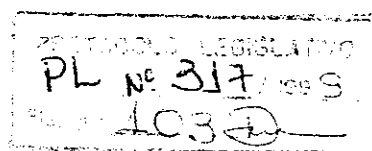


O custo das construções de estabelecimentos de saúde obedecem normas do Ministério da Saúde cujos índices são diferentes de outras obras de construção civil. As despesas de custeio da SES são consideráveis se comparadas com outros órgãos do Governo, porém perfeitamente justificáveis tendo em vista a extensa rede assistencial existente e o tipo de procedimentos médicos dispensados à população.

Para resgatar a credibilidade no Sistema de Saúde do Distrito Federal são necessários custos elevados, os quais, certamente serão aplicados com racionalidade e seriedade, contribuindo em benefício da comunidade brasiliense e de áreas vizinhas.

OBJETIVOS

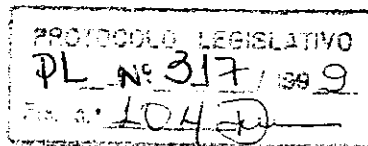
- implementar o Programa de Saúde da Família, de acordo com as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde e com a implantação de Postos Urbanos de acordo com critérios de concentração urbana, de carência sócio-econômica, de inexistência ou insuficiência de serviços de saúde na região;
- recuperar, reorganizar, expandir e reaparelhar a rede de saúde do DF;
- agilizar a compra de medicamentos para abastecimento da rede de saúde;
- realizar concurso público, visando dar solução à situação dos contratados provisoriamente;
- promover a melhoria salarial dos servidores e cargos comissionados;
- expandir a rede com a construção dos hospitais nas cidades satélites onde não existem a criação de Postos Urbanos;
- criar Instituição especializada em diagnóstico precoce, tratamento e pesquisa sobre o câncer;
- criar unidades especializadas de atendimento preferencial à mulher e à criança em todo o Distrito Federal;
- construir, em associações com a iniciativa privada, um laboratório farmacêutico para produção e distribuição de medicamentos a baixo custo;
- introduzir serviços especializados, específicos nos hospitais regionais, possibilitando atendimento rápido e de qualidade;
- criar unidades especializadas no tratamento e recuperação dos dependentes químicos;



- prestar assistência integral ao paciente HIV positivo, incluindo medicamentos, alimentação adequada e auxílio transporte para acompanhamento médico.

DIRETRIZES

- promover atenção primária à população em área delimitada;
- levantar as condições sanitárias e avaliar o perfil epidemiológico;
- promover assistência domiciliar, estreitando a distância entre a população e os serviços de saúde;
- reduzir a procura pelos serviços de emergência dos hospitais principalmente em casos simples que possam ser resolvidos nas Unidades de Saúde;
- resgatar a credibilidade do Sistema de Saúde junto à população;
- tornar efetivos os princípios do Sistema Único de Saúde da universalidade, integralidade e equidade;
- reorganizar o sistema de referência e contra-referência, partindo da atenção básica até a de maior complexidade, redirecionando de forma a integrar efetivamente, as atuais ações de saúde à Rede de Serviços e hierarquizados, de conformidade com a política de saúde adotada no Distrito Federal;
- dar ênfase à saúde da criança, da mulher e do adolescente, priorizando também ao idoso.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

À Secretaria de Segurança Pública compete a formulação de políticas relativas às atividades de segurança pública, prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento e defesa civil, além da administração do sistema penitenciário, a educação, o controle e fiscalização do trânsito e tráfego no Distrito Federal, bem como as atividades de planejamento e execução de engenharia de trânsito e as relacionadas ao uso indevido de substâncias entorpecentes.

Ressalta-se, que o alarmante crescimento da criminalidade levou ao lançamento do programa "Segurança sem Tolerância" e a criação da assessoria especial para assuntos de polícia civil, no Gabinete do Governador.

Tais medidas viabilizam a colocação em serviço de novas viaturas policiais, a volta da ROCAN e dos "Cosme e Damião", o aumento do total de soldados da PM a serem selecionados em concurso e a contratação imediata de novos delegados e agentes de polícia.

DIAGNÓSTICO

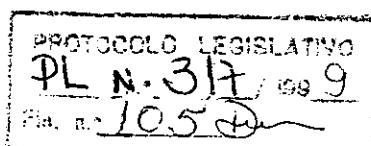
O crescente aumento dos índices de criminalidade, particularmente os relacionados aos crimes contra a pessoa (homicídios, tentativas de homicídios e estupros) e contra o patrimônio (furto e roubo), exige das autoridades o combate intransigente à criminalidade, a exemplo de experiências de significativo sucesso, como o programa "Tolerância Zero", implantado pela prefeitura de Nova York.

A particularidade da capital da República, que abriga a sede dos Poderes da União e das representações diplomáticas, acrescenta aos organismos de segurança a missão de garantir a integridade física e pessoal das autoridades constituídas.

Nesse contexto, o de capital dos brasileiros e cidade dos brasilienses, a atuação do sistema de segurança visará a ação coordenada das polícias, Corpo de Bombeiros Militar e DETRAN no sentido de reduzir os indicadores de violência.

OBJETIVOS

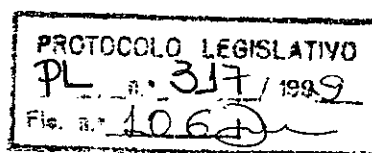
- combater as pequenas infrações e os pequenos delitos, como forma de inibir a criminalidade mais grave;
- agir coordenada e sistematicamente com o Poder Judiciário e Ministério Público;
- combater diuturnamente o uso e o tráfego de drogas;



- formar uma nova consciência social acerca da segurança pública com a participação da comunidade.

DIRETRIZES

- valorizar os profissionais de segurança pública, com pagamento de salários justos e permanente capacitação profissional;
- modernizar o aparelho policial, com o desenvolvimento de novos métodos organizacionais e emprego de tecnologias apropriadas;
- reequipar o Corpo de Bombeiros;
- intensificar o policiamento ostensivo, com o retorno às ruas das duplas "Cosme e Damião" e da ROCAN;
- recompor o salário dos policiais, inclusive com o pagamento de todas as gratificações e da chamada etapa de rancho em sua totalidade;
- criar o Fundo de Segurança Pública;
- concluir as obras da Papuda e sua transformação em centro agrícola e industrial, visando a reintegração social do detento;
- construir colônia agro-industrial para recuperação efetiva de menores infratores;
- implantar cinco novos batalhões e um Batalhão de Trânsito, no âmbito da PMDF;
- construir postos de segurança comunitária;
- realizar campanhas permanentes de desarmamento;
- criar cinco núcleos de detenção;
- criar Juizados Especiais Criminais 24 horas.



SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SETER

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda - SETER tem como missão institucional contribuir para o aumento e/ou manutenção do total da população ocupada no Distrito Federal, atuando nas seguintes áreas de competência: mercado de trabalho, adotando uma política de geração de emprego e renda; formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional; fomento às atividades artesanais e a integração e interlocução com o Ministério do Trabalho, por intermédio de convênios. A SETER tem, portanto, o papel de órgão coordenador das políticas públicas de emprego, trabalho e renda no âmbito do Distrito Federal.

Para o alcance da sua missão e exercício do seu papel, no próximo quadriênio, a SETER desenvolverá ações nas seguintes áreas de atuação: intermediação de mão-de-obra, intermediação de serviços, apoio ao Programa Seguro-Desemprego, geração de informações sobre o mercado de trabalho, programas de crédito assistido, qualificação profissional, artesanato e cooperativismo, por intermédio de ações integradas ao trabalhador, empreendedor e empregador.

Nesse sentido, as metas de atendimento às políticas públicas de emprego serão discriminadas para cada subprograma, porém, o atendimento à clientela da SETER se dará, na prática, de forma integrada.

DIAGNÓSTICO

A tendência global para o próximo quadriênio é de deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho, em nível nacional e local. O processo de ajuste econômico, pela abertura ao mercado externo, tornou bastante estreito o vínculo entre o desempenho da economia brasileira e as flutuações do mercado financeiro internacional, cujos mecanismos, no sentido de proporcionar uma maior estabilidade, estão ainda em fase de discussão preliminar, envolvendo a conciliação de interesses entre países desenvolvidos e emergentes.

A taxa de crescimento real do PIB no Brasil, após a retomada dos anos de 1993 (4,9%) e 1994 (5,9%), passou a decrescer, situando-se em 4,2% em 1995, estabilizando em torno de 3% entre 1996 e 1997, e em 1998 alcançou uma taxa de apenas 0,15% de crescimento em relação a 97. Com a retomada da alta dos juros, em outubro último e o pacote de ajuste fiscal para os próximos três anos, as autoridades monetárias estão prevendo recessão ou estagnação nos dois anos seguintes e após, a depender da economia mundial, uma paulatina retomada do crescimento.

Como agravante de uma recessão/estagnação nos próximos anos, está o fato de que a inserção no mercado externo impele a um aumento da produtividade, o que significa menos postos de trabalho por capital investido. A relação PIB/Emprego já é decrescente desde o início dos anos 90, tendência que deve ser intensificada no quadriênio em questão.

PL 317
107

As taxas de desemprego nas principais regiões metropolitanas do País provavelmente apresentarão uma tendência de crescimento. As previsões para 1999, envolvendo o conjunto dos seis principais centros urbanos industriais pesquisados pelo IBGE, variam entre 10% e 12%, contra 5,6% em 1997 e 7,8% em 1998. Não há dúvida, de que o rendimento médio deverá cair e o setor informal deverá crescer ainda mais, como alternativa à falta de emprego nos segmentos mais estruturados do mercado de trabalho.

Em nível local, a tendência não deverá ser diferente. A taxa de desemprego, em dezembro de 1998, atingiu a marca de 19,9% da população economicamente ativa do Distrito Federal, fato esse que exige do Governo a apresentação de soluções técnicas, práticas e criativas. Há, porém, um agravante. O foco do ajuste no próximo quadriênio está centrado no setor público, que constitui, ainda hoje, a base da economia do DF. O PIB do DF tem acompanhado a tendência no País, situando-se em torno de 2,7% do PIB nacional. No entanto, no DF, a administração pública (direta e autárquica) responde, isoladamente, por cerca de 30% do PIB. A permanência da contenção salarial no setor público, aliada à tendência de queda no número de servidores, deverá levar a uma retração econômica mais acentuada em nível local.

Em termos setoriais, a tendência mais provável é de maior retração do emprego no comércio — pela queda da renda e do consumo — e na administração pública — pelos fatores antes mencionados. Assim, os pequenos empreendimentos na indústria de transformação e nos diversos ramos dos serviços deverão continuar como as alternativas mais viáveis de geração/manutenção de postos de trabalho. Na construção civil, a perspectiva é de reaquecimento do setor, face à proposta de incentivo e de investimento público para a geração de novos postos de trabalho.

No período 1995-1998, as políticas ativas de trabalho, emprego e renda foram implementadas sem articulação com a política econômica local. Foi dada ênfase à qualificação profissional sem a necessária preocupação com a colocação do trabalhador qualificado no mercado de trabalho, quer seja pela intermediação formal de mão-de-obra (por meio das Agências Públicas de Emprego e Cidadania-APEC) quer pelos programas de ocupação e renda.

As perspectivas de melhoria deste quadro estão, portanto, no avanço das parcerias do governo local com o setor privado. Nesse sentido, a conclusão das obras do Metrô, as obras previstas no Projeto Lúcio Costa e Projeto Niemeyer, obras nas áreas de saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer, o programa habitacional e de melhoria de habitações, a infra-estrutura para o Pólo Brasil Central (Porto Seco) e a infra-estrutura do Projeto Orla tornam-se de suma importância, pelos efeitos diretos sobre o nível de emprego na construção civil. Medidas como a criação de áreas de expansão industrial, bem como a concessão de incentivos fiscais a novas micro e pequenas empresas poderão, igualmente, constituir fatores importantes no combate ao desemprego. De outro modo, atrair investimentos externos, com incentivos governamentais e a realização de feiras de negócios internacionais, explorando as possibilidades abertas pelo Mercosul, pode servir como estratégia adicional de incremento do investimento privado no DF.

Nesse contexto, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda tem como sua visão de futuro “trabalho e renda como produto de programas efetivos e

PL 317
LCS

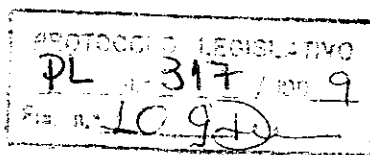
criativos disponibilizados à comunidade por meio da integração dos serviços prestados nas suas Agências Públicas de Emprego e Cidadania, de forma eficiente e eficaz por servidores comprometidos e qualificados”

OBJETIVOS

- colocar trabalhadores no mercado de trabalho;
- apoiar o trabalho cooperado e o associativismo;
- oportunizar o acesso a financiamento aos micro, pequenos e médios empreendimentos;
- viabilizar a qualificação, requalificação e o aperfeiçoamento profissional às clientelas prioritárias;
- fomentar o artesanato.

DIRETRIZES

- contribuir para a garantia de empregabilidade à clientela;
- intensificar parceria com órgãos governamentais que tenham programas/projetos afetos à área de trabalho, emprego e renda;
- intensificar ações públicas e privadas, referentes à criação e/ou manutenção de postos de trabalho;
- prestar serviços de excelência aos trabalhadores, empreendedores e empregadores, por meio do atendimento integrado;
- intensificar a divulgação dos serviços prestados à comunidade, por meio da mídia;
- otimizar as Agências Públicas de Emprego e Cidadania-APEC;
- garantir o aporte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda-FUNSOL e do Tesouro para as ações de trabalho, de emprego e renda.



SECRETARIA DE TRANSPORTES - ST

Cabe à Secretaria de Transportes - ST estabelecer diretrizes e formular políticas que orientem as ações de seus órgãos vinculados nas funções de gerir, planejar, normatizar, fiscalizar e operar os serviços de transporte de passageiros e de cargas no Distrito Federal .

DIAGNÓSTICO

A baixa qualidade dos serviços é marca atual do sistema de transporte público coletivo no Distrito Federal, onde a inexistência da infra-estrutura adequada tem grande peso no atendimento aos mais de 20 milhões de passageiros que se utilizam mensalmente dos serviços.

As dificuldades do provimento desses serviços de transporte público coletivo para o Distrito Federal são amplamente conhecidas e derivam da própria concepção urbanística original e do surgimento de vários novos núcleos urbanos , notadamente nas duas últimas décadas.

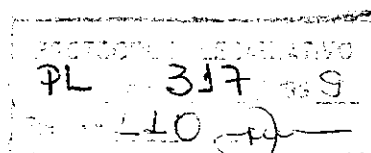
Até o presente momento, as ações desenvolvidas no setor foram pontuais e circunstanciais, não atacando o problema de forma integrada e abrangente, resultando em soluções não duradouras.

A recente criação da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), composta por 21 municípios e o Distrito Federal, demandará esforços adicionais da ST e do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos no sentido de planejar e fiscalizar, buscando integrar todos os serviços atualmente prestados na região.

Diante das dificuldades estruturais que se apresentam e da relevância do setor na vida da comunidade, cada vez mais, tornam-se necessárias ações arrojadas e renovadoras, buscando dotar o Distrito Federal e Entorno de um sistema de transporte público coletivo mais eficiente.

OBJETIVOS

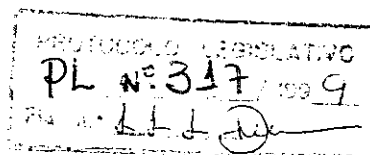
- atender à demanda atual e acompanhar sua evolução, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial -PDOT;
- fortalecer, através da modernização dos instrumentos de controle (automação), a gestão dos transportes públicos coletivos, desestimulando as fraudes e a ação predatória do transporte não regulamentado.



- proporcionar aos usuários maior segurança, conforto, confiabilidade e acessibilidade;
- minimizar a participação dos gastos com transporte coletivo no orçamento dos usuário, promovendo o acesso dos trabalhadores aos seus locais de serviço com o pagamento de apenas uma passagem;
- revitalizar o sistema de transporte coletivo complementar (executivo e vizinhança);
- promover a política de descentralização das atividades no Plano Piloto, incentivando a criação de empregos em outras localidades do Distrito Federal;
- introduzir uma lógica tarifária que seja de fácil assimilação pelo usuário e sintonizada com a integração entre os modos de transportes.

DIRETRIZES

- implantar uma sistemática integrada de planejamento e operação, envolvendo todos os modos e tipos de serviços;
- aperfeiçoar os instrumentos de controle do sistema, a fim de garantir um melhor equilíbrio espacial e temporal entre a oferta e a demanda, bem como do dimensionamento da infra-estrutura necessária, buscando garantir melhores níveis de serviço aos usuários e boas condições de trabalho aos operadores;
- melhorar os canais de comunicação permitindo maior nível de confiabilidade das informações entre os usuários, operadores e o órgão gestor;
- formular uma política tarifária, que considere o equilíbrio dos diferentes tipos de serviços e modalidades em operação, respeitando a capacidade de pagamento dos usuários;
- dar prioridade ao transporte público coletivo sobre o transporte particular, seja em termos de investimentos, seja na utilização do sistema viário, traduzido pela implantação de corredores exclusivos de transportes coletivos;
- conduzir um trabalho coordenado de planejamento com os demais órgãos do GDF.



SECRETARIA DE TURISMO E LAZER - SETUR

Compete à Secretaria de Turismo e Lazer coordenar e executar a política de incentivo ao turismo no Distrito Federal, como fator de desenvolvimento socioeconômico, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal.

A política adotada pela Secretaria de Turismo, visa restaurar o foco das atividades para o fomento de macro políticas de desenvolvimento do turismo sustentável, como mecanismo para realizar o extraordinário potencial desse setor, buscando tornar essa atividade a mais importante no desenvolvimento econômico e social sustentável, com a geração de emprego e renda para a população do Distrito Federal e Entorno e com a captação de receita para o governo.

As ações da SETUR se concentram no estímulo da implantação de empreendimentos turísticos e na criação de condições ambientais de alavancagem do investimento privado, através da promoção de estímulos financeiros e fiscais e da articulação para instalação de infra-estrutura, para a implantação de mega-empresendimentos turísticos, que constituirão as âncoras do desenvolvimento sustentável desse setor, a curto, médio e longo prazos.

Para promover e estimular a estreita participação de todos os segmentos da iniciativa privada, para captação dos investimentos necessários à realização desses mega-empresendimentos turísticos, a primeira atividade da Secretaria foi a realização de um *Workshop*, com participação das mais expressivas lideranças dos órgãos e representantes do *Trade* Turístico, num processo de imersão total, utilizando a metodologia *Zopp*, moderada por consultores de renome internacional.

Desse esforço concentrado e participativo, emergiu o primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Sustentável do Distrito Federal e Entorno, para viabilizar o desenvolvimento setorial, que articula e estrutura a vocação estratégica de Brasília para os próximos vinte anos, na concentração da estrutura produtiva em atividades quaternárias, como potencializadoras do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Distrito Federal, tanto na geração de renda e emprego para a população como para geração de receita para o GDF.

DIAGNÓSTICO

Cabe assinalar, primeiramente, que o setor não tem recebido a devida atenção e prioridade do governo, devido ao fato de que as atividades geradas pelo mesmo são registradas como atividades econômicas de outros setores: todos os empregos, desde os de transportes aéreos e terrestres de passageiros, de locação de veículos, hotéis e parte das receitas geradas pelos restaurantes são contabilizados nos setores de transportes, hotelaria, serviços e outros.

PL. Nº 317
1999

O turismo é uma atividade de ponta, isto é, articula todo um conjunto de atividades de outros setores, constituindo apenas a ponta do *iceberg* da gigantesca malha de relações econômicas intersetoriais. É, portanto, responsável pela captação de bens de capital e de consumo de outros setores, como: construção civil; indústrias aeronáutica, automobilística, mobiliária e têxtil; mecânica, agricultura e comércio.

A ausência de um planejamento estratégico integrado para orientar a ação dos segmentos que compõem esse setor com as esferas de governo, no passado, impossibilitou que o desenvolvimento do setor turístico tivesse sido realizado em todo seu potencial, como o maior gerador de empregos e renda do Distrito Federal.

A precária divulgação das potencialidades turísticas de Brasília como destino turístico e a falta de um elenco de produtos turísticos articulados entre si, de modo a ampliar a atratividade nos mercados turísticos domésticos e internacionais, constituem fatores dificultadores de um maior avanço das atividades no setor.

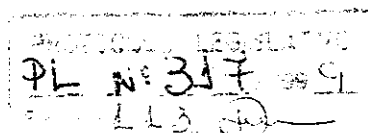
A baixa taxa de ocupação hoteleira nos fins de semana constitui um entrave à expansão do parque de hotelaria de Brasília e se caracteriza pela carência de um programa especial de fomento do turismo de final de semana, com promoções e campanhas de divulgação nos principais estados emissores.

Apesar de possuir um extraordinário potencial turístico, especialmente no segmento de eventos e de negócios, o Distrito Federal não possui os necessários empreendimentos âncora nesse setor eminentemente competitivo, caracterizado na atualidade do mercado, pela instalação de centros de convenções modernos.

A falta desses equipamentos de infra-estrutura dinamizadores, com capacidade mínima de 5000 convencionais em Brasília, e de centros de convenções multi-uso, com capacidade para 15000 pessoas nas áreas de convenções e cultura, vem preterindo a captação da realização de grandes eventos e feiras de negócios dos mercados nacionais e internacionais em Brasília.

OBJETIVOS

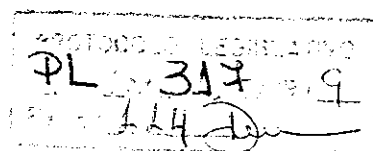
- promover a divulgação e consolidação de Brasília como destino turístico em parceria com a Embratur e o Itamaraty, através da participação em feiras e eventos internacionais de promoção no mercado internacional;
- ampliar e modernizar o Centro de Convenções de Brasília para capacitá-lo a receber 5000 pessoas e dotá-lo de infra-estrutura de feiras;
- consolidar o Projeto Orla com a implantação, pela iniciativa privada, de empreendimentos de turismo e lazer;
- criar o Projeto Orla Leste do Lago Paranoá, incentivando os setores hoteleiros de categoria econômica e internacional, com implantação, pela iniciativa privada, de empreendimentos de turismo e lazer;



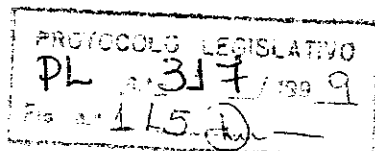
- dotar o Distrito Federal de estrutura de centros de convenções modernos de múltiplo uso, com capacidade para receber 15 mil pessoas;
- construir, em associação com a iniciativa privada, portões de orientação ao turista em todas as entradas do Distrito Federal, com espaços reservados ao policiamento e funcionamento de lanchonetes, postos de conveniência, entre outros.
- instituir programas para o desenvolvimento do ecoturismo, turismo rural, cívico, da melhor idade, de eventos e de negócios, além da captação do turismo de lazer internacional;
- incentivar a implantação de empreendimentos âncora dinamizadores de turismo na área de hotelaria, cultura e lazer, sobretudo parques temáticos;
- promover a captação e realização de eventos de negócios e de lazer;
- promover a consolidação dos canais de comercialização de produtos turísticos de Brasília;
- promover a implantação de vôos comerciais e vôos "charters" diretos para o exterior, com origem e destino em Brasília.

DIRETRIZES

- estabelecer uma política de integração entre o setor privado e o Governo, buscando um maior desenvolvimento do turismo no Distrito Federal, através da incorporação de representantes das organizações do setor turismo, atribuindo ao Conselho de Desenvolvimento Turístico - CDTUR a responsabilidade pela gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Turismo;
- promover a captação de investimentos para impulsionar empreendimentos âncora dinamizadores do potencial turístico do Distrito Federal, viabilizando uma maior permanência do turista;
- promover o desenvolvimento do setor turismo como atividade econômica de maior potencial gerador de receitas, empregos e rendas para o Distrito Federal;
- assegurar a implantação da infra-estrutura básica para a viabilidade e consolidação de empreendimentos turísticos de grande porte, proporcionando áreas para o comércio, serviços e lazer à comunidade;
- captar e apoiar a realização de feiras, congressos, exposições e eventos, em parceria com a iniciativa privada e as demais Secretarias;



- promover e apoiar eventos de lazer, festas típicas, folclóricas e populares, em parceria com os demais órgãos;
- participar em feiras e eventos de investimentos turísticos para captação de investidores nacionais e estrangeiros, como tourmart, além de feiras e congressos de parques temáticos realizados no país e no exterior.
- promover a realização de eventos de captação de investidores nacionais e estrangeiros, buscando recursos necessários para viabilização dos empreendimentos de infra-estrutura turística e dos mega-empresendimentos turísticos âncora propostos no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Turístico do Distrito Federal;



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

A Secretaria Extraordinária foi criada, em 21.01.99, por meio da Lei nº 2.299, e tem a finalidade de estudar e planejar a previdência para os servidores públicos do Governo do Distrito Federal.

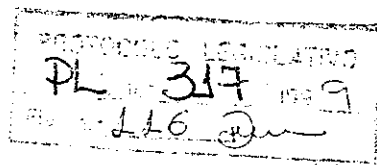
Dentro dos objetivos da Secretaria está prevista a criação de uma unidade que administrará o sistema previdenciário do Distrito Federal dos servidores ativos, inativos e pensionistas, oferecendo, principalmente aos servidores ativos, a oportunidade de uma aposentadoria complementar.

OBJETIVOS

- implementar e consolidar o Sistema de Previdência Social do Distrito Federal;
- disponibilizar ao servidor a alternativa da previdência complementar.

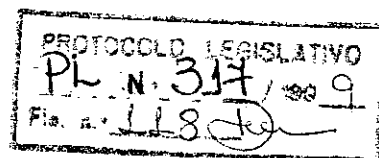
DIRETRIZES

- oferecer novas perspectivas ao servidor ativo por meio da aposentadoria complementar;
- beneficiar o servidor aposentado por meio de mecanismos assistenciais.



ANEXO IV

Metas e Orçamentação do Plano (à conta dos orçamentos
Fiscal e Seguridade Social)



1. Poder Legislativo

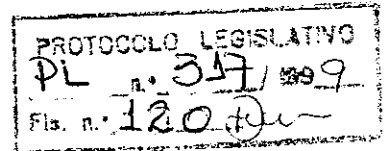
PROTODULO LEGISLATIVO
PH N. 317
1999
[Signature]

ÓRGÃO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL-CLDF

Atividades Institucionais

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO						FINANCEIRO					
	2000		2001/2003		REGIONALIZAÇÃO		2000		2001/2003		2001/2003	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
0002 - CONTROLE EXTERNO						70	-	70	-	210	-	210
- fiscalizar e controlar os órgãos da administração direta e indireta do GDF	unid.	01	01	01	DF							
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						76.410	740	77.150	2.220	229.230	2.220	231.450
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Câmara Legislativa	unid.	01	01	01	DF							
- treinar e aperfeiçoar o quadro de servidores da CLDF	peessoa	1.500	1500	1500	DF							
- Administração de Pessoal	peessoa	1.630	1.630	1.630	DF							
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL						2.912	-	2.912	-	9.606	-	9.606
- realizar publicidade e propaganda para atividades da Câmara Legislativa	unid.	01	01	01	DF							
- manter o funcionamento da TV Legislativa	unid.	01	01	01	DF							
0024 - INFORMÁTICA						870	340	1.210	1.020	2.610	1.020	3.630
- manter e ampliar o sistema de processamento de dados	unid.	01	01	01	DF							
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						-	390	390	300	-	300	300
- realizar reformas no edifício sede da CLDF	unid.	01	01	01	DF							
- construir galpão para armazenar materiais específicos	m²	500			DF							
- ampliar estacionamento da CLDF	m²	1.400			DF							
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA						2.178	-	2.178	-	6.534	-	6.534
- manter o fundo de assistência à saúde dos servidores da CLDF	unid.	01	01	01	DF							
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL						8.100	-	8.100	-	24.300	-	24.300
- conceder benefícios a servidores	peessoa	1.630	1.630	1.630	DF							
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS						2.000	-	2.000	-	6.000	-	6.000
- realizar pagamento de inativos e pensionistas	peessoa	40	40	40	DF							
TOTAL						92.540	1.470	94.010	3.540	278.490	3.540	282.030



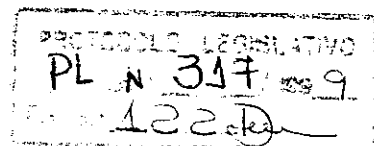
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL		
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003				
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL			
0002 - Controle Externo											
- aperfeiçoar o sistema de controle externo	unid.	1	1	DF	56.720	-	-	56.720	-	-	173.700
- manter as atividades do controle externo	peessoa	765	240	DF	-	-	-	-	-	-	-
- manter e aperfeiçoar o funcionamento do Tribunal	unid.	1		DF	-	-	-	-	-	-	-
0021 - Administração Geral											
- atualizar acervo da biblioteca	unid.	1	120	DF	-	550	80	630	750	-	750
- padronizar mobiliário e equipamentos	unid.	1		DF	-	-	-	-	-	-	-
0023 - Divulgação Oficial											
- aperfeiçoar a disponibilização e funcionamento de informações à sociedade	unid.	1		DF	50	-	-	50	-	-	150
0024 - Informática											
- aperfeiçoar sistema de informática	unid.	1		DF	350	700	300	1.350	1.050	300	1.350
- manter o parque computacional	unid.	1		DF	-	-	-	-	-	-	-
0025 - Edificações Públicas											
- ampliar o edifício anexo	m2	2.400		DF	-	1.000	-	1.000	-	1.200	1.200
- construir Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos	m2	4.500		DF	-	-	-	-	-	-	-
- recuperar e melhorar as instalações	unid.	1		DF	-	-	-	-	-	-	-
0040 - Planejamento Orçamentário											
- sistematizar as ações de planejamento e avaliação	unid.	1		DF	50	-	-	50	150	-	150
0043 - Organização e Modernização Administrativa											
- implementar o Programa de Qualidade e Produtividade	peessoa	765		DF	250	-	-	250	750	-	750
- implementar sistemática de análise e melhoria dos processos de trabalho	unid.	1		DF	-	-	-	-	-	-	-
0217 - Treinamento de Recursos Humanos											
- qualificar e motivar os servidores	peessoa	765		DF	190	-	-	190	570	-	570
0486 - Assistência Geral e Social											
- conceder benefícios aos servidores	peessoa	765		DF	2.800	-	-	2.800	8.400	-	8.400
0495 - Previdência Social à Inativos e Pensionistas											
- pagar inativos e pensionistas	peessoa	299		DF	29.300	-	-	29.300	90.000	-	90.000
TOTAL					89.710	2.250	380	92.340	274.770	2.250	277.020

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL nº 317/2009
 Fls. nº 121/130

2. Poder Ejecutivo



ÓRGÃO: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR-GVG

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META		FÍSICO				FINANCEIRO						
		2000		2001/2003		2000		2001/2003		2001/2003		TOTAL
		UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	
0021 - Administração Geral	unid.	1	1	DF	1.120	20		1.140	3.360	60	3.420	
- manter o funcionamento da unidade.	peessoa	80	80	DF								
- administração pessoal												
0486 - Assistência Social Geral	peessoa	40	40	DF	40	0		40	120	0	120	
- conceder benefícios a servidores												
TOTAL					1.160	20		1.180	3.480	60	3.540	

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL nº 317/2009
 Fls. nº 123

ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-PRG

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	
					24.265	490	24.755	1.470	74.285
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
- coordenar e manter o funcionamento dos serviços administrativos da PRG	unid.	01	01	DF	100	300	400	900	1.200
- coordenar e manter o funcionamento do CEAJUR	unid.	01	01	DF					
- remunerar servidores do CEAJUR	peessoa	182	182	DF					
- remunerar servidores ativos	peessoa	276	276	DF					
0024 - INFORMÁTICA									
- manter o funcionamento do sistema de processamento de dados da PRG	unid.	01	01	DF	580		580	1.740	1.740
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL									
- conceder benefícios a servidores	peessoa	232	232	DF					
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS									
- remunerar inativos	peessoa	222	222	DF	19.600		19.600	58.800	58.800
- remunerar pensionistas	peessoa	32	32	DF					
0215 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO									
- treinar e capacitar servidor	peessoa	458	458	DF	90		90	270	270
TOTAL					44.635	790	45.425	2.370	136.275

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL 317 / 1999
 124

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003			
					DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar o funcionamento da SECRAS e Fundação do Serviço Social - administração de pessoal	unid. pessoa	2 2.167	2 2.167	DF DF	423	41.874	42.298	128.598	1.679	130.277
0024 - INFORMÁTICA - instalar e manter o sistema de processamento de dados	unid.	2	2	DF	2	8	10	99	29	128
0026 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS - manter cemitérios e serviços funerários	unid.	6	6	DF	36	1.240	1.276	3.831	141	3.972
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR - reintegrar a família socialmente - atender à criança e ao adolescente privado de convivência familiar - instituir o programa SOS Criança - apoiar e orientar sócio-educativamente - atender meninos e meninas de rua - atender em creches - conceder bolsa aprendizagem a adolescentes - implantar o Programa Jovem Cidadão - atender ao adolescente infrator - apoiar e promover a assistência integral à criança e ao adolescente	pessoa pessoa pessoa pessoa pessoa pessoa unid. pessoa pessoa	1.650 1.880 7.700 7.880 4.645 4.170 280 1 4.170 9.130	1.650 1.880 7.700 7.880 4.645 4.170 280 1 4.170 9.130	DF DF DF DF DF DF DF DF DF DF	133	4.069	4.202	17.381	555	17.936
0485 - ASSISTÊNCIA À VELHICE - apoiar e promover assistência ao idoso	pessoa	630	630	DF	-	43	43	561	-	561
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - apoiar e assistir ao deficiente físico, mental e sensorial - manter o funcionamento do abrigo de mulheres - orientar e apoiar sócio-familiarmente - atender a população de rua - conceder benefício a servidores	pessoa pessoa família pessoa pessoa	- 22 57.500 1.665 2.165	563 22 57.500 1.665 2.165	DF DF DF DF DF	8	1.061	1.069	4.338	33	4.371
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - atender a população carente	programa	1	1	DF	15	13	28	51	57	108
0489 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS - pagar inativos e pensionistas da FSS/DF	pessoa	-	-	DF	-	8.265	8.265	24.795	-	24.795
TOTAL					618	56.573	57.191	179.654	2.494	182.148

PROTÓCOLO LEGAL
PL 317
125

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Projetos e Novas Atividades

RS1.000

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO					FINANCEIRO				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	2000		2001 / 2003		TOTAL
						DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					1.446	189	23	1.657	6.353	6.383
- reordenar administrativamente:	unid.	01		DF						
- contratar consultoria										
- redimensionar o quadro de pessoal (contratação de 1.192 servidores da FSSDF e 179 da SECRAS)	peessoa	477	894	DF						
- treinar e capacitar servidores e trabalhadores em ENG'S	peessoa	580	1.353	DF						
- reequipar as Unidades Operativas	verba			DF						
- ampliar e manter a frota de veículos	verba			DF						
- manter o Conselho de Assistência Social (Incremento)	unid.	01	01	DF						
0024 - INFORMÁTICA					130	30		160	183	183
- informatizar e equipar o Sistema de Assistência Social	unid.	60	60	DF						
- contratar consultoria	unid.	01		DF						
- atualizar hardware	unid.	01	01	DF						
- atualizar software	unid.	01	01	DF						
- alocar circuito de 64K - Telebrasil	unid.	19	19	DF						
0326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS								598		598
- construir 02 (dois) cemitérios	unid.	02		DF						
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR					1.431	1.965		3.397	5.409	5.409
- redimensionar as ações de apoio e orientação sócio-educativa:										
- atender diurnamente nos COSE'S	peessoa	5260	6312	DF						
- atender noturnamente nos fins de semana em COSE'S	peessoa	700	850	DF						
- expandir os lares de cuidados diurnos	criança	500	1500	DF						
- atender o adolescente infrator:										
- construir e equipar unidade-CAJE	unid.	01		DF						
- ampliar e reformar o CAJE	m2	2220		DF						
- ampliar as unidades de semi-liberdade (aluguel e equipamentos)	unid.	03	03	DF						
- construir o berçário do CRT	m2	170		DF						
- reformar os COSE'S	m2	3750	7500	DF						
Benefícios										
- conceder bolsa aprendizagem para adolescentes de 14 a 18 anos	peessoa	1.000	1.000	DF						
- atender a pessoa em situação de rua:										
- ampliar o programa SOS Criança (Brasília, Taguatinga, Núcleo bandeirante e Sobradinho)	peessoa	2.300	2.300	DF						
- implantar e equipar Casas Lares	unid.	02	03	DF						
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					3.963	1.625		5.588	12.064	12.064
- ampliar o atendimento de orientação e apoio sócio-familiar	familia	3.000	3.000	DF						
- ampliar a rede de parcerias	convênio	10	10	DF						
- instituir a casa de referência para população de rua	peessoa	25	25	RA)						
- implantar lares abrigos para egressos psiquiátricos do Sistema Penal Benefício	peessoa	08	08	DF						
- auxiliar socialmente os egressos do sistema penal	familia	200	300	DF						
- instituir o auxílio natalidade	familia	14300	15600	DF						
- prestar serviços funerários gratuitamente	peessoa	1800	1980	DF						
- proporcionar renda mínima para famílias sem rendimentos com crianças de 0 a 06 anos, gestantes e nutrizes em estado de desnutrição	familia	2970	3240	DF						

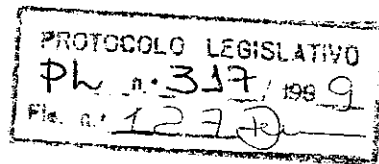
PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317/1999
 Fla. n.º 126

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SECRAS

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

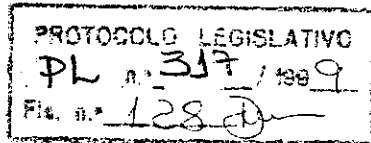
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO			FINANCEIRO								
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	2000		2001/2003		TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL						
- reformar os CDS's (nove unid.)	m ²	2250	4500	DF								
- construir novos CDS's (três unid.)	m ²	450	900	DF								
- reformar o galpão e construir lavanderia do CAS	m ²	300		DF								
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					210			210	213			213
- incentivar a formação de grupos associativos de interesse comunitário	grupos	19	40	DF								
- implantar os Fóruns Regionais de Assistência Social	grupos	04	12	DF								
- executar as plenárias de Assistência Social e da III Conferência Distrital da Assistência Social	confer.	01	01	DF								
- recadastrar os usuários do passe livre especial	cadastro	01		DF								
- realizar o mapeamento da exclusão social no Distrito Federal	doc.	01		DF								
- catalogar os recursos públicos e privados da área de assistência social	doc.	01		DF								
TOTAL					7.180	4.407	23	11.610	24.252	0	0	24.252



ÓRGÃO: SECRETARIA DE SOLIDARIEDADE-SESOL

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000			2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL -implantar, manter e aperfeiçoar o funcionamento da SESOL -realizar pagamento de pessoal	unid. pessoa	01 250	01 300	DF DF	5.500	500	6.000	16.500	1.500	18.000	18.000
0024 - INFORMÁTICA -implantar, manter e incrementar rede de computadores	unid.	01	01	DF	500	300	800	1.500	900	2.400	2.400
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL -concessão de benefícios a servidores	pessoa	250	300	DF	600	-	600	1.800	-	1.800	1.800
0487-ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA -manter e incrementar o programa de fortalecimento das famílias de baixa renda com ações de sustentação alimentar -manter e incrementar o programa de fortalecimento das famílias de baixa renda com ações de desenvolvimento comunitário	família família	75.000 30.000	60.000 90.000	DF DF	22.600	-	22.600	67.800	-	67.800	67.800
TOTAL		29.200	800		30.000	800	30.000	87.600	2.400	90.000	90.000



ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-SEA

Atividades Institucionais

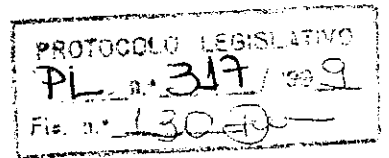
SUBPROGRAMA/MIETA	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL			
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003					
					DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA				
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL												
- manter o funcionamento da Secretaria e do IDR	unid.	2	2	DF	19.431	1.826	20	21.277	51.195	7.408	50	58.651
- administração de pessoal	peessoa	653	653	DF								
- renovar a frota de veículos oficiais do GDF	unid.	25	50	DF								
- adquirir central telefônica para o Departamento de Transportes/SEA	unid.	1	-	DF								
- pagar serviços de terceiros	unid.	-	-	DF								
- adquirir material de uso comum para atender as Secretarias de Estado	unid.	-	-	DF								
- adquirir equipamentos e material permanente	unid.	-	-	DF								
- coordenar e manter os transportes internos SEA e IDR	unid.	2	2	DF								
- unificar as folhas de pagamento do GDF	unid.	-	-	DF								
- criar a Central de Comunicação e Atendimento ao Cidadão	unid.	1	-	DF								
- reformar as instalações do Posto de Abastecimento nº 02	unid.	1	-	DF								
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA												
- modernizar e equipar o arquivo e biblioteca	unid.	2	2	DF	107	10	-	117	896	36	-	932
- elaborar e editar o manuais de Procedimentos e Normas de Processos e do Sistema de Controle de Processos	unid.	2	2	DF								
- microfilmar a documentação do serviço de Arquivo	unid.	2.000.000	800.000	DF								
- digitalizar os Diários Oficiais do DF	unid.	200.000	450.000	DF								
0024 - INFORMÁTICA												
- manter o sistema de processamento de dados	unid.	6	6	DF	2.020	800	-	2.820	6.060	2.400	-	8.480
- adquirir equipamentos de informática	unid.	-	-	DF								
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS												
- conservar prédios e próprios				DF	45.000	-	-	45.000	135.000	-	-	135.000
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS												
- realizar cursos de capacitação, seminários e palestras, para servidores da Administração Direta	unid.	50	300	DF	1.750	-	-	1.750	5.500	-	-	5.500
- realizar concursos para seleção de candidatos a cargos públicos	unid.	20	60	DF								
0466 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL												
- conceder benefícios a servidores	peessoa	700	700	DF	500	-	-	500	1.400	-	-	1.400
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL E INATIVOS E PENSIONISTAS												
- manter pagamento de inativos e pensionistas	peessoa	9.100	9.100	DF	112.993	-	-	112.993	342.263	-	-	342.263
TOTAL					181.801	2.636	20	184.457	542.314	9.842	50	552.206

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL nº 317/1999
129

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-SEA

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL	
	FÍSICO					2000						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL
R\$1.000												
0021-ADMINISTRAÇÃO GERAL					8	264	1	273	24	1.500	-	1.524
- revitalizar as carreiras da administração direta, indireta, autárquica e fundacional e implantar nova tabela de vencimentos	unid.	1	1	DF								
- implantar novas tabelas de pessoal e de salários	unid.	1	1	DF								
- modernizar os elevadores do Anexo I do Palácio do Buriti	unid.	5	5	DF								
- modernizar o sistema de telefonia do Anexo I do Palácio do Buriti e IDR	unid.	2	-	DF								
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS						500	20	520	-	1.550	20	1.570
- construir a sede para o Arquivo e Biblioteca	unid.	1	1	DF								
- reformar prédios e próprios do Poder Público	unid.	6	6	DF								
- reformar o Clube do Servidor	unid.	1	1	DF								
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					200	1.250	300	1.750	500	5.000	200	5.700
- implementar o serviço de Pronto Atendimento ao Cidadão - PACI e implantar o serviço móvel	unid.	2	2	DF								
- implantar o sistema tecnológico do controle de acesso nas dependências dos prédios da Administração Direta do GDF e a padronização visual	unid.	2	10	DF								
TOTAL					208	2.014	321	2.543	524	8.050	220	8.794



ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL-SA

SUBPROGRAMA / META	FISICO				REGION.	FINANCEIRO				TOTAL			
	2000		2001/2003			2000		2001/2003					
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	2001/2003		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL				
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL													
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Agricultura, FZDF e EMATER	unid.	3	3	3	DF								
- adquirir máquinas e equipamentos para escritório	unid.	50	150	150	DF								
- adquirir veículos leves e pesados	unid.	8	21	21	DF								
- administração de pessoal	peessoa	1.122	1.122	1.122	DF								
						341	15	33.272	1.023	45	101.585		
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL													
- dar conhecimento público, através da divulgação oficial, dos atos, fatos e políticas públicas	unid.				DF	110		110			330		330
0024 - INFORMÁTICA													
- adquirir e manter equipamentos de informática para SADF	unid.	18	20	20	DF	55	15	330	720	45	910		
- implantar o parque de informática da FZDF	unid.	1	1	1	DF								
0058 - TESTE E ANÁLISE DE QUALIDADE,													
- desenvolver novos produtos	unid.	20	60	60	DF	95	5	150	150	15	450		
- desidratar produtos vegetais	tonel.	12	12	12	DF								
- revitalizar laboratório	unid.	1	1	1	DF								
- padronizar produtos de origem animal/vegetal	unid.	200	200	200	DF								
- realizar análises físico-químicas e microbiológicas	unid.	6.000	18.000	18.000	DF								
- participar do Programa do Leite (análises)	unid.	1.200	3.600	3.600	DF								
- adquirir equipamentos para laboratório	unid.	5			DF								
- manter laboratório	unid.	1	1	1	DF								
- desenvolver equipamentos	unid.	4	12	12	DF								
0075 - DEFESA SANITÁRIA VEGETAL													
- realizar inspeções	unid.	250	750	750	DF	60		130	210		390		
- realizar fiscalizações	unid.	400	1.200	1.200	DF								
- realizar análises laboratoriais	unid.	20	40	40	DF								
- adquirir equipamentos	unid.	10	40	40	DF								
- adquirir veículos	unid.	2	3	3	DF								
0078 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA													
- criar micro agroindústria	unid.	150	450	450	DF	465	160	1.775	1.200	480	3.075		
- adquirir tratores	unid.	10	30	30	DF								
- executar horas-máquina	h/maq.	25.000	75.000	75.000	DF/Ent.								
- substituir e adquirir implementos agrícolas	unid.	12	36	36	DF								
- manter o parque de máquinas	unid.	1	1	1	DF								
0087 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL													
- realizar inspeções	unid.	300	1.200	1.200	DF	75	2	150	189	6	420		
- realizar fiscalizações	unid.	1.000	3.000	3.000	DF								
- realizar análises laboratoriais	unid.	18.000	60.000	60.000	DF								
- adquirir equipamentos	unid.	51	161	161	DF								
0097 - INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS													
- realizar inspeções vegetais	unid.	1.500	4.500	4.500	DF	120		260	300		660		
- realizar inspeções animais	unid.	4.200	12.600	12.600	DF								
- realizar fiscalizações vegetais	unid.	100	450	450	DF								

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL N. 317/1999
 DE 13/10/99

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL-SA

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGION.	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL			
- realizar fiscalizações animais	unid.	1.200	3.600	DF												
- realizar análises laboratoriais vegetais	unid.	400	2.400	DF												
- realizar análises laboratoriais animais	unid.	600	3.600	DF												
- adquirir equipamentos	unid.	50	100	DF												
- adquirir veículos	unid.	5	10	DF												
0098 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS																
- adquirir equipamentos	unid.	3	5	DF	40	70		110	120	210		330				
- adquirir veículos	unid.	1	2	DF												
0111 - EXTENSÃO RURAL																
- assistir a produtor familiar	peessoa	4.230	4.442		1.266	240		1.506	3.798	720		4.518				
- assistir a outros produtores rurais	peessoa	5.349	5.616													
- assistir a outros públicos beneficiários	peessoa	25.521	26.797													
- assistir em Agricultura	peessoa	3.850	4.000													
- assistir em comercialização agrícola	peessoa	1.500	1.800													
- assistir em defesa sanitária vegetal	peessoa	1.082	2.000													
- assistir as agroindústrias	unid.	200	240													
- assistir as hortas educativas	unid.	368	386													
- assistir em meio ambiente	peessoa	950	1.045													
- assistir em pecuária	peessoa	2.940	3.087													
- assistir em defesa sanitária animal	peessoa	2.950	2.950													
- assistir em economia doméstica	familia	1.343	1.410													
- assistir a organização rural	unid.	174	184													
- assistir a reforma agrária	familia	536	536													
- assistir em crédito rural (projetos)	unid.	320	960													
0112 - PROMOÇÃO AGRÍCOLA																
- adquirir material p/ revenda	unid.	1.500	4.500					100	1.410	15.000	300	16.710				
- manter o funcionamento das unidades	unid.	11	17	DF												
- reabrir as unidades de revenda do entorno	unid.	6	-	Entorno												
- adquirir caminhões	unid.	2	-	DF												
- adquirir equipamentos para emissão de cupom fiscal	unid.	8	9	DF												
- edificar a revenda de Taguatinga	unid.	1	-	DF												
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL																
- conceder auxílio-creche	peessoa	362	362	DF	2.204	-		2.204	6.612	-	-	6.612				
- conceder vale-transporte	peessoa	363	363	DF												
- conceder vale-alimentação	peessoa	1.122	1.122	DF												
TOTAIS		37.876	7.097		37.876	7.097	297	45.270	115.377	19.722	891	135.990				

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317/1999
 Fls. n.º 132

R\$1.000

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL-SA

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL			
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGION.	2000		2001/2003		2001/2003					
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL				
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - construir agências	unid.	2	0	DF	60	-	-	60	-	-	-	-	-	-
0080 - PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - produzir mudas frutíferas, cercas-viva, ornamentais e de reflorestamento - adquirir insumos e implementos agrícolas	unid.	300	900	DF	20	-	-	20	60	-	-	-	-	60
0088 - DESENVOLVIMENTO DA PESCA - produzir alevinos - manter os tanques de piscicultura	unid.	1.000.000	3.000.000	DF	30	-	-	30	90	-	-	-	-	90
0105 - CONSERVAÇÃO DO SOLO - adquirir equipamentos - adquirir veículos	unid.	003	006	DF	50	70	-	120	150	210	-	-	-	360
TOTAL					100	130	0	230	300	210	0	0	0	510

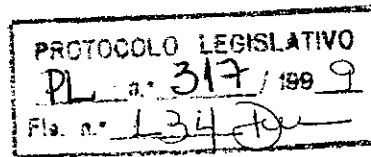
PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317 / 1989
 Fls. n.º 133

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO-SEADE

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	UNIDADE DE MEDIDA		FISCO			FRANCEIRO						TOTAL	
	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003		TOTAL	2001/2003		
				DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		DESPESAS DE CAPITAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL -manter e melhorar a estrutura da SEADE -administração de Pessoal	unid. 80	1 80	DF DF	1.780	150	-	1.930	5.325	450	50	5.825		
0024 - INFORMÁTICA -adquirir novos e manter os equipamentos de informática da SEADE	unid. 15	15	DF	10	25	-	35	20	40	10	70		
TOTAIS				1.790	175	0	1.965	5.345	490	60	5.895		

R\$1.000



ÓRGÃO: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO-SEADE

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO								
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003		TOTAL		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL			
0110 - COOPERATIVISMO -implantar cooperativas de produção leiteira	unid.	4	12	DF e Entorno	40	-	-	-	40	120	-	-	120
0077 - IRRIGAÇÃO -perfuração de poços artesanais na região do Entorno do DF	unid.	50	150	DF e Entorno	40	-	-	-	40	120	-	-	120
0096 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS -melhorias em estradas vicinais e outras vias de escoamento de produção	Km	600	1.800	DF e Entorno	30	75	-	-	105	70	225	20	315
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS -treinamento e qualificação de mão-de-obra na região do Entorno	unid.	500	1.500	DF e Entorno	300	-	-	-	300	900	-	-	900
0247 - DIFUSÃO CULTURA -promoção de festas populares, eventos folclóricos na região do DF e Entorno	unid.	20	60	DF e Entorno	50	-	-	-	50	150	-	-	150
TOTAL					460	75	0	0	535	1.360	225	20	1.605

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 317/1999
Fls. n.º 135

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-SAF

Projetos e Novas Atividades

RS1,00

SUBPROGRAMA / META	Físico				FINANCEIRO							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003		TOTAL	
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Assuntos Fundiários e Departamento de Terras da FZDF - administração de pessoal (SAF e DTR/FZDF)	unid. pessoa	01 155	01 75	DF DF	1.121	212	-	1.333	3.375	638	-	4.013
0317 - HABITAÇÕES RURAIS - regularizar propriedades - realizar levantamento fundiário	unid. unid.	500 500	2.000 2.000	DF DF	1.027	-	-	1.027	3.075	-	-	3.075
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	pessoa	155	75	DF	140	-	-	140	412	-	-	412
TOTAL					2.288	212	0	2.500	6.862	638	0	7.500

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL N.º 317/1999
 Fls. n.º 136

ÓRGÃO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO									
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000				2001/2003					
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter o funcionamento da unidade - remunerar servidores	unid. pessoa	1 109	1 109	DF DF	2.550	-	-	-	2.550	7.650	-	-	-	7.650
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL - editar o Diário Oficial - realizar publicidade e propaganda	unid. unid.	360 1.500	360 1.500	DF DF	15.645	-	-	-	15.645	46.935	-	-	-	46.935
0466 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	pessoa	70	70	DF	55	-	-	-	55	165	-	-	-	165
TOTAL					18.250	0	0	0	18.250	54.750	0	0	0	54.750

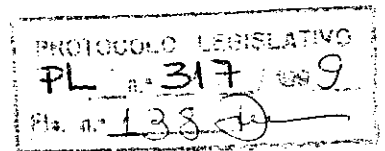
R\$1.000

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL N. 317 / 099
137

ÓRGÃO: SECRETARIA DE CULTURA-SC

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					15.701	109			15.810	47.313				47.313		
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SC e A/PDF	unid.	2	2	DF												
- administração de pessoal	peessoa	551	551	DF												
0024 - INFORMÁTICA					35	35		70		30			30	60		
- informatizar e modernizar a SC	unid.	1	1	DF												
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA					640			640		1.920				1.920		
- assistir a Sociedade Civil Memorial JK	unid.	1	1	RA1												
- assistir a Fundação Oscar Niemeyer	unid.	1	1	RA1												
0246 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO					61	9		70		183			27	210		
- divulgar a história do DF	unid.	1	1	DF												
- pesquisar sobre a história do DF	unid.	1	1	DF												
- preservar a documentação permanente	unid.	1	1	DF												
0247 - DIFUSÃO CULTURAL					1.920	60		1.980		9.442			180	9.622		
- manter o funcionamento dos espaços culturais e de memória	unid.	19	19	DF												
- revitalizar e funcionar a OSTNCS	unid.	1	1	DF												
- promover e incentivar programas culturais	unid.	600	1.800	DF												
- apoiar e incentivar a arte e a cultura no DF	unid.	19	55	DF												
- reformar prédios e próprios	unid.	4	10	DF												
- manter o programa mala do livro	unid.	1	1	DF												
- premiar a Bolsa Brasília de Produção Literária	unid.	1	1	DF												
- prêmio Renato Russo	unid.	1	1	DF												
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					593			593		1.781				1.781		
- conceder benefícios a servidores	peessoa	551	551	DF												
TOTAL					18.950	213		19.162		60.669			237	60.906		



ÓRGÃO: SECRETARIA DE CULTURA-SC
 Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL				
	FÍSICO					2000									
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL			
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					104		104		104			360			360
- promover a formação e capacitação dos servidores da SC	640	1920	DF												
0246 - PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO					615		505		1.120			600			600
- fazer obras de restauração, paisagismo e urbanização do conjunto HJKO	01	01	DF												
- implantar o Centro de Referência do Artesanato e Arts Popular	01	01	DF												
- elaborar e implantar o Projeto Museográfico da exposição permanente do Museu Vivo da Memória Candanga	01	01	DF												
- inventariar o Patrimônio Cultural do Distrito Federal	01	01	DF												
0247 - DIFUSÃO CULTURAL					3.061		302		3.863			10.862		2	10.884
- adquirir instrumentos e equipamentos musicais para OSTNCS	50		DF												
- implantar o Projeto Oficina do Saber Fazer	60	180	DF												
- implantar o Projeto Arte por Toda Parte	01	01	DF												
- recuperar e reequipar o Pólo de Cinema e Vídeo	20		DF												
- criar linha especial de financiamento e incentivo ao patrocínio de filmes	10	30	DF												
- criar o Parque das Nações, Parque Temático sobre a cultura de cada um dos países com representação em Brasília	01	01	DF												
- construir o Complexo Cultural da República em parceria com o Governo Federal	03	03	RA I												
TOTAL					3.780		1.307		5.087			11.842		2	11.844

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL N. 317 / 2009
 Págs. de 139

ÓRGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003			TOTAL
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter o funcionamento da unidade - administração de pessoal	unid. pessoa	1 118	1 118	DF DF	2.841	-	-	2.841	8.523	-	-	8.523
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL - manter Centro de Tecnologia de Brasília	unid.	1	1	DF	3	-	-	3	9	-	-	9
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO - promover e apoiar seminários e palestras	unid.	1	3	DF	6	-	-	6	18	-	-	18
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	pessoa	118	118	DF	10	-	-	10	30	-	-	30
TOTAL					2.860	-	-	2.860	8.580	-	-	8.580

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL 317/1999
 Fls. nº 140

ÓRGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SDE

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL	
	FÍSICO					2000						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL
0055 - PESQUISAS APLICADAS - elaborar Pesquisa	unid.	1	3	DF	10	-	-	10	68	-	-	68
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL - implantar projeto de Treinamento e Capacitação Técnico-Tecnológica de Gerenciamento - criar Distritos Industriais nas cidades satélites - criar células industriais para pequenos e micro-empresários - criar Distrito Industrial para grandes indústrias.	unid.	1	3	DF	40	-	-	40	77	-	-	77
0354 - PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO - implantar projeto de Modernização de Micro e Pequenas Empresas - criar setor de armazenamento - incentivar a criação de micro e pequenas empresas e apoiar as existentes	unid.	1	3	DF	30	-	-	30	50	-	-	50
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO - implantar o polo Brasil - Central - Porto Seco	unid.	1	3	DF	10	-	-	10	75	-	-	75
TOTAL					90	-	-	90	270	-	-	270

R\$1.000

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL N. 317, 10º 9
P. n. 1416

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL-SDUH

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	
R\$1.000,00									
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	unid.	3	3	DF	21.324	1.761	61.220	105	61.325
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SDUH, IPDF e IDHAB.	peessoa	636	636	DF					
- administração de pessoal do SDUH, IPDF e IDHAB.	diversos			DF	54		122		122
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	unid.	1	1	DF	19	4	74	17	91
- publicar e divulgar atos, códigos e trabalhos diversos				DF					
0024 - INFORMÁTICA	unid.	1	1	DF	3.761	2.035	4.152	2.245	6.397
- implantar, aperfeiçoar sistema de processamento de dados				DF					
003 - DÍVIDA INTERNA	unid.	1	1	DF	304	10	1.046	13	1.059
- amortizar dívida originária do SFH				DF					
0023 - PLANEJAMENTO URBANO	unid.	1	1	DF	30		126		126
- elaborar e revisar o PDOT	peessoa	75	75	DF					
- elaborar e revisar PDL	peessoa	24	24	DF	21		63		63
- projetos urbanísticos				DF					
- estudos urbanísticos especiais				DF					
- implantar o SITURB				DF					
- implantar o SISPLAN				DF					
0472 - VALE TRANSPORTE	unid.	10.000	30.000	DF	358	16.179	2.138	66.200	66.338
- conceder vale transporte	unid.	25.000	75.000	DF					
0478 - SERVIÇO SOCIAL	unid.	3.000	9.000	DF					
- auxílio creche				DF					
0057 - HABITAÇÃO	unid.	10.000	30.000	DF					
- produzir habitações urbanas	unid.	25.000	75.000	DF					
- melhorar habitações populares urbanas	unid.	3.000	9.000	DF					
- regularizar imóveis				DF					
TOTAL					25.871	19.989	45.860	68.580	137.521

PROTCCOLO LEGISLATIVO
 PL nº 317 / 1999
 Fls. nº 142

ORGÃO: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL-SDUH

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA -informatizar o arquivo de plantas de urbanismo, arquitetura e biblioteca.	unid.	1	1	DF	26	2	-	28	13	6	-	19
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - construir edifício sede do IPDF.	unid.	1	1	DF	12	-	-	12	-	160	-	160
TOTAL					38	2	-	40	13	166	-	179

RS\$1.000,00

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL N. 317/2009
 Fls. n. 143

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-SE

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter o funcionamento da Secretaria - manter o funcionamento do Centro de Recursos Tecnológicos - administração de pessoal	unid.	1	1	DF	197.404	13	197.417	592.212	39	592.251						
024 - INFORMÁTICA - manter o sistema de processamento de dados	unid.	2	2	DF	91		91	273		273						
0185 - CRECHE - manter creche	unid.			DF	123		123	369		369						
0188 - ENSINO REGULAR - manter o ensino fundamental - administração de pessoal do ensino fundamental - manter o Ensino médio - manter programas suplementares de Assistência ao Educando - executar pequenos reparos e manter as instalações elétricas e hidro-sanitárias - manter o ensino especial	alunos pessoa alunos alunos escola alunos	350.000 1.060.000 87.000 270.000 82.000 250.000 56 168 5.800 17.500		DF DF DF DF DF DF DF DF	431.982	255	432.237	1.283.943	765	1.284.708						
0190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - manter o ensino pré-escolar - conceder cesta pré-escolar	alunos família	30.000 4.000	100.000 12.000	DF DF	2.056		2.056	6.168		6.168						
0213 - CURSO DE SUPLENÇA - manter o ensino supletivo	alunos	68.000	210.000	DF	18	38	56	54	114	168						
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - treinar e capacitar pessoal	pessoa	15.000	45.000	DF	170		170	510		510						
0223 - EDUCAÇÃO FÍSICA - manter as atividades de Educação Física	alunos	10.000	30.000	DF	662		662	1.986		1.986						
0235 - BOLSAS DE ESTUDO - conceder Bolsa Escola - conceder Bolsa Auxílio Normalista	família alunos	25.000 2.800	80.000 8.400	DF DF	33.853		33.853	206.158		206.158						
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	pessoa			DF	32.341		32.341	97.023		97.023						
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL E INATIVOS E PENSIONISTAS - realizar pagamento a inativos e pensionistas	pessoa			DF	291.352		291.352	874.056		874.056						
TOTAL					990.052	306	990.358	3.062.752	918	3.063.670						

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317 / 1999
144

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE-SEVJ

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL											
	FÍSICO					2000						2001 / 2003										
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL					
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					4.250				4.250				4.250				12.750				12.750	
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Esportes e Valbrização da Juventude	unid.	1	1	DF																		
- administração de pessoal	peessoa	148	148	DF																		
- manter e reformar prédios e próprios da SEVJ	unid.	6	18	DF																		
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					120				120				120				360				360	
- conceder benefícios a servidores	peessoa	148	148	DF																		
0224 - DESPORTO AMADOR					1.469				1.469				1.469				3.611				3.611	
- desenvolver, apoiar e realizar programas na área de lazer e recreação	unid.	14	42	DF																		
- apoiar iniciativas na promoção de eventos esportivos	unid.	18	54	DF																		
TOTAL					5.839				5.839				5.839				16.721				16.721	

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/009
 Fls. nº 446

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE-SEVJ

Profissionais e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO						FINANCEIRO				TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001 / 2003		TOTAL			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL				
RS 1.000												
0024 - INFORMÁTICA												
- adquirir e manter equipamento de informática da SEVJ	unid.	08	06	DF		40			40		120	
0224 - DESPORTO AMADOR												
- criar Conselho Distrital de Esportes	unid.	01	01	DF								
- revitalizar os Jogos Infantis do DF	unid.	01	03	DF	110				110		540	
- instituir os Jogos Olímpicos da Verão	unid.	01	03	DF								
- realizar o Programa de Esportes nas quadras, em parceria com a comunidade	unid.	01	03	DF								
- implantar programas visando a prevenção das drogas junto ao jovem através do esporte e lazer	unid.	04	12	DF								
0227 - DESPORTO PROFISSIONAL												
- criar incentivo para o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, profissionalização e apoio aos atletas carentes em cooperação com a iniciativa privada	unid.	1	3	DF	50				50		140	
0228 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS												
- implantar clubes de unidade de vizinhança em todas as cidades	unid.	04	11	DF	170				170		1.089	
- construir centros de esporte e lazer no DF em parceria com a iniciativa privada e as comunidades	unid.	03	09	DF								
0234 - ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL												
- desenvolver programas de fortalecimento das atividades estudantis do DF	unid.	20	03	DF	31				31		100	
- apoiar as iniciativas comunitárias visando paz nas escolas	unid.	19	19	DF								
0247 - DIFUSÃO CULTURAL												
- conceder espaços para exposição de novos talentos jovens	m ²	1300	40000	DF	10				10		40	
TOTAL					371	40			411	1.909	120	2.029

PROFESSOR: LAF
 PL Nº 317
 477 9

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA-SEF

Atividades Institucionais

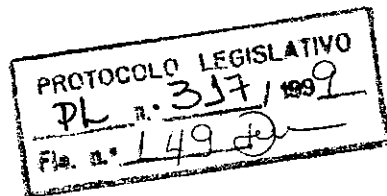
SUBPROGRAMA / META	FÍSICO		FINANCEIRO						TOTAL
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2000		2001/2003		TOTAL		
			DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL			
R\$1.000									
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			73.100	600	73.700	248.712	2.745	251.457	
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Fazenda e da Codeplan									
- Administração de Pessoal (Secretaria de Fazenda e CODEPLAN)									
- capacitar pessoal (Secretaria de Fazenda e CODEPLAN)									
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL									
- realizar a divulgação dos atos, fatos e políticas públicas									
1- Secretaria de Fazenda	unid.	02	650	-	650	9.000	-	9.000	
2- CODEPLAN	unid.	2099							
	peessoa	592							
0024 - INFORMÁTICA									
- manter tecnologicamente atualizados os sistemas de processamento de dados da Secretaria de Fazenda									
	unid.	10	8.443	480	8.923	25.329	1.440	26.769	
0032 - CONTROLE INTERNO									
- examinar e relatar Tomada de Contas Especial									
- examinar e relatar Tomada de Contas:									
1 - Agente de Material	unid.	400	16	16	32	48	48	96	
2- Ordenador de despesas	unid.	66							
- examinar e relatar Prestação de Contas	unid.	60							
- realizar auditorias em órgãos/Entidades do DF.	unid.	32							
0033 - DÍVIDA INTERNA									
- realizar o pagamento de amortizações, juros e outras obrigações decorrentes de empréstimos internos (exceto despesas com amortização e encargos da dívida, vinculadas ao Fundo de Liquidez do Metrô/DF)									
	unid.	52	55.557	50.062	105.619	186.897	186.365	373.262	
0034 - DÍVIDA EXTERNA									
- realizar o pagamento de amortizações, juros e outras obrigações decorrentes de empréstimos externos									
	unid.	02	5.835	6.889	12.724	15.057	20.667	35.724	
0044 - INFORMAÇÃO GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS									
- Produzir e Manter Sistemas de Informações Geográficas e Estatísticas:									
- Serviço de Atendimento ao Cidadão									
- Sistema Cartográfico do DF - SICAD									
- Sistema Territorial e Urbano - SITURB									
- Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRE									
- Atendimento e Vendas									
- Sistema de Informações Estatísticas do DF - SIADF									
- Soluções Gerenciais									
	unid.	10	1.243	-	1.243	1.415	2.902	4.317	
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAL									
- Elaborar Estudos, Desenvolver e Implantar Sistemas de Informações de Natureza Territorial, Socio-Econômicas e Populacionais:									
- Pesquisa de Emprego e Desemprego									
- Índice do Custo de Vida									
- Contas Regionais/PIB									
- Indicadores Conjunturais									
- Indicadores Socio-Econômico									
- Demografia									
- Pesquisa Sócio-Econômica									
	unid.	09	786	10	796	7.742	30	7.772	

PROTÓCOLO Nº 317
PL Nº 317
Fls. n.º 148

ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA-SEF

Atividades Institucionais

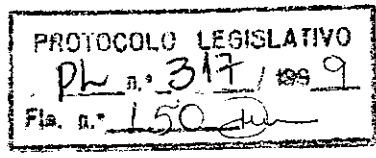
SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL		
	FÍSICO					2000							
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL
- Pesquisa de Opinião - Políticas Públicas	unid.	04	12	DF	99	-	99	3.716	975	99	3.716	975	4.691
0057 - INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS - Realizar Estudos de Novas Técnicas e Equipamentos: - IntraNet - GDFNet - Geoprocessamento - BUG do Milênio	unid.	01	01	DF	-	1.000	1.000	-	3.000	1.000	-	3.000	3.000
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL - manter o programa de estímulo à implantação de empreendimentos industriais no DF, através da concessão de financiamentos	unid.	01	01	DF	2.181	-	2.181	6.580	-	2.181	6.580	-	6.580
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - proporcionar aos servidores o recebimento dos auxílios ao vale, vale alimentação e assistência pré-escolar 1- Secretaria de Fazenda - Vale - Transporte 2- CODEPLAN - Vale - Refeição - Vale - Transporte - Auxílio Creche - Assistência Saúde	peessoa	1.450	1.450	DF	23.000	-	23.000	69.000	-	23.000	69.000	-	69.000
0492 - PREVIDÊNCIA SOCIAL Á SEGURADOS - contribuir para o seguro desemprego, pagamento de abono anuais e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (PASEP).	unid.	12	36	DF	75.022	-	75.022	230.962	-	75.022	230.962	-	230.962
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS - realizar pagamento de inativos e pensionistas	unid.	85	255	DF	245.932	59.057	304.989	804.459	218.172	304.989	804.459	218.172	1.022.631
TOTAL													



ÓRGÃO: SECRETARIA DE FAZENDA - SEF

Projetos e Novas Atividades

SUPERPROGRAMA/META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003			
					DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		
RS1.000										
008 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					11.805	47.225	59.030	7.473	74.773	82.246
Fundo de Liquidez	unid.	01	01	DF						
- prover meios de pagamento e garantir a liquidação das obrigações contratuais assumidas pelo Distrito Federal junto ao Banco do Brasil obs. (obrigações contratuais referentes ao serviço da dívida, compreendendo amortização e encargos)										
Projeto de Modernização										
- implementar o Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do DF - Área Financeira										
1- revisar e atualizar a legislação da Administração Financeira	unid.	01		DF						
2- desenvolver e implantar sistema de gestão da Dívida Fundada do Distrito Federal.	unid.	01		DF						
3- aprimorar as atividades de consolidação orientação, controle e registro das operações contábeis da administração financeira	unid.	01		DF						
4- desenvolver sistema de apoio às atividades de programação financeira e controle de fluxo de caixa integrado ao SIAFEM e SITAF	unid.	01		DF						
0024 - INFORMÁTICA					103		103	2		2
- ampliar a rede de computadores da SUAUD.	unid.	01		DF						
- realizar a revisão geral do SIAFEM e desenvolvimento de novas rotinas	unid.	01		DF						
0030 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS					2.688	1.297	3.985			
- implementar o Projeto de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do DF - Área Tributária										
1-Administração										
- equipe de Coordenação do Projeto, despesas administrativas, material de expediente.	peessoa	09		DF						
2-Consultoria										
- consultoria nas diversas áreas contempladas pelo Projeto visando o fortalecimento e modernização da SUREC	unid.	21		DF						
3-Capacitação										
- treinar servidores da SUREC	peessoa	1.000		DF						
4-Equipamento de Informática										
- adquirir equipamentos para modernização tecnológica da SUREC	unid.	13		DF						
5-Equipamento de Apoio e Comunicação										
- adquirir equipamento para fortalecimento da área fiscal	unid.	11		DF						
6-Infra-Estrutura										
- construção e adequação física de ambientes	unid.	01		DF						
7-Outros Investimentos										
- despesa com concurso e folha de técnicos tributários	unid.	46		DF						
8-Imprevistos										
- custos com fundo de vigilância (BID), comissão de crédito e juros	unid.			DF						
0032 - CONTROLE INTERNO					243		243	171		171
- desenvolver e implantar novo modelo organizacional e operacional para o Sistema de Controle Interno	unid.	01		DF						
- desenvolver e implantar sistema de apoio às atividades de auditoria	unid.	01	01	DF						
- atualizar e ampliar acervo de documentação técnica e viabilizar acesso automatizado	unid.	127	254	DF						



TOTAL	14.839	48.522	63.361	7.646	74.773	82.419
--------------	--------	--------	--------	-------	--------	--------

ÓRGÃO: SECRETARIA DE GOVERNO-SEG
Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO					TOTAL		
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		TOTAL			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL				
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					82.831	1.145	50	64.025	188.492	3.710	150	192.352
-manter o funcionamento da Secretaria	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho dos Direitos das Mulheres	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho de Entorpecentes do DF - CONEN	unid.	1	1	DF								
-manter o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	unid.	1	1	DF								
-manter Conselhos Tutelares	unid.	12	19	DF								
-realizar Cerimonial do Governador	unid.	1	1	DF								
-manter o funcionamento da Coord. para Assuntos Internacionais	unid.	1	1	DF								
-manter a Coord. para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	unid.	1	1	DF								
-manter a Subsec. para Assuntos do Idoso	unid.	1	1	DF								
-manter o funcionamento da SUCAR	unid.	1	1	DF								
-manter Administrações Regionais	unid.	19	19	AR's								
-administração de pessoal/SEG	unid.	19	19	AR's								
administração de pessoal/SUCAR-RA's	peessoa	1.180	1.180	DF								
-aquisição de móveis/equipamentos de Informática - SEG	peessoa	4.540	4.540	AR's								
-aquisição/desenvolvimento do Sistema de Informática - SEG	unid.	3	9									
0024 - INFORMÁTICA					156	1.374	26	1.556	1.043	3.900	185	5.128
-Criar serviço Web (Provisionamento de Acesso à Internet da SEG)	unid.	1	1	DF								
-Reestruturação da Rede e Microcomputadores da SEG	unid.	1	3	DF								
-adquirir novos computadores SEG	unid.	1	2	DF								
-adquirir equipamentos de suporte à Informática - SEG	unid.	4	12	DF								
-implantar Sistema de Processamento de Dados - SUCAR	unid.			AR's e								
-Manter Sistema de Processamento de Dados	unid.			SUCAR								
0025 - EDIFICAÇÃO PÚBLICA					936	1.966		2.902	2.808	6.060		8.668
-construir, ampliar e reformar prédios, próprios e parques de Serviços administrativos	unid.			AR's e								
-conservar prédios e próprios	unid.			SUCAR								
0024 - DESPORTO AMADOR					234			234	702			702
-promover atividades esportivas (SUCAR)	unid.			AR's								
0028 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS					1.030	172		1.201	3.089	660		3.749
-manter Parques Recreativo e Turístico	unid.			DF								
-recuperar e construir praças e quadras esportivas e ginásios	unid.			DF								
0247 - DIFUSÃO CULTURAL					780	8		788	2.340	30		2.370
-promover atividades culturais	unid.			DF								
0323 - PLANEJAMENTO URBANO					9.360	1.560		10.920	26.080	6.000		32.080
-Executar e manter obras de urbanização e ajardinamento	unid.			DF								
0327 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA					13.260	1.560		14.820	36.902	6.000		42.902
-Ampliar e Manter o Sistema de Iluminação Pública	unid.			DF								

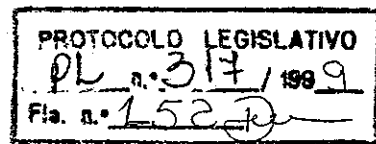
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 317 / 1999
Fls. n.º 154

R\$1.000

ÓRGÃO: SECRETARIA DE GOVERNO-SEG

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003			
					DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
0448 - SANEAMENTO GERAL - construir e manter galerias e redes de captação de águas pluviais - recuperar erosões	unid. unid.		DF DF		624	1.404	2.028	1.872	5.400	7.272
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL -conceder Benefícios aos Serv. da SEG -conceder Benefícios aos Servidores da SUCAR	peessoa peessoa	270	390	DF AR's	2.301	-	2.301	6.903	-	6.903
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA - promover Assistência Social Comunitária às famílias carentes	familia	80	240	DF	55	-	55	164	-	164
0532 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS -manter estações rodoviárias	unid.			DF	780	-	780	2.340	-	2.340
0534 - ESTRADAS VICINAIS -construir e recuperar estradas vicinais	Km			DF	234	-	234	702	-	702
0575 - VIAS URBANAS -recuperar vias públicas	m²			DF	156	-	156	468	-	468
TOTAL					92.736	9.188	102.000	273.905	31.760	306.000



ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMATEC

SUBPROGRAMA / META		FÍSICO				FRANCEIRO						TOTAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL									
		UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUA	DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL								
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar os serviços técnicos e administrativos da SEMATEC, IEMA, ICT, FAP, JBB e FunPEB. - administração de pessoal da Secretaria e coligadas - conservar e melhorar as instalações do JBB. - reequipar o JBB.																49.799	783	20	50.602	149.398	2.349	60	151.807
unid.	6	6	DF	50	150	150	150	150	150	150	150	150											
unid.	4.470	4.470	DF	240	434	674	674	674	674	674	674	674											
unid.	1	1	RA - XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA - XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1.600	5.000	DF	240	434	674	674	674	674	674	674	674											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	RA-XVI	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	3	DF	60	60	60	60	60	60	60	60	60											
unid.	1	1																					

ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-SEMATEC

Projetos e Novas Atividades

R\$1.000

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO									
	FÍSICO					2000				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
-implantar o programa Profissionais da Terra.	unid.	01	01	DF	72	28	100	216	60	276
-implantar o projeto Disque Jardim.	unid.	01	01	DF						
0024 - INFORMÁTICA										
-implantar um programa de informatização na SEMATEC e suas coligadas.	unid.	01	01	DF	450	268	718	450	268	718
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS										
- construir e implantar o Museu de C & T do DF.	unid.	01	01	DF		130	130		240	240
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL										
-apoiar o desenvolvimento de novas empresas que aplicam inovações tecnológicas.	unid.	02	05	DF	100	150	250	300	300	600
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA										
-executar as ações de fomento à pesquisa.	unid.	500	1.500	DF	8.180		8.180	24.540		24.540
-apoiar eventos científicos e tecnológicos.	unid.	80	240	DF						
-realizar a feira educativa de ciência e tecnologia.	unid.	01	03	DF						
-organizar e disponibilizar informações científicas e tecnológicas.	unid.	01	01	DF						
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE										
-realizar zoneamento em 2 (duas) das APA's Distritais.	unid.	01	01	DF	200	70	270	415	260	675
-realizar 3 (três) planos de manejo das UC's e parques.	unid.	01	02	DF						
-gerenciar e manter UC's e parques no DF.	unid.	01	03	DF						
-implantar Sistema de Informações Ambientais do DF.	unid.		01	DF						
-manter Banco de Dados Georreferenciados de informações ambientais do DF.	unid.		01	DF						
-implantar o projeto de coleta e conservação de plantas medicinais e ornamentais.	unid.	01	01	RA - XVI						
0103 - PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA										
-implantar Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais das UC's.	unid.	01	01	DF	185	100	285	525	90	615
-adquirir equipamentos para reforço na estrutura de transporte, informática e comunicação para o fortalecimento da fiscalização e licenciamento ambiental.	unid.	03	07	DF						
-implantar projetos de educação ambiental	unid.	01	01	DF						
-implantar o Núcleo de Educação Ambiental no JBB.	unid.	01	01	RA-XVI						
-consolidar a implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado.	unid.	01	01	DF						
-elaborar e implantar a Agência 21 local.	unid.	01	01	DF						
-elaborar e implantar o programa de Ecoturismo no DF.	unid.	01	01	DF						
-implantar o projeto Jardins Didáticos.	unid.	01	01	DF						
0106 - JARDINS BOTÂNICOS E ZOOLOGICOS										
- manter a ambientação e paisagismos da área de visitação.	unid.	01	01	DF	160	730	990	480	1.360	2.180
- construir as 3 (três) galerias: América, Europa e Ásia.	unid.	03	03	DF						
0228 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS										
- criar o ZOO Camping.	unid.	01	01	DF	90	10	100	120	150	270
- construir 02 (dois) parques recreativos infantis.	unid.	01	01	DF						

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 347 / 1999
 Fls. n.º 154 Du

ÓRGÃO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-SEMATEC

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		2001/2003			TOTAL
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
0296 - ESTUDOS E PESQUISA HIDROLÓGICOS - gerenciar recursos hídricos no DF	unid.	01	01	DF	80	20	100	240	60	300	300	
0325 - LIMPEZA PÚBLICA - executar o programa de limpeza pública no DF.	unid.	01	01	DF	13.559	6.825	20.384	40.950	23.458	64.408	64.408	
0364 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS - criar o programa de Guias Mirins	unid.	01	01	DF	50	-	50	150	-	150	150	
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO - ampliar e fortalecer a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no DF através da instalação de 3 (três) estações de monitoramento. -elaborar plano de implementação do Sistema de Gestão Ambiental em empresas públicas do GDF.	unid.	01	02	DF	10	15	25	30	45	75	75	
TOTAL					23.136	8.346	31.582	68.416	26.309	95.045	95.045	

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317/1999
 Fls. n.º 155

ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS - SO
Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO					TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001/2003		TOTAL		
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL			
					107.895	1.985	5	325.289	5.955	15	331.259
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL											
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER.	unid.	3	3	DF							
- Administração de Pessoal da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER.	peessoa	6.068	6.068	DF							
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL											
- realizar publicidade e propaganda - NOVACAP e DER.	unid.	1	1	DF	448	-	-	2.868	-	-	2.868
0575 - VIAS URBANAS											
- manter a infra estrutura urbanística do Distrito Federal:	km	398	1.592	DF							
- manter e conservar vias.	unid.	1	1	DF							
- manter o sistema de drenagem pluvial.	km	150	450	DF							
- manter a infra-estrutura urbana. (NOVACAP)	m	60	180	DF							
- recuperar guarda-corpo (NOVACAP).	m²	60.000	240.000	DF							
- manter áreas urbanizadas	div.	25%	75%	DF							
- conservar e reformar equipamentos de esporte e lazer											
0328 - PARQUES E JARDINS.											
- manter áreas verdes e do cerrado (NOVACAP).	km²	47	141	DF	5.700	-	-	17.100	-	-	17.100
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL											
- conceder benefícios a servidores da Secretaria de Obras, NOVACAP e DER.	peessoa	5.711	5.711	DF	10.032	-	-	30.086	-	-	30.086
TOTAL					129.425	1.985	5	391.403	5.955	15	397.373

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317/1999
Pág. nº 156

ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS-SO

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL	
	FISICO					2000						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
- melhorar o Sistema Viário: pontos críticos	unid.	1,6	7,5	DF	-	-	-	-	-	-	-	-
- Área de Engenharia de Trânsito - modernização, controle, banco de dados, educação, fiscalização, etc.	Km	1.937		DF	-	135.374	-	135.374	-	102.460	-	102.460
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO.	unid.	1	1	DF	-	-	-	-	-	-	-	-
- concluir a implantação, viabilizar o funcionamento e manutenção.						135.374		135.374		102.460		102.460
0575 - VIAS URBANAS.												
- implantar vias e obras complementares de urbanização nas RAs, nas áreas de adensamento habitacional, nas áreas de programas habitacionais de interesse social do DF e nas áreas de expansão econômica:												
- Rede de águas pluviais.	m	38.025	137.922	DF								
- Galerias de Águas Pluviais.	m	1.338	4.844	DF								
- Pavimentação Asfáltica	km	171	622	DF								
- Meios-fios	km	316	1.147	DF								
- Passelos	m²	38.081	138.125	DF								
- Grama	m²	92.925	337.054	DF								
- Praças.	unid.	15	54	DF								
- implantar vias e obras complementares de urbanização em novas ocupações habitacionais: Águas Claras, Setor Sudoeste, Setor Noroeste, Catetinho e Taquari	div	10%	90%	DF								
- urbanizar e implantar paisagismo nos setores culturais sul e norte.	div	25%	75%	RA I								
- reorganizar o Setor Central de Brasília: SCS - SAS - SBS - SRTV.	ha	23,55	35,32	RA I								
- implantar o programa de arborização	unid.	100.000	400.000	DF								
- executar retificações no sistema viário:												
- projeto	unid.	1	-	DF								
- pavimentação asfáltica	m²	20.111	40.224									
- melos-fios	m	7.047	14.094									
- executar obras de urbanização: Portões de entrada de Brasília, Projeto Orfã, Porto Seco e revitalização da avenida W3/SUL	div.	15%	85%	DF								
- reestruturar a EIG: EIG x Via do HFA (Sudoeste) e EIG x Eixo Monumental	div	50%	50%	RA I, RA XI RA I, RA III, RA IX, RA X, RA XI								
- realizar Estudos cicloviários e implantações	div	25%	75%	DF								
- implantar áreas de esporte e lazer	div.	25%	75%	DF								

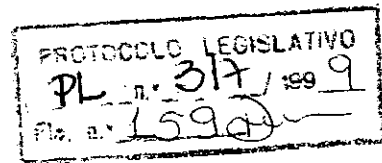
855	273.230	273.107	2.565	843.718	32.844	877.697
TOTAL						

PROTOKOLO LEGISLATIVO
 PH n.º 317 / 1999
 Fla. n.º 658

ÓRGÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPLAN

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	unid.	02	02	DF	12.629	400			13.029	37.887	1.200			39.087		
- manter e aperfeiçoar os serviços administrativos	peessoa	250	250	DF												
- administração de pessoal	unid.	05	05	DF	700	200			900	2.100	600			2.700		
0024 - INFORMÁTICA																
- manter tecnologicamente atualizados os sistemas de informatização da área de planejamento					500				500	1.500				1.500		
040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO																
- formular, acompanhar e avaliar planos, orçamentos e programas governamentais	peessoa	150	450	DF												
- capacitação técnica e gerencial de recursos humanos	peessoa	250	250	DF	108				108	324				324		
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL																
- conceder benefícios aos servidores da SEPLAN																
TOTAL					13.937	600			14.537	41.811	1.800			43.611		



ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					447.390	1.310	0	448.700	1.342.170	3.930		1.348.100				
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da SES, FHDF, FUND, HEMO, ISDF	unid.	4	4	DF												
- adquirir veículos	unid.	35	70	DF												
- manter as vagas de residência não médica	peessoa	90	270	DF												
- administração de pessoal	peessoa	19.600	19.600	DF												
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					286			286	856			856				
- dar publicidade dos atos, fatos e políticas públicas	unid.	20	60	DF												
0024 - INFORMÁTICA					552	486		1.038	1.655	1.458		3.113				
- manter os sistemas de processamento de dados dos órgãos da área de saúde	unid.	4	4	DF												
00217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					700	18		718	2.100	54		2.154				
- garantir o aperfeiçoamento profissional dos servidores da área de saúde	peessoa	500	1.500	DF												
0235 - BOLSAS DE ESTUDOS					7.592			7.592	22.775			22.775				
- conceder bolsas de estudo a residentes	peessoa	530	530	DF												
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA SANITÁRIA					135.679	8.913		144.592	407.037	26.739		433.776				
- manter a rede pública através de	Exames	60.000	180.000	DF												
- realizar exames laboratoriais relativos às atividades do Programa de Saúde do Trabalhador e os exames na área de biologia médica	unid.	110.000	310.000	DF												
- realizar cobertura de internações	unid.	5.034.000	15.906.000	DF												
- realizar cobertura de consultas	unid.	4.500.000	13.500.000	DF												
- realizar exames	peessoa	2.500	10.000	DF												
- implantar os serviços de atenção a portadores Labio-Palatais, visando a cobertura da demanda existente	Hospital	1	2	DF												
- realizar atendimento a pacientes portadores de distúrbios neuromotor	Hospital	1	1	DF												
- realizar a ampliação de serviços de emergência 24 hs. nos hospitais da rede em odontologia	Hospital	2	4	DF												
- implementar os serviços especializados nas áreas de: Ortopedia, Cardiologia, Neurologia, Oftalmologia e Odontologia nos hospitais da Rede	Hospital	1	2	DF												
- implementar Unidades Especializadas no tratamento de recuperação dos dependentes químicos	Hospital	1	2	DF												
0429 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS					2.306			2.306	6.918			6.918				
- vacinar 100% da população alvo (esquema básico, poliomielite, DTP, Triptis Viral, Ante-Sarampo, Antie Haemophilis, imunobiológicas Especiais)	Vii doses	1.482	4.520	DF												
- realizar exames laboratoriais de agros notificáveis	unid.	20.000	61.150	DF												
- garantir o atendimento ambulatorial para pacientes do DST/HIV e AIDS	peessoa	7.687	23.052	DF												
- realizar internações de pacientes com infecções oportunistas-AIDS	peessoa	154	461	DF												
- controlar a ocorrência de Toxoplasmose em gestante e recém-nascidos e de teníase e cisticercose	peessoa	97.109	307.095	DF												
- realizar em 60% vacinação na área de zoonose	Animais	182.000	577.096	DF												
- realizar em 40% a inspeção de áreas para controle de insetos e outros artrópodes, murídeos e cricetídeos	Animais	182.000	577.926	DF												
- realizar a notificação de 90% das doenças transmissíveis de notificação compulsória	peessoa	20.000	60.000	DF												
- realizar a investigação em 80% dos agravos notificados	peessoa	16.000	48.000	DF												

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 n.º _____ / 2009
 Fla. n.º 160

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL	
	FÍSICO					2000						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL	TOTAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DECORRENTES DE CAPITAL
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL					629.685	1.091	109	630.885	1.929.349	3.272	-	1.932.622
- manter o funcionamento da SSP, PMDF, CBMDF, PCDF, DETRAN e FUNAP	unid.	6	6	DF								
- administração de pessoal da SSP, PMDF, CBMDF, PCDF, DETRAN e FUNAP	peessoa	26.786	27.368	DF								
- manter o sistema Penitenciário	unid.	1	1	DF								
023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL					486	-	-	486	1.458	-	-	1.458
- publicidade e propaganda do DETRAN	unid.	1	3	DF								
024 - INFORMÁTICA					3.706	222	-	3.929	11.119	667	-	11.786
- manter programas aplicativos do DETRAN	unid.	1	1	DF								
- manter programas e aplicativos da FUNAP	unid.	1	1	DF								
0174 - POLÍCIAMENTO CIVIL					575	288	-	862	1.724	863	-	2.587
- manter laboratório de pesquisa de DNA	unid	1	1									
- manter laboratório de criminalística do Distrito Federal	unid	1	1									
- manter o policiamento e fiscalização de trânsito do DETRAN	unid.	63	189	DF								
0177 - POLÍCIAMENTO MILITAR					407	2.751	-	3.158	1.220	8.254	-	9.474
- manter policiamento ostensivo fardado de guarda												
0421 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					57	-	-	57	170	-	-	170
- alimentar serwoentes da corporação da Polícia Militar	animal	438	438	DF								
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					548	-	-	548	1.645	-	-	1.645
- assistir dependentes da Polícia Militar e Bombeiro Militar												
0431 - PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS					18	-	-	18	54	-	-	54
- adquirir medicamentos	unid.	-	-	DF								
0445 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					187.739	-	-	187.739	563.217	-	-	563.217
- realizar pagamento de inativos e pensionistas: PMDF, PCDF e CBMDF	peessoa	7.255	7.255	DF								
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					6.545	-	-	6.545	19.636	-	-	19.636
- conceder benefícios a servidores: SSP, PMDF, CBMDF, PCDF, DETRAN, FUNAP	peessoa	26.786	27.368	DF								
0573 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO URBANO					6.488	410	-	6.898	19.464	1.231	-	20.695
- manter sinalização estatigráfica e semaforica	unid.	6.025	18.075	DF								
Sinal vertical	m²	93.500	280.500	DF								
Sinal horizontal	unid.	12	36	DF								
Sinal semaforica	unid.	8	24	DF								
- realizar campanha nos setores educativos (DETRAN)												

TOTAL	836.254	4.762	109	841.125	2.549.055	14.287	-	2.563.342
--------------	----------------	--------------	------------	----------------	------------------	---------------	----------	------------------

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL nº 317 / 2002

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL	
	FÍSICO					2000						
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					34	16.174	403	16.611	102	21.744	2.726	24.572
Secretaria de Segurança Pública												
- reformar instalações físicas	m ²	5.000		RA - I								
- construir garagem anexa	m ²	1.500		RA - I								
- construir almoxarifado e Pavilhão de manutenção de veículos, conservação e reparos	m ²		2.000	RA - I								
- construir sede e depósito de material da CESIDEC	m ²	500		RA - I								
Centro de Internamento e Reeducação												
- reformar e adequar as edificações existentes.	m ²	10.500		RA - XIV								
- instalar sistema de iluminação de segurança do perímetro	m ²	40.000		RA - XIV								
- alterar e ampliar Recepção e Revista	m ²	350		RA - XIV								
Núcleo de Custódia de Brasília												
- alterar e ampliar Recepção e Revista	m ²	350		RA - XIV								
- galpões agro-industriais	m ²	1.000		RA - XIV								
- reformar e ampliar Administração	m ²		600	RA - XVI								
- reformar e adequar carceragem e atividades múltiplas do Presídio Feminino	m ²		2.500	RA - II								
- reformar e instalar cercas e alambrados no Presídio feminino	m ²	10.000		RA - II								
- reformar e adequar carceragem e atividades múltiplas do Núcleo de Prisão semi-aberto	m ²											
- reformar e instalar cercas e alambrados	m ²	3.500		RA - X								
- construir Penitenciária I	m ²	5.000		RA - X								
- construir Penitenciária II	m ²	6.000	12.000	RA - XIV								
- construir Penitenciária III	m ²	6.000	12.000	RA - XIV								
- construir Penitenciária	m ²	18.000		RA - XIV								
- construir Penitenciária	m ²	6.000	5.800	RA - XIV								
- construir Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico	m ²	6.800		RA - XIV								
- construir Companhia de Apoio à Fiscalização Tributária	m ²	670		RA - I								
- construir edificação para a Ouvidoria da Polícia Militar	m ²	350		RA - I								
- construir hangar para helicóptero	m ²	1.000		RA - I								
- construir mini-centro odontológico	m ²	480		RA - III								
- construir Batalhão de Operações Especiais	m ²	1.560		RA - I								
- construir Batalhão Judiciário	m ²	1.560		RA - I								
- construir Batalhão Esplanada	m ²	670		RA - XVI								
- construir Companhia de São Sebastião	m ²	1.560		RA - III								
- construir 2º Batalhão de Trânsito	m ²	1.560	1	RA - IX								
- construir 15º BPM em Ceilândia	m ²	670	01	RA - I								
- construir Companhia Apoio Turismo	m ²	480	01	RA - I								
- construir Mini-Centro Odontológico	m ²	1.560	1	RA - III								
- construir 2º Batalhão Escolar	m ²	3.350	01	RA - I								
- construir 2º Pavilhão do anexo QCG	unid.	01		RA - I								
- construir 5ª Delegacia Policial	unid.	01		RA - III								
- construir 21ª Delegacia Policial	unid.	01		RA - III								
- construir 32ª Delegacia Policial	unid.	01		RA - XII								
- construir 7ª Delegacia Policial	unid.		01	RA - XIX								
- construir 24ª Delegacia Policial	unid.		01	RA - IX								

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 / 1999
 Fls. n.º 164

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FRANCEIRO										TOTAL
	FÍSICO					2000					
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	
- construir 31ª Delegacia Policial	unid.		01	RA - VI							
- Construir 3ª Delegacia Policial	unid.		01	RA - V							
- construir 8ª Delegacia Policial	unid.		01	RA - X							
- construir duas Delegacias Circunscricionais	unid.		02	DF							
- construir Delegacia do Meio Ambiente	unid.	01	01	RA - I							
- construir Delegacia de Ordem Tributária	unid.		01	RA - I							
- construir Delegacia de Proteção a Criança	unid.		01	RA - I							
- construir três postos avançados para atendimento de perícias do IML em pessoas vivas e do IC	unid.		03	DF							
- construir 2ª Coordenadoria de Polícia Especializada, com capacidade para abrigar 10 Delegacias	unid.		01	RA - III							
- construir Instituto de Criminalística	unid.	01	01	RA - I							
- construir Instituto de Identificação	unid.		01	RA - I							
- construir Centro de Telecomunicação - CEPOL	unid.		01	RA - I							
- construir Polícia	unid.		01	DF							
- construir Academia de Polícia, em área a ser definida	unid.		01	DF							
- ampliar Instituto de Medicina Legal-IML	unid.		01	RA - I							
- construir sede da FUNAP na Faz Papuda	m²	470	01	RA - XIV							
Corpo de Bombeiros											
- implantar unidade Operacionais CBMDF-DF	unid.	6	5	RA s I,II,III,IV,IX e XV/III							
- ampliar, reformar e complementar unidades operacionais do CBMDF	unid.	5	5	RA s IV,IX e X							
- implantar núcleo de informática nas Unidades operacionais e Administrativas do CBMDF	unid.	1	1	DF							
- construir, ampliar e reformar de prédios do DETRAN	unid.	1	4	DF							
- mobiliar e equipar CESIDEC	unid	50	150	DF							
- renovar e ampliar frota de veículos para CESIDEC	viaturas	03	06	DF							
0174 - POLICIAMENTO CIVIL											
- Reequipar e remanejar o sistema penitenciário da SSP	unid.	800	2.300	DF							
- adquirir pistolas calibre .40	unid.	300	900	DF							
- adquirir coletes à prova de bala.	unid.	800	2.200	DF							
- adquirir algema	unid.	150	450	DF							
- adquirir viaturas	unid.	150	450	DF							
- adquirir estações fixas para viatura	unid.	04	12	DF							
- adquirir estações fixas para unidades policiais	unid.	100	300	DF							
- adquirir Hand Talk	unid.	300	750	DF							
- adquirir escopeta calibre 12	unid.	50	150	DF							
- adquirir metralhadoras	unid.	2.000	4.500	DF							
- adquirir mobiliários diversos	unid.	46	46	DF							
- adquirir redes locais de informática	unid.	920	920	DF							
- adquirir microcomputadores para instalação nas redes locais de informática.	unid.	529	1.567	DF							
- contratar pessoal para aumento do efetivo.	unid.	149	149	DF							
- implantar a carreira de administração pública na FUNAP	unid.	348	636	DF							
0177 - POLICIAMENTO MILITAR											
- adquirir viaturas operacionais, administrativas e anti-distúrbio	unid.	2.936	2.251	DF							
					100	2.145	2.244	6.831	6.831		6.831
											14.729

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/1999
 Fls. nº 165

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO		FINANCEIRO						TOTAL			
	2000		2000		2001/2003		2001/2003					
	UNIDADES DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA		DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DECORRENTES DE CAPITAL	
- adquirir móveis	unid.	3.382	10.146	DF								
- adquirir material de informática para a Polícia militar	unid.	Div	Div	DF								
- adquirir material de comunicação	unid.	640	2100	DF								
- adquirir armamento	unid.	680	2.060	DF								
- adquirir equipamentos	unid.	1.200	4.560	DF								
- adquirir semoventes	animal	50	150	RA - XVII								
- aumentar efetivo policial militar	pessoa	831	2557	DF								
0176 - DEFESA CONTRA SINISTRO												
- adquirir viaturas Operacionais pesadas para CBMF	unid.	19	54	DF	3.356	5.739	9.095	10.068	17.163	3.050	30.281	
- adquirir viaturas Operacionais leves para CBMF	unid.	37	100	DF								
- adquirir Aeronave para CBMF	unid.	1	1	DF								
- adquirir equipamentos de combate a incêndio e salvamento	unid.	10.700	32.100	DF								
- adquirir Mobiliários	unid.	Div	Div	DF								
- aumentar efetivo CBMDF	pessoa	900	300	DF								
0535 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO												
- realizar campanhas nos setores educativos (DETRAN)	unid.	44	136	DF		806	806		2.802		2.802	
TOTAL					6.425	27.114	33.943	18.977	54.462	5.776	79.215	

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 347/1999
 Fl. n.º 166

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA-SETER

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO				TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REG.	2000		2001/2003			
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
RS 1.000										
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	unid.	1	1	DF	6.670	10	6.680	20.010	30	20.040
- manter o funcionamento da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda	peessoa	253	253	DF						
- administração de pessoal				DF						
0470 - SEGURO DESEMPREGO	unid.	39.600	118.800	DF	24.400	533	24.933	73.201	1.600	74.801
- elaborar pesquisas de emprego e desemprego (domicílio visitado)	peessoa	120.118	441.324	DF						
- inscrever trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho.	unid.	17.640	74.760	DF						
- captar vagas.	peessoa	7.541	36.930	DF						
- encaminhar trabalhador ao mercado de trabalho.	peessoa	5.670	27.750	DF						
- promover a colocação do trabalhador no mercado de trabalho	unid.	225.000	675.000	DF						
- atender trabalhadores no seguro-desemprego	peessoa	75.000	225.000	DF						
- habilitar trabalhador desempregado				DF						
- promover o acesso ao crédito assistido aos empreendedores - PROGER (financiamento concedido)	unid.	100	390	DF						
- promover a capacitação e reciclagem de mão-de-obra	peessoa	71.872	215.616	DF						
0473 - ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO	unid.	5	15	DF	100		100	300		300
- apoiar, orientar e acompanhar cooperativas, desde sua formação até sua inserção no mercado de trabalho.	peessoa	3.000	9.000	DF						
- beneficiar artesãos em ação de formação, informação e mercado.				DF						
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	peessoa	204	204	DF	2.923		2.923	8.769		8.769
- conceder benefícios a servidores	unid.	20.192	60.576	DF						
- conceder benefícios financeiros (Gente do Futuro)	unid.	6.153	18.459	DF						
- conceder bolsa desemprego				DF						
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	unid.	2.000	7.987	DF	3.126		3.126	9.376		9.376
- conceder crédito a empreendedor beneficiado	unid.	2.000	7.987	DF						
- prestar assistência e capacitação ao empreendedor	peessoa	50	150	DF						
- formar jovens para o primeiro emprego	unid.	100	300	DF						
- conceder garantia a empréstimos contralidos				DF						
0235 - BOLSAS DE ESTUDO	unid.	74.000	222.000	DF	7.238		7.238	21.714		21.714
- conceder poupança escola				DF						
TOTAL										
					44.457	543	45.000	133.370	1.630	135.000

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 / 1989
 Fls. n.º 1677

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES-ST

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	Físico				FINANCEIRO						TOTAL		
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001 / 2003		TOTAL	DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA		DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA
					DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL					
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	peessoa	4.881	6.090	DF	201.564	1.130	55	202.749	556.791	3.532	4.061	564.384	
- administrar pessoal da ST, DMTU, e Metrô	unid.	4	4	DF	1.368	-	-	1.368	4.433	-	-	4.433	
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da ST, DMTU, Metrô e do Fundo de Transportes	unid.	1	1	DF	1.829	875	-	2.704	4.030	1.432	-	5.462	
- manter convênios	unid.	600	1.800	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	
- manter máquinas e equipamentos	mil	200.000	600.000	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	
- comercializar vale-transporte													
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL				DF									
- realizar publicidade e propaganda													
0024 - INFORMÁTICA													
- manter o sistema de informações	unid.	1	1	DF	492	-	125	617	1.481	-	363	1.864	
- reequipar o sistema de informações	unid.	450	895	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	
- modernizar os serviços de informática	unid.	5	10	DF	24	6	29	59	116	70.150	146	70.412	
- automatizar o controle operacional	unid.	20	30	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	peessoa	3.040	3.840	DF									
- conceder benefícios a servidores													
0575 - VIAS URBANAS E SINALIZAÇÃO													
- reestruturar o eixo sul (*)	Km	36	36	DF									
- reestruturar o eixo nordeste (*)	Km	32	32	DF									
- reestruturar o eixo sudoeste (*)	Km	10	10	DF									
- sinalizar a rede urbana	unid.	1	1	DF									
TOTAL					205.277	2.011	209	207.497	566.851	75.114	4.590	646.555	

PROTOCOLADO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 / 1999
 Fls. nº 168

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES-ST

Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META	FINANCEIRO										TOTAL					
	FÍSICO					2000						2001/2003				
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL																
- capacitar servidores	peessoa	1.300	2.200	DF	6.824											
- reformar imóveis	m ²			DF												
- manter serviços informática	serviço	332	1.814	DF												
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA																
- adquirir e manter acervo	acervo			DF	40	358				36	108			144		
0571 - SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO																
- construir terminal Park-Way	m ²	3.000	20.000	RA-VIII	1.654	2.811	27	4.492	3.535	3.867	82	7.484				
- construir terminal Asa Norte	m ²	12.000		RA-I												
- construir terminal Samambaia -Sul	m ²	1.800		RA-XII												
- construir terminal Samambaia -Norte	m ²	1.800		RA-XII												
- construir terminal Recanto das Emas	m ²	1.500		RA-XV												
- construir terminal de São Sebastião	m ²	700		RA-XIV												
- construir terminal de Sobradinho II	m ²		1500	RA-V												
- construir abrigos especiais	m ²		540	RA-I												
- construir abrigos no DF	m ²	2.500	7500	DF												
- construir baias	m ²	800	2400	DF												
- manter e reformar terminais	unid.	4	12	DF												
- manter e reformar abrigos	unid.	1.250	3.750	DF												
- automatizar a inspeção veicular	unid.	1	1	DF												
- reequipar o sistema de fiscalização	unid.	45	130	DF												
- controlar e registrar permissões do transporte individual	unid.	1	1	DF												
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO																
- manter e operar o sistema	sistema	1	1	DF	9.215	3.574		12.789	26.425	7.377		33.802				
TOTAL																
					17.733	6.743	27	24.503	37.759	11.604	82	49.445				

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/1999
 Fls. Nº 169

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TURISMO E LAZER - SETUR

Atividades Institucionais

SUBPROGRAMA / META	FÍSICO				FINANCEIRO						TOTAL	
	UNIDADE DE MEDIDA	2000	2001/2003	REGIONALIZAÇÃO	2000		2001 / 2003		DESPESAS DE CAPITAL DECORRENTES DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL DECORRENTES DE CAPITAL		TOTAL
					DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL				
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - manter e aperfeiçoar o funcionamento da SETUR e remunerar pessoal	unid.	01	01	DF	4.640	119	-	4.759	13.920	357	-	14.277
0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO - implementar ações de promoção ao turismo no DF	unid.	50	150	DF	1.661	-	-	1.661	4.983	-	-	4.983
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL - conceder benefícios a servidores	peessoa	130	130	DF	80	-	-	80	240	-	-	240
TOTAL					6.381	119	-	6.500	19.143	357	-	19.500

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317 / 1999
Fla. n.º 170

ÓRGÃO: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA

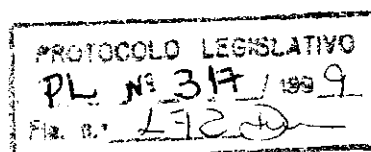
Projetos e Novas Atividades

SUBPROGRAMA / META		FÍSICO						FINANCEIRO				TOTAL	
		2000		2001/2003		REGIONALIZAÇÃO		2000		2001/2003			TOTAL
		UNIDADE DE MEDIDA						DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS DE DURACÃO CONTINUADA	DESPESAS DE CAPITAL		
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL							1.300	150	1.450	3.900	450	4.350	
- manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria	unid.	01	01	DF									
- administração de pessoal	peessoa	40	40	DF									
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS							1.050	-	1.050	3.150	-	3.150	
- implantar o sistema de previdência complementar dos servidores públicos	unid.	01	01	DF									
TOTAL							2.350	150	2.500	7.050	450	7.500	

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 / 2009
 Fls. n.º 276

ANEXO V

Investimento das Entidades Paraestatais



DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

QUADRO CONSOLIDADO POR EMPRESA

EMPRESAS	DESPESAS (Em R\$ 1.000,00 DE JAN/95)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
• Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A	2.000	1.500	3.500
• Sociedade de Abastecimento de Brasília	988	1.832	2.820
• Companhia Energética de Brasília	79.784	233.915	467.699
• Companhia de Água e Esgoto de Brasília	141.435	379.482	520.917
• Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	1.300	3.900	5.200
• Companhia Imobiliária de Brasília	42.900	127.950	170.850
• Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	14.400	26.100	40.500
TOTAL GERAL	282.807	774.724	1.211.312

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317
 DE 173

**SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

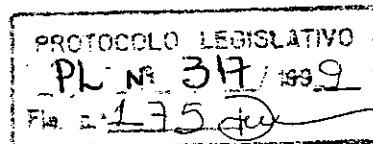
SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Modernizar e ampliar as instalações físicas da CEASA/DF aumentando a oferta de espaços físicos a produtores rurais, comerciantes atacadistas de hortifrutigranjeiros e de produtos manufaturados de produtos nacionais e importados. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> Ampliar as instalações físicas da CEASA/DF. 	2.000	1.500
		3.500
		TOTAL

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL N. 317/89
 Fls. n. 174

**SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE	
		2000	2001 a 2003
		TOTAL	
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
• Ampliar as instalações físicas da CEASA/DF.	m ²	15.000	11.250
			26.250



**SECRETARIA DE AGRICULTURA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

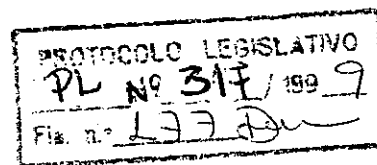
ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.000	1.500
TOTAL	2.000	1.500

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317/1999
Fls. 01/176

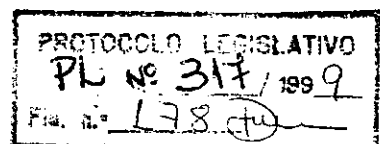
**SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

SUBPROGRAMA – OBJETIVO – PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos para alcançar condições ideais para o seu funcionamento. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e adquirir equipamentos para a administração. 	100	300	400
0024 – INFORMÁTICA OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Implantar automação comercial nas unidades de vendas. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e adquirir equipamentos para a administração. 	120	250	370



SUBPROGRAMA – OBJETIVO – PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	
0353 – COMERCIALIZAÇÃO OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o processo de comercialização através da modernização e instalação de novas unidades de vendas, atacado da SAB, unidades volantes de atendimento social e unidade de montagem de cestas básicas. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e modernizar o sistema de comercialização. 	768	1.282	
			TOTAL
			2.050



**SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Dotar a administração de condições ideais para o seu funcionamento, reequipando-a.	Unid.	10	15	25
0024 - INFORMÁTICA				
• Implantar a automação comercial nas unidades de vendas e apoio visando maior eficiência e agilidade no processo de comercialização.	Unid.	10	10	20
0353 - COMERCIALIZAÇÃO				
• Modernizar unidades de venda existentes	Unid.	04	04	08
• Instalar novas unidades de vendas;	Unid.	01	03	04
• Estruturar o atacado;	Unid.	01	03	04
• Instalar unidades de montagem de cestas básicas;	Unid.	01	-	01
• Adquirir caminhões e transformar em unidades volantes de atendimento social.	Unid.	01	04	05

PÚBLICO LEGISLATIVO
PL Nº 391
179/09

**SECRETARIA DE AGRICULTURA
 SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES/GERAÇÃO PRÓPRIA	988	1.832
TOTAL	988	1.832

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/2009
 180

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e reestruturar as agências de atendimento, o sistema de transporte, informática e instalações gerais, visando facilitar a missão da empresa. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar o sistema de transporte e aquisição de veículos; • Ampliar e melhorar o sistema de informática; • Realizar obras civis e diversas instalações gerais. 	6.338	8.205	14.543

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL N. 317 / 1999
18/10/99

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO

INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)

	2000	2001 a 2003	TOTAL
<p>0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA</p> <p>OBJETIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições operacionais da Usina do Paranoá e incrementar novos projetos de geração de energia (Usinas de Queimado, Lajeado e Corumbá IV), possibilitando a expansão dos negócios e do sistema. <p>PROJETOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a Usina do Paranoá; Realizar novos aproveitamentos energéticos. 	26.033	37.840	68.873

PROTCCOLO LEGISLATIVO
 PL n. 317/1999
 de 182

SUBPROGRAMA – OBJETIVO – PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0264 – GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar novos projetos de geração de energia termelétrica, possibilitando a expansão dos negócios e do sistema. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos e projetos de usina termelétrica; • Construir usina termelétrica. 	2.000	28.000	30.000
0267 – TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a transmissão de energia elétrica em quantidade e qualidade adequada aos consumidores, dando maior capacidade operacional, implantando, ampliando, melhorando e automatizando as subestações de transmissão, visando atender a demanda de energia elétrica no Distrito Federal. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> • Implantar e melhorar linhas de transmissão; • Implantar e ampliar subestações de transmissão; • Melhorar e automatizar subestação de transmissão. 	11.369	36.724	48.093

PROTÓTIPO LEGISLATIVO
 PL nº 317/1999
 de 183

SUBPROGRAMA – OBJETIVO – PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
<p>0268 – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA</p> <p>OBJETIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir e melhorar as redes de distribuição aérea, subterrânea e rural, dotando as unidades consumidoras de medição, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica, possibilitando maior confiabilidade ao sistema, reduzindo o nível de perdas, visando a distribuição de energia elétrica em qualidade e quantidade adequada aos consumidores. <p>PROJETOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir e melhorar redes de distribuição aérea; • Construir e melhorar redes de distribuição subterrânea; • Construir e melhorar redes de distribuição rural; • Adquirir e instalar medidores; • Melhorar de processos de distribuição de energia elétrica; • Implantar e melhorar subestações de distribuição. 	34.044	123.146
		TOTAL
		157.190

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 de 9
 184

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
• Modernizar o sistema de transporte;	Unid.	1	2	3
• Adquirir veículos;	Unid.	60	210	270
• Ampliar o sistema de informática;	Unid.	7	21	28
• Melhorar o sistema de informática;	Unid.	13	29	42
• Modernizar as agências de atendimento;	m ²	120	1.000	1.120
• Reestruturar as agências de atendimento;	m ²	120	1.000	1.120
• Modernizar as instalações gerais;	Unid.	3	9	12
• Reestruturar as instalações gerais;	Unid.	3	9	12
• Adquirir ferramentas e equipamentos.	Unid.	70	210	280
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉTRICA				
• Melhorar a usina do Paranoá;	Unid.	1	1	2
• Incrementar novos projetos de geração de energia.	Unid.	3	1	4
0264- GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA				
• Estudar os projetos de usina termelétrica;	Unid.	1	0	1
• Construir usinas termelétricas.	Unid.	0	2	2

PROJETO LEGISLATIVO
PR Nº 317
185 (2)

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0267 – TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA <ul style="list-style-type: none"> • Implantar linhas de transmissão; • Melhorar linhas de transmissão; • Implantar subestações de transmissão; • Ampliar subestações de transmissão; • Melhorar subestação de transmissão; • Automatizar subestação de transmissão; • Adquirir ferramentas e equipamentos. 	Km	60	110	170
	Km	20	60	80
	Unid.	1	2	3
	Unid	2	11	13
	Unid	23	30	53
	Unid.	3	13	16
	Unid.	74	150	224
0268 – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA <ul style="list-style-type: none"> • Construir redes de distribuição aérea; • Melhorar redes de distribuição aérea; • Construir redes de distribuição subterrânea; • Melhorar redes de distribuição subterrânea; • Construir redes de distribuição rural; • Melhorar redes de distribuição rural; • Adquirir medidores; • Instalar medidores; • Melhorar os processos de distribuição de energia elétrica; • Implantar subestações de distribuição; • Melhorar subestações de distribuição; • Adquirir ferramentas e equipamentos. 	m	250.000	780.000	1.030.000
	m	160.000	386.000	546.000
	m	70.000	210.000	280.000
	m	10.000	33.000	43.000
	m	140.000	360.000	500.000
	m	25.000	90.000	115.000
	Unid.	30.000	90.000	120.000]
	Unid.	30.000	90.000	120.000
	Unid.	2	6	8
	Unid.	20	66	86
	Unid.	5	18	23
	Unid.	12	39	51

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL n.º 317/1999
 Fl. n.º 186

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

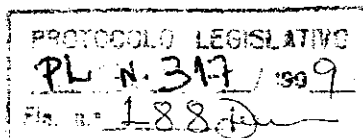
ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
GERAÇÃO PRÓPRIA	57.784	169.915
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	22.000	64.000
TOTAL	79.784	233.915

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317 / 1999
 Fls. d. 187

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar equipamentos com tecnologia adequada a uma eficiente prestação de serviços. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e modernizar os equipamentos da companhia. 	5.000	12.800	17.800
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Executar obras civis de construção, ampliação e reforma de unidades administrativas e operacionais da companhia. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> • Construir, ampliar e reformar unidades administrativas e operacionais. 	6.806	18.282	25.088



SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		
	2000	2001 a 2003	TOTAL
0047 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Planejar, projetar, executar e operar os sistemas produtores de águas do Distrito Federal. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> Ampliar e melhorar os sistemas produtores; Ampliar e melhorar os sistemas distribuidores; Realizar programa de controle operacional. 	47.922	139.700	187.622
0448 - SANEAMENTO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Elaborar estudos, projetos e executar pequenas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como implantar sistemas de água e de esgotos em diversos condomínios. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> Ampliar e melhorar os sistemas de água potável e esgotos; Realizar programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais; Desapropriar terrenos. 	14.100	44.000	58.100
0049 - SISTEMA DE ESGOTOS OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Planejar, projetar, operar e manter os sistemas de coleta e de tratamento de esgotos do DF. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> Ampliar os sistemas coletores de esgotos; Ampliar sistemas de tratamento e disposição final de esgotos. 	67.607	164.700	232.307

PROJETO 5032/2009
 PL N. 317
 28.9.09

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE	
		2000	2001 a 2003
		TOTAL	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e modernizar os equipamentos da companhia - Adquirir materiais, equipamentos e veículos para atender as unidades administrativas, operacionais e de manutenção. 	Unid.	-	-
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Construir, ampliar e reformar as unidades administrativas - Construir galpões; - Construir prédios; - Reformar e ampliar galpões; - Reformar e ampliar prédios e unidades operacionais. 	Unid. Unid. Unid. Unid.	3 4 4 6	6 10 8 10
			9 14 12 16

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL - N. 317 / 2009
 Fls. n.º 190 *pm*

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0447 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e melhorar os sistemas produtores <ul style="list-style-type: none"> - Implantar, ampliar e melhorar sistemas produtores; - Implantar, recuperar e melhorar ETAs; - Implantar, recuperar e melhorar elevatórias; - Proteger mananciais; - Implantar, ampliar e melhorar adutoras. • Ampliar e melhorar os sistemas distribuidores <ul style="list-style-type: none"> - Implantar, ampliar e melhorar elevatórias; - Implantar e recuperar reservatórios; - Implantar, setorizar, substituir e reforçar redes e adutoras. • Programa de Controle Operacional <ul style="list-style-type: none"> - Implantar macromedição, micromedição, telemetria/ telecomando, setorização, e cadastro georeferenciado nos sistemas de abastecimento de água. 	Unid. Unid. Unid. Unid. Metros Unid. Unid. Km	7 4 6 12 3.700 8 10 300	20 12 15 24 8.000 18 22 900	27 16 21 36 11.700 26 32 1.200
0448 - SANEAMENTO GERAL <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e melhorar os sistemas de água potável e esgotos <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudos técnicos necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos, bem como executar obras de pequeno vulto, principalmente em condomínios de baixa renda. 	Diversos	-	-	-

PROJETO LEGISLATIVO
PL N. 317
191

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		
		2000	2001 a 2003	
			TOTAL	
<ul style="list-style-type: none"> Programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais <ul style="list-style-type: none"> - Perfurar poços, implantar redes de abastecimento de água, implantar sistemas alternativos de esgotamento sanitário e melhorar os sistemas já implantados de abastecimento de água. Terrenos - Desapropriação <ul style="list-style-type: none"> - Adquirir e desapropriar áreas. 	ha.	-	-	
<p>0449 – SISTEMAS DE ESGOTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliar e melhorar os sistemas coletores de esgotos <ul style="list-style-type: none"> - Implantar, ampliar e melhorar redes coletoras de esgotos sanitários e interceptores em diversas localidades. Ampliar o sistema de tratamento e disposição final de esgotos <ul style="list-style-type: none"> - Implantar, ampliar e melhorar estações de tratamento de esgotos e estações elevatórias em diversas localidades do DF. 	ha.	100	400	
	Km	120	300	400
	Unid	10	27	37

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL N. 317
 2009
 192

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	141.435	379.482
TOTAL	141.435	379.482

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL N. 317 / 1999
19/3/00

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Promover ações administrativas visando a eficiência da Gestão Pública e o apoio à execução de programas governamentais. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> Adquirir equipamentos e material permanente. 	1.300	3.900	5.200

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
 PL 317
 1999
 194

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	Diversos	-	-	-

PROTUDOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317
1999
795

**SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

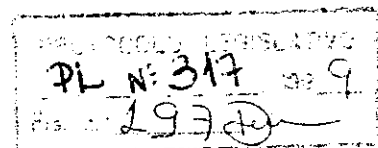
ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES/GERAÇÃO PRÓPRIA	1.300	3.900
TOTAL	1.300	3.900

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 317, 2009
196

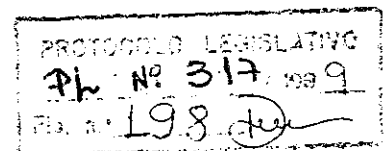
**SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS**

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de trabalho, de gestão empresarial e de gerenciamento do patrimônio. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir e modernizar equipamentos; • Renovar frota de veículos. 	2.500	7.500	10.000
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> • Executar obras, reformas e construir unidade administrativa. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> • Construir unidade administrativa; • Reformar próprios. 	400	450	850



SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0323 - PLANEJAMENTO URBANO OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Realizar projetos e estudos urbanísticos para criação de áreas destinadas à habitação, comércio, indústria, serviços e outros, implantar infra-estrutura e serviços urbanos. PROJETOS <ul style="list-style-type: none"> Executar obras de infra-estrutura e serviços urbanos; Elaborar projetos e estudos urbanísticos. 	30.000	90.000	120.000
0353 - COMERCIALIZAÇÃO OBJETIVO <ul style="list-style-type: none"> Adquirir e/ou recuperar áreas de interesse público e indenizar benfeitorias, para o desenvolvimento de projetos, com vistas à atender a demanda do mercado imobiliário e subsidiar os programas sociais e de desenvolvimento econômico do Governo. PROJETO <ul style="list-style-type: none"> Realizar operações imobiliárias. 	3.000	9.000	12.000



**SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0021 – ADMINISTRAÇÃO GERAL <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir materiais e equipamentos; • Renovar frota de veículos. 	Diversos Unid.	- 25	- -	- 25
0025 – EDIFICAÇÕES PÚBLICAS <ul style="list-style-type: none"> • Construir unidade administrativa; • Reformar próprios. 	Unid. Unid.	01 02	- 02	01 02
0232 – PLANEJAMENTO URBANO <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar EPIA/RIMA; • Elaborar projetos urbanísticos; • Implantar infra-estrutura e serviços urbanos. 	Diversos Diversos Diversos	- - -	- - -	- - -
0353 – COMERCIALIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir e/ou recuperar áreas; • Indenizar benfeitorias de áreas desapropriadas e/ou recuperadas. 	Diversos Diversos	- -	- -	- -
0013 – AÇÃO JUDICIÁRIA <ul style="list-style-type: none"> • Efetuar acordos judiciais de questões fundiárias. 	Diversos	-	-	-

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 314
 2000

**SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	42.900	127.950
TOTAL	42.900.000	127.950.000

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL N° 317 / 1999
Fls. n° 201

SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS

SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)		TOTAL
	2000	2001 a 2003	
0571 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS	14.400	26.100	40.500
OBJETIVOS			
• Adequar os serviços de transporte de passageiros a condições ideais de conforto e segurança;			
• Modernizar e automatizar a TCB.			
PROJETOS			
• Renovar frota;	12.000	24.000	36.000
• Reformar garagem.	300	500	800
• Automatizar o controle da venda e recebimento do Passe Estudantil;	100	-	100
• Implantar o Sistema de bilhetagem eletrônica.	2.000	1.600	3.600

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/09
 202

SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB

DETALHAMENTO DAS METAS FÍSICAS

SUBPROGRAMA/METAS	UNIDADE	QUANTIDADE		TOTAL
		2000	2001 a 2003	
0571 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS • Renovar a frota; • Modernizar e automatizar a TCB.	Unid. Unid.	150 1	300 1	450 1

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 317/1999
 Fls. n.º 203

**SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - TCB**

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO	ANO (R\$ 1.000,00)	
	2000	2001 a 2003
OUTRAS FONTES	14.400	26.100
TOTAL	14.400	26.100

PROTOCOLO LEGISLATIVO
Ph Nº 317/1999
Fls. n.º 204 (2)